

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

LARA COLETTO

**"OS GRANDES HOMENS DO PASSADO SÃO FONTES DE INSPIRAÇÃO": OS USOS DA
IMAGEM DE OLAVO BILAC PELA DITADURA CIVIL-MILITAR NA BUSCA PELO CONSENSO
(1965-1974)**

Porto Alegre
2021

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br

LARA COLETTO

**"OS GRANDES HOMENS DO PASSADO SÃO FONTES DE INSPIRAÇÃO":
OS USOS DA IMAGEM DE OLAVO BILAC PELA DITADURA CIVIL-MILITAR
NA BUSCA PELO CONSENSO (1965-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof^a Dr^a Tatyana Amaral Maia

PORTO ALEGRE,

2021

Ficha Catalográfica

C694g Coletto, Lara

"Os grandes homens do passado são fontes de inspiração" : os usos da imagem de Olavo Bilac pela ditadura civil-militar na busca pelo consenso (1965-1974) / Lara Coletto. – 2021.

134.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

1. Ditadura civil-militar brasileira. 2. Olavo Bilac. 3. Sociedade e regimes autoritários. I. Maia, Tatyana de Amaral. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

LARA COLETTO

**"OS GRANDES HOMENS DO PASSADO SÃO FONTES DE INSPIRAÇÃO":
OS USOS DA IMAGEM DE OLAVO BILAC PELA DITADURA CIVIL-MILITAR
NA BUSCA PELO CONSENSO (1965-1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^ª Dr^ª Tatyana de Amaral Maia - PUCRS

Prof^ª Dr^ª Janaina Martins Cordeiro - UFF

Prof^ª Dr^ª Miliandre Garcia de Souza - UNESPAR

Porto Alegre

2021

Agradecimentos

Às vezes, durante todo esse processo, me peguei pensando na Lara criança e o que acharia se soubesse que chegamos até aqui. Lembro do cheiro e da textura de uma revista em quadrinhos do Sítio do Pica-pau Amarelo que contava sobre os engenhos de cana-de-açúcar e o sofrimento daqueles que foram escravizados. Eu li e reli incontáveis vezes. Depois dessa memória me vem outra: o sonho de uma criança em ser cientista. Acho que todos em algum momento sonham com isso, ser estrela de cinema, astronauta, ou enfim, sonhos que se perdem quando a vida adulta chega. Costumo, muitas vezes, dizer que meu sonho de criança se realizou. Não sou uma química ou bióloga que trabalha em laboratórios, mas sou uma pesquisadora, imersa nos livros e nas histórias que percebo como fascinantes. Com toda a certeza, a história da ditadura civil-militar não traz o fascínio por ser algo belo e empolgante, assim como a revistinha sobre os engenhos de açúcar também não o eram, mas também estivesse aí o meu gosto, talvez estranho, pelos momentos dolorosos. Só se cura a dor, falando. Só se curam as dores de uma sociedade punindo seus agressores e ensinando a população sobre sua história. A Lara criança talvez se orgulhasse, ou talvez dissesse "sério? Que sem graça!", mas a Lara hoje, é feliz demais por ter se encontrado.

Esse processo de me reconhecer feliz no que faço foi construído aos poucos e talvez só nesses momentos de despedida é que percebemos de fato, porque é neles que fazemos um levantamento de tudo que foi vivido. E nesse tempo teve tristeza, teve solidão, conflito e aprendizado. Das vezes que me senti sozinha e que não vi sentido no que fazia, que me perguntava se era só eu e as "vozes" da minha cabeça que vemos sentido no trabalho, sempre apareceu alguém e me lembrou porque cheguei até aqui. Viver esse momento de conflito e durante uma pandemia foi pesado demais! Se já é pesado naturalmente, imagine agora! E foi aí que eu lembrei que nunca estive sozinha, nem agora, mesmo sem a presença física daqueles que eu amo, nem nunca.

A trajetória começa, com toda certeza, muito antes de mim, com duas mulheres, mães de oito e nove filhos cada. De um lado, a dona Dileta, que lembro com carinho da alegria que nos recebia na sua casa, de sentarmos na varanda, de ver ela mexendo na toalha de mesa enquanto contava algo. "A Lara sempre foi muito inteligente", ela dizia, e pra ela, o fato de eu ter visto um cachorrinho e dito "auau" era a prova disso. A mãe do pai. Do outro, a dona Judith, viúva jovem, com 32 anos, mãe de crianças demais pra dar conta. Dela eu lembro das unhas sempre feitas e de que mesmo que a gente não tenha

muito, sempre tem alguém precisando mais. Lembro da mão dada e de acompanhar ela partir. Ela, a mãe da mãe.

Se começou com elas essa história de agradecimentos e honra porque chegamos até aqui, foram eles que possibilitaram tudo isso. Pai e Mãe. Lauri Coletto e Elsa Salete da Silva Coletto. A vida nem sempre foi fácil, pra eles separados, juntos e pra nós, das nossas dores talvez nem a gente saiba direito. A vocês dois eu agradeço a oportunidade, a garra, a vontade de sonhar, as noites mal dormidas, as montanhas de segunda-pele, as viagens de carro, a casa pra qual eu sempre posso voltar e a certeza de que ela não é um lugar, mas é o amor de vocês e colo de vocês.

As vezes eu penso que se não tivesse sido o meu irmão, talvez eu nunca tivesse vindo a Porto Alegre. Ao Milton Mateus Alves Teixeira Filho eu agradeço o amor incondicional, o suporte e o crescimento, se eu to aqui, a culpa é dele. A Larissa Coletto, que me disse que se eu conseguia escrever quarenta páginas de um assunto "chato", eu escreveria uma sobre ela tranquilo. Escreveria mesmo, mas vou resumir: obrigada por ser luz nas nossas vidas, por tirar a gente da mesmice, por nos dar vida nova e por sempre ser companhia mesmo de longe.

As tantas e tantas amizades e pessoas que passaram na minha vida, eu agradeço cada segundo e cada aprendizado, mas em especial as minhas princesas: Júlia Nequete, Manuela Tuerlinckx e Natália Fraga, mesmo distantes porém sempre presentes. A Júlia um agradecimento ainda mais especial: obrigada por ser uma companheira em todos os aspectos da minha vida, obrigada pelas dicas de livros, parcerias de trabalho, correções de textos, cervejas e conversas (no tempo que ainda dava). À Danielly Engelman de Oliveira agradeço o teu amor que emana a distância, que nem o tempo e nem os muitos quilômetros apagam uma trajetória de trocas, obrigada pelas trocas enquanto ambas estavam nervosas e confusas. A Ana Caroline Parahyba por ter acompanhado cada ideia, cada projeto, cada sufoco e por construir coisas novas com o que restou.

Ao meu amor - muitos outros apelidos bregas -, Ali Castilhos Fear: o nosso encontro foi a coisa mais linda que poderia ter acontecido. Obrigada por aceitar um novo integrante no nosso namoro - a dissertação -, por ignorar surtos de raiva, por me apoiar em dias tristes e por ser tão regrado com os estudos que me fez ser um pouco mais organizada. Que sigamos juntos aprendendo e comemorando novas etapas.

As minhas tias, Claudete, Alzira, Bernadete e Lúcia, por terem sido sempre um pouco minhas mães e por terem me ensinado desde muito cedo que por mais que dar aula seja muito difícil e exaustivo, ainda assim compensa. Vocês sempre foram os meus

exemplos de professoras, cada uma de uma área e a sua maneira. E nesse sentido, a minha querida orientadora Tatyana de Amaral Maia, lembro com imenso carinho de todos os ensinamentos, correções e apoio. Nunca esquecerei do que me disse quando passei no mestrado, de que temos que ir em frente, mesmo sem saber como vai ser. Lembro disso todos os dias.

Agradeço à Pontifícia Universidade Católica, principalmente às pessoas que fazem ela acontecer. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História por tanto aprendizado. Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (CNPq) porque foi a partir da bolsa de iniciação científica que hoje concluo o mestrado, que possamos seguir financiando o conhecimento e a pesquisa. Agradeço também aos meus colegas do Grupo de Estudos sobre Ditadura: Leonardo Fetter, Isadora Freitas e Mariana Coutinho pelas conversas, trocas e eventos realizados, mesmo que a internet nem sempre tenha colaborado. Um agradecimento à Janaina Cordeiro e Miliandre Garcia que aceitaram participar da banca de avaliação, me espelho muito em vocês enquanto profissionais.

Um agradecimento especial aos companheiros mais que especiais: Raiska e Zé, meu anjos em forma de gatos, que todo dia, onde quer que eu estivesse lendo ou escrevendo, bateram ponto tirando uma sonequinha do meu lado. A Aurora - Lolita da didi -, a golden retriever mais linda do mundo, agradeço pelo carinho e a calma que falta em muitos humanos. Ao Bumi, Fred e Naomi, porque devemos aprender sempre com os animais a sermos um pouco melhores, a cuidar, a ter responsabilidade e compreendermos que não é porque não são humanos que não merecem o mesmo respeito. Em muitos dias, foram eles que me mantiveram em pé.

Por fim, agradeço a todos e todas que constroem essa trajetória, que pesquisam no Brasil e, principalmente, na área de História. Têm sido tempos difíceis, mas muito já caminhamos. Além disso, esse trabalho só é possível porque, nos últimos vinte anos, muito se fez pela história que visa tratar dos temas relacionados à ditadura civil-militar brasileira. É importante falar "para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça"!

RESUMO

Durante a ditadura civil-militar brasileira, Olavo Bilac, poeta e jornalista brasileiro, foi elencado pelo regime como Patrono das Forças Armadas do país, sendo, então, o primeiro civil a compor o panteão. Dessa maneira, percebe-se que o uso da figura do poeta fez parte de uma busca por atrair a adesão das camadas civis ao governo instaurado após o golpe de 1964. Foram utilizados diferentes artifícios para chegar a tal fim, incluindo a produção de obras de cunho biográfico, como a produzida pelo general Moacir Araújo Lopes intitulada "Olavo Bilac, o homem cívico" de 1968, em decorrência do cinquentenário de sua morte, ocorrida em 18 de dezembro de 1918. Nos anos de 1965 (ano em que se deram as comemorações do centenário de nascimento do poeta) a 1968, ocorreram uma série de comemorações por parte da ditadura civil-militar na busca de levar até a população um modelo de cidadão a ser seguido. Em vida, Olavo Bilac foi, além de poeta e jornalista, um homem cívico, participando de maneira ativa na educação dentro do civismo de crianças mas, principalmente, fora uma figura importante na formulação e difusão do Serviço Militar Obrigatório. Como consequência de sua participação nas postulações do SMO, criou-se a Liga de Defesa Nacional, na qual Bilac teve importante papel já que viajou o país discursando para diferentes grupos sociais: jovens, políticos e militares. Seu discurso à juventude na Faculdade de Direito tornou-se símbolo de seu civismo, dizendo-se ser um "vulgarizador de ideias", o poeta soube levar debates muitas vezes fechados à intelectualidade, seja ela civil ou militar, à um número maior de pessoas, incitando a participação dos mesmos na vida do país. Sendo assim, o regime militar instaurado a partir do golpe ocorrido em 31 de março de 1964 usa-se dos vultos do passado para construir sua legitimidade e da figura de Olavo Bilac para elencar um modelo de cidadão da mesma forma que, a partir da ideia do perigo iminente de uma invasão comunista, busca acirrar o civismo, fazendo com que a população compreendesse a necessidade de abdicar de seus direitos em prol da proteção da nação. É então, através das comemorações de cunho cívico e das postulações de escritores alinhados ao regime, que esse processo de enquadramento da memória de Bilac ocorreu. O trabalho aqui apresentado forma-se então, através da intersecção entre História Política e social, na busca por compreender, de maneira mais ampla, as diferentes formas de diálogo com a sociedade e instrumentos utilizados para criar legitimidade que a ditadura civil-militar brasileira se utilizou, compreendendo que a relação Estado autoritário e sociedade civil é, por muitas vezes, complexa.

Palavras-chave: Olavo Bilac - Ditadura civil-militar - Sociedade e regimes autoritários - Civismo - Crise moral.

ABSTRACT

During the Brazilian civil-military dictatorship, Olavo Bilac, Brazilian poet and journalist, was elected by the regime as Patron of the Armed Forces of the country, being, then, the first civilian to make up the pantheon. In this way, it is clear that the use of the figure of the poet was part of a search to attract the adhesion of the civil strata to the government established after the 1964 coup. Different artifices were used to reach this end, including the production of works by biographical imprint, such as the one produced by General Moacir Araújo Lopes entitled "Olavo Bilac, the civic man" of 1968, as a result of the fiftieth anniversary of his death, which occurred on December 18, 1918. From 1965 year of commemorations of the centenary of the poet's birth) to 1968, there were a series of commemorations by the civil-military dictatorship in an attempt to bring to the population a model of citizen to be followed. In life, Olavo Bilac was, in addition to being a poet and journalist, a civic man, actively participating in education within the civic spirit of children, but, above all, he was an important figure in the formulation and dissemination of the Mandatory Military Service. As a result of his participation in the MMS postulations, the National Defense League was created, in which Bilac played an important role as he traveled the country speaking to different social groups: young people, politicians and the military. His speech to youth at the Faculty of Law became a symbol of his civility, claiming to be a "popularizer of ideas", the poet knew how to lead debates often closed to intellectuals, whether civil or military, to a greater number of people, encouraging their participation in the life of the country. Thus, the military regime installed after the coup that took place on March 31, 1964 uses the figures of the past to build its legitimacy and the figure of Olavo Bilac to list a model of citizen in the same way as, from the idea of an imminent danger of a communist invasion, it seeks to intensify civility, making the population understand the need to abdicate their rights in favor of protecting the nation. It is then, through civic commemorations and the postulations of writers aligned with the regime, that this process of framing Bilac's memory took place. The work presented here is formed, then, through the intersection between Political and Social History, in an attempt to understand, in a broader way, the different forms of dialogue with the society and the instruments used to create legitimacy for the Brazilian civil-military dictatorship, understanding that the relationship authoritarian state and civil society is often complex.

Keywords: Olavo Bilac - Civil-military dictatorship - Society and authoritarian regimes - Civism - Moral crisis.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Assuntos mais tratados na obra de Lopes	55
Gráfico 2: Temáticas mais tratadas na obra de Brandão	58
Gráfico 3: Assuntos mais tratados por Magalhães Jr.	60
Gráfico 4: A temática do civismo nas biografias	66
Gráfico 5: A temática das Forças Armadas nas biografias	71
Gráfico 6: A temática da Modernização nas biografias	79
Gráfico 7: A temática juventude nas biografias	86
Gráfico 8: Assuntos polêmicos acerca da vida privada de Bilac	113

1 INTRODUÇÃO	14
1 As imagens do passado desenham o futuro: o imaginário social e as biografias acerca de Olavo Bilac	22
1.1 O imaginário social: as construções da nacionalidade através de comemorações cívicas.	24
1.1.1 O imaginário social	24
1.1.2 Relembrar o passado para construir o futuro	27
1.1.3 As comemorações cívicas	29
1.2 Quem foi Olavo Bilac	36
1.2.1 A campanha cívica	37
1.2.2 A literatura cívico-pedagógica	40
1.3 As direitas e as leituras acerca de Bilac: o uso das biografias	43
1.3.1 As direitas no Brasil	44
1.3.2 As biografias e seus autores	45
1.3.2.1 As biografias	48
1.3.2.2 As produções acerca de Olavo Bilac	51
2 A crise moral coloca em debate a cidadania: a exacerbação do civismo em governos autoritários.	63
2.1 Olavo Bilac e as Forças Armadas: o civismo em detrimento da cidadania.	63
2.1.1 Civismo e cidadania.	63
2.1.2 O ideal cívico das Forças Armadas.	70
2.2 "O cidadão de bem" e a unidade nacional.	74
2.2.1 O verdadeiro cidadão acredita na modernização.	78
2.2.2 - O civismo feminino: a participação feminina no golpe à busca por legitimidade à ditadura.	81
2.3 - A juventude é o futuro da nação: a busca por aproximar os jovens e o regime ditatorial.	85
3 Os heróis nacionais são fonte de inspiração: os Patronos das Forças Armadas como exemplo de cidadania.	97
3.1 - Os mitos e ritos: o uso do passado na busca por construir a nacionalidade.	97
3.2 - Os heróis nacionais	101
3.2.1 - D. Pedro I	103
3.2.2 - Tiradentes	108
3.3 - As disputas de memória em torno de Olavo Bilac.	112

3.3.1 - A boêmia	115
3.3.2 - Os noivados frustrados	120
Conclusão	127
REFERÊNCIAS	130

1 INTRODUÇÃO

[...] "... Não nos limitemos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse e, sendo homens de letras, não deixamos de ser homens" (Últimas Conferências). Era desse feitio seu parnasianismo; fora da torre de marfim, participante, brasileiro, bem brasileiro, e isto é que deve tê-lo levado a ser o mais amado poeta de sua época e um dos que melhor souberam traduzir a alma coletiva nacional [...] (BRANDÃO, 1969, p.38)

E concluía sua crônica dizendo que "desde que um Estado é forçado a manter uma força policial (e isso é coisa que nenhum estado pode dispensar), a existência dessa força só pode ser justificada pelo seu valor, pela sua disciplina, pela sua instrução". (MAGALHÃES JR., 1974, p.292)

A pergunta se coloca logo de início: qual a importância dessas passagens para a compreensão da sociedade durante a ditadura civil-militar? Ambas visam tratar de Olavo Bilac. A primeira foi produzida por um membro das Forças Armadas e coloca o poeta enquanto "bem brasileiro" (BRANDÃO, 1969, p.38), e como aquele que melhor soube "traduzir a alma coletiva nacional" (BRANDÃO, 1969, p.38). A segunda, escrita por um membro da Academia Brasileira de Letras, busca tratar da importância das Forças Armadas, dizendo que sua existência é justificada "pelo seu valor, pela sua disciplina, pela sua instrução" (MAGALHÃES JR., 1974, p.292). Ambas eternizadas através de livros.

Por muito tempo se resumiu a questão "sociedade e ditadura" tendo como ponto de partida a ideia, muito cultivada na década de 1980, de um Estado opressor *versus* sociedade resistente. A problemática inserida nesse contexto se percebe através da construção de uma memória daqueles que compreendiam-se enquanto resistência a ditadura e, acabados os anos de chumbo, buscaram colocar-se distantes de atos contrário aos direitos humanos, em principal, a tortura e os desaparecimentos forçados.

A sociedade que viveu tais anos buscou edificar uma memória de que o golpe havia sido imposto e, que, instaurada a ditadura, a população ficou incumbida de resistir. Denise Rollemberg (2010, p.99) aponta que foi pelo modo como se deu a redemocratização que possibilitou a construção dessa memória:

A partir do ano da *anistia*, silenciava-se sobre o fato de que aqueles foram *anos de ouro* para muitos; a consagração da metáfora *porão* que tornava invisível - leia-se, ignorado - o inadmissível, uma vez que nos subterrâneos. A partir dali, a sociedade construía a imagem de si mesma como essencialmente democrática, que repudiava o arbítrio, desde o início, desde sempre, numa *luta intransigente* contra os militares (ROLLEMBERG, 2010, p.100)

Sendo assim, a estruturação de tal memória serviu, também, ao esquecimento de certas questões, como o apoio ao golpe perceptível através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que configurou-se em um dos momentos de maior aclamação popular em prol do afastamento de João Goulart e do suposto comunismo. Findada a ditadura, os diferentes grupos sociais, passaram a colocar-se enquanto defensores da democracia.

Foram os trabalhos produzidos nos anos de 1990 e 2000 que possibilitaram tal debate. Com a abertura dos arquivos, se multiplicam as pesquisas que passavam a analisar o golpe e a ditadura incorporando diferentes recortes temáticos e objetos de pesquisa, ampliando consideravelmente o conhecimento sobre o período. A historiografia também passou a investigar as relações entre governo e sociedade civil, incluindo além de novas pesquisas sobre o funcionamento da repressão e das violações dos direitos humanos, os mecanismos de coesão produzidos pela ditadura e sua relação com os grupos que não aderiram à luta armada ou não se encontravam no seio de organizações políticas.

Importantes trabalhos foram produzidos e possibilitaram novas leituras acerca do período. Daniel Aarão Reis, em 2000, publicou o livro *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*, no Brasil, trazendo novos debates acerca da participação civil no golpe, expandindo o termo "ditadura militar" para "ditadura civil-militar". Dessa maneira o autor abre novo leque de possibilidades para a pesquisa acerca do regime.

Temos obras significativas no que diz respeito às ampliações dos temas pesquisados, essas produções, em sua maioria, buscaram trazer ao debate a participação civil, presente tanto na articulação do golpe, quanto no apoio e na presença efetiva dentro do aparato burocrático e estatal. As obras de Aline Presot¹, Janaína Cordeiro², Tatyana Maia³, Denise Rollemberg e Samantha Quadrato⁴, e por fim, o trabalho de Adriano Codato

¹ PRESOT, Aline Alves. *As marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação de Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

² CORDEIRO, Janaína Martins. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. E sua tese de doutorado de 2012, intitulada *Lembrar o passado, festejar o futuro: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento (1972)*.

³ MAIA, Tatyana de Amaral. *Os cardeais da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura na Ditadura Civil-Militar (1967-1975)*. São Paulo: Itáu Cultural, 2012.

⁴ ROLLEMBERG, Denise.; QUADRAT, Samantha. (orgs). *A construção social dos regimes autoritários. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX*. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

e Marcus Oliveira⁵ também são importantes exemplos. Essas obras trazem novos elementos ao debate historiográfico acerca da ditadura debatendo a participação feminina, a participação da intelectualidade, participação do catolicismo conservador e questões de legitimidade e coesão.

É nesse sentido que buscamos construir essa dissertação, buscando investigar o uso de representações sobre Olavo Bilac na busca da construção da legitimidade do regime. Utilizamos de obras biográficas sobre Bilac publicadas durante a ditadura na busca por compreender a relação sociedade/Estado. Temos como ponto de partida a ideia de que um regime de cunho autoritário não conseguiria manter-se, por 21 anos, apenas através da violência. Outros métodos foram criados e, esses instrumentos não poderiam soar apenas como impostos à sociedade. Nesse sentido, se fazia necessário elencar uma figura compreendida enquanto um herói nacional, que conseguisse exprimir a necessidade de união entre civis e militares. Para tanto, Olavo Bilac foi elencado enquanto um "exemplo de cidadão consciente de seus deveres frente à sociedade" (MAIA, 2014, p.91).

Através de festas cívicas que buscavam comemorar o centenário do poeta, Olavo Bilac foi enquadrado pela ditadura e passou a ser reconhecido como Patrono das Forças Armadas, sendo símbolo da união entre civis e militares pela proteção do Brasil. A justificativa para incluir o poeta no rol dos heróis nacionais se explicava através de sua participação junto ao Estado brasileiro, na busca por construir a soberania nacional.

Em vida, Olavo Bilac foi um dos idealizadores da Liga de Defesa Nacional (LDN) e o principal propagador das ideias elaboradas por essa entidade. A Liga surgiu em 7 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, porém, tem como marco inicial o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito em São Paulo. A LDN buscava construir um caráter apartidário, sendo assim, o presidente da república em exercício seria também, o presidente da entidade, além de constituir-se em uma agremiação mista, ou seja, composta tanto por militares como por civis.

Sua criação tinha como ponto de partida a necessidade de mobilizar a burguesia para o Serviço Militar Obrigatório (SMO), dentro do contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). A formação da LDN se coloca também no contexto brasileiro nos

⁵ CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto de. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 271-302, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/SXsL7dJ66LNpS5r3GCd638p/?lang=pt>

anos de 1916, tendo em vista o fato de que a República Brasileira era relativamente jovem e necessitava de uma série de modificações para que se consagrasse. O Brasil tinha como características sua vasta extensão territorial e uma grande heterogeneidade cultural que, de certo modo, dificultava um poder executivo centralizado.

É nesse contexto que um grupo de intelectuais brasileiros - civis e militares - passaram a debater a necessidade de um Exército Nacional bem estruturado. A principal justificativa para essa proposta era de que o Exército era a única instituição verdadeiramente nacional e, naquele momento, havia grande demanda para a questão nacionalista. Sendo assim, nos anos de 1915 e 1916, Olavo Bilac proferiu uma série de discursos em diversas cidades brasileiras tendo como objetivo difundir ideais cívicos caros ao contexto apresentado acima.

Dessa forma, Olavo Bilac se torna um grande vulgarizador de ideias, como citado por Patrícia Hansen (2016, p.406), devido ao fato de levar esses debates muitas vezes limitados a grupos intelectuais, a outros setores da sociedade. A proposta de Bilac constitui-se em uma pedagogia cívica⁶, visto a grande importância da inserção do debate nacionalista na vida social do Brasil, ou seja, não sendo apenas exclusividade do mundo político e intelectual. Sua figura, mesmo em vida é carregada por um enorme capital simbólico, sua participação na vida política do país foi de grande importância sendo retomada em vários outros momentos sempre em função de usos políticos para construir legitimidade para diferentes governos.

Durante o primeiro governo Vargas (1930-1945) iniciou-se o processo de enquadramento da memória⁷ de Olavo Bilac às necessidades do Estado. Esse processo se dá tendo como ponto de partida o grande potencial simbólico da figura do poeta, como já citado acima, mas também, o contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a necessidade de convocar os cidadãos brasileiros a lutarem na Europa. É nesse período também que, o dia de nascimento do escritor torna-se o Dia do Reservista (16 de dezembro).

⁶ Como referência usamos os debates propostos por Patrícia Hansen em sua tese de doutorado, no qual a autora disserta sobre a necessidade de educar a população em um contexto de grandes mudanças sociais. Para isso foi necessária "a promoção de novos hábitos, atitudes, sentimentos e virtudes apresentados como 'bons', em oposição aos anteriores que passam a ser vistos como 'atrasados' ou 'maus'." (HANSEN, 2007, p.11).

⁷ Usa-se aqui o conceito desenvolvido por Michael Pollak, no qual o autor diz que "O trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e futuro." (POLLAK, 1989).

A instauração dessa comemoração cívica está relacionada ao enquadramento da figura de Olavo Bilac aos usos políticos. Antes desse período as comemorações relacionadas ao poeta circulavam apenas pelas instituições às quais Bilac esteve vinculado, como a LDN e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Essas comemorações passam a fazer parte do calendário nacional e buscam construir um elo entre militares e civis frente a proteção dos interesses da nação. É perceptível que, como exemplificado por Patrícia Hansen (2016), a partir de 1939, o debate do soldado-cidadão, principal foco dos discursos e ações de Olavo Bilac e da LDN, desloca-se da ideia de um povo em armas, para passar a significar a lealdade e defesa de um governo com teor autoritário.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil, iniciou-se novo processo de enquadramento da memória de Bilac. O centenário de Olavo Bilac ocorreu durante o governo de Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente-ditador da ditadura militar. Essa comemoração foi anexada ao calendário estatal e uma série de eventos ocorreram, como a concessão do título de Patrono das Forças Armadas à Olavo Bilac, sendo ele o primeiro civil a fazer parte do panteão. Na data de sua morte, em 1968 ocorreu também a reedição da obra *A Defesa Nacional*, contendo uma série de apresentações que modificam a leitura da produção de Bilac tendo em vista a necessidade de legitimação do regime militar.

É aqui que se inserem as citações com a qual começamos esse tópico. Uma série de outros livros são lançados no pós-1964 contendo um teor biográfico para relembrar a importância de Olavo Bilac na vida política e social do país. Muitos desses livros buscaram relembrar o trabalho patriótico desenvolvido pelo escritor e também a importância das instituições, em especial o Exército brasileiro como verdadeiro símbolo de nacionalismo.

É importante enfatizar que nos anos de 1965 a 1974 (recorte no qual esse trabalho está circunscrito e que tem como ponto de partida as comemorações do centenário de Olavo Bilac), são também os anos com maior cerceamento das liberdades democráticas e de forte repressão. Em contraponto, foi um período de investimento em políticas econômicas que possibilitaram a expansão do consumo entre setores médios da sociedade e investimento político da ditadura na busca de apoio popular. Somados os pontos acima com as comemorações do Sesquicentenário da Independência (1972), vemos um crescimento da pedagogia cívica, nas quais se somam as produções biográficas de Bilac que buscam reforçar o civismo.

Dessa forma, a ditadura civil-militar incorporou a mensagem de Bilac levada à população e se colocou enquanto herdeira desse legado. Se nos anos de 1916 se debatia a construção da nacionalidade, e as Forças Armadas surgem enquanto um componente atrelado ao "nacional"; nos anos de 1964 intensificam-se ideias como a retidão moral dos militares, sua competência e, principalmente, seu nacionalismo.

Muitos foram os mecanismos que a ditadura buscou utilizar para se legitimar e trazer consenso para seu governo. A educação cívica foi um deles. Seja através de festas cívicas, da concessão de títulos, das disciplinas de moral e cívica e da edição de obras biográficas, a ditadura levou à população a necessidade de conhecer o Brasil e seus grandes heróis, tendo como ideia central, a justificativa de que só assim, o país teria capacidade de se desenvolver.

Muitos outros elementos foram acionados, como o medo do comunismo, a fé cristã, o cidadão de bem e, também, a ideia da mãe protetora do lar. Dentro dessa educação cívica, tais ideias foram levadas à juventude por dois motivos: primeiro porque os jovens tanto secundaristas, como estudante universitário, fizeram forte oposição ao regime, sobretudo, a partir de 1968; em segundo, porque a ditadura acreditava que a juventude se bem instruída levaria adiante, passando as próximas gerações, aqueles ideais caros à ditadura e, contribuindo para a coesão entre sociedade e Estado.

Sendo assim, aqui buscamos analisar três produções: *Olavo Bilac, o homem cívico*, do Gen. Moacir Araújo Lopes, de 1968; *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota* de Adelino Brandão, de 1969; e *Olavo Bilac e sua época*, de Raymundo Magalhães Jr., de 1974. Todos os livros produzidos com teor biográfico buscando ressaltar elementos da vida política e particular do autor com o intuito de criar legitimidade para o regime militar, além de tratarem de outros assuntos caros ao conservadorismo, que compunham a estrutura do governo, como família e juventude.

Olavo Bilac tornou-se um importante expoente a ser utilizado pela ditadura civil-militar devido ao fato de se configurar em um símbolo de cidadania e civismo. Dessa maneira o civismo passa a se confundir com a cidadania, passando por um processo de releitura caro às diretrizes autoritárias, buscando modificar a relação entre cidadão e Estado, e também inculcar na sociedade a ideia de um "perigo" iminente na figura de um inimigo interno.

Tendo em vista esses tópicos tratados acima, notamos a necessidade de debater

para além da participação efetiva dos intelectuais na elaboração do Estado, incluindo também as leituras feitas pelos diferentes grupos políticos à frente do poder executivo, buscando, a partir das obras biográficas, construir legitimidade para seus governos, como observado no caso da ditadura civil-militar no Brasil. A ditadura civil-militar dos anos de 1964 utilizou-se não só dos debates do Serviço Militar Obrigatório, mas também da pedagogia cívica de Bilac, ou seja, da formulação de um modelo de cidadão caro às ideias conservadoras em voga.

Além disso, possibilita o pesquisador compreender as ambivalências que formam a diversidade de pensamentos entre a população, e também, a cultura política⁸ que permeia a sociedade. A população brasileira nem sempre aderiu inteiramente ao golpe, ou ao regime ditatorial instaurado no pós-1964 e entender a relação Estado/população civil se faz importante para que possamos compreender, de maneira mais ampla, os diferentes dispositivos utilizados pela ditadura brasileira na construção de sua aceitação.

Para tanto, buscamos analisar, dentro das obras biográficas acerca de Bilac quais eram os temas mais tratados por aqueles que as escreveram e no que eles se assemelhavam ao pensamento da época, tanto de civis, quanto militares. Buscando compreender, inclusive, como esses biógrafos se utilizaram dos discursos, crônicas e cartas de Bilac, tendo como base, um conhecimento acerca do poeta.

Foi possível perceber que a prática de se utilizar da figura do poeta enquanto exemplo de cidadão já vinha há muito tempo sendo utilizada. O que ocorreu, ao longo dos anos, foi o direcionamento feito por uma comunidade política e intelectual, correspondendo com as demandas dos governos. Tal direcionamento é visto enquanto uma prática de governos democráticos, mas também, de governos autoritários, podendo, inclusive, dizer que, naqueles de cunho autoritário, a presença de usos dos heróis do passado é mais forte, visto a necessidade de angariar aceitação.

Sendo assim, esse trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro, um debate historiográfico, apresentação das fontes e de seus autores. Buscou então, debater conceitos caros à compreensão desse trabalho. Buscou-se compreender quem foi Bilac também se faz necessário para que possamos entender o porquê o poeta foi elevado ao

⁸ Essa cultura política representava os valores sociais, os elementos que unificavam a população em torno de um projeto de nação, englobava tanto a esquerda quanto a direita e intensificava a busca pela conciliação, pela ambivalência, o ser um e outro ao mesmo tempo, resistir e apoiar.

panteão das Forças Armadas e, também, porque tornou-se símbolo de cidadania. A partir disso, será possível compreender o trabalho desenvolvido pelos biógrafos de Bilac e a intencionalidade de suas obras, atentando para o fato de que esses escritores são pertencentes a uma direita conservadora⁹. Nesse sentido compreende-se o papel das obras biográficas no mundo moderno e a sua capacidade de contribuir para a difusão de um pensamento.

O segundo capítulo buscou tratar dos principais temas levados à população através dessas biografias. Entre eles encontrados o conceito de "civismo" que se confunde com o significado de cidadania, estando sempre ligado ao amor incondicional a pátria e a luta pelo seu desenvolvimento e proteção. Nota-se então, que as Forças Armadas se autodeclararam a mais cívica das instituições sendo, em suas palavras, a única capaz de elevar o país ao rol dos países desenvolvidos. Sempre alicerçados em falas do poeta, seguem-se exemplos da conduta esperada dos verdadeiros brasileiros, sendo assim, nota-se questões como unidade nacional e modernização, além da inserção feminina, como protetora do grande lar configurado no Brasil. Por fim, nota-se uma preocupação em levar tais debates à juventude, tendo a percepção de que os biógrafos militares de Bilac, fizeram livros direcionados a esse grupo.

O terceiro capítulo, por fim, busca demonstrar como o passado foi utilizado na busca por construir um modelo de nação e cidadania e que, essa foi uma prática comum. Buscamos trazer exemplos de usos dos grandes heróis nacionais demonstrando que sua anexação não está isenta de conflitos de memória, para, finalmente, demonstrar que questões sensíveis acerca da vida de Bilac foram motivos de disputas memorialísticas. O que acaba demonstrando a maneira como cada biógrafo alinhado com as diretrizes conservadoras buscou lidar com tais conflitos, impondo uma versão oficial.

Percebe-se que o fio condutor deste trabalho está ligado ao consenso, porque estipula um modelo de cidadão ligado aos ideais conservadores, muito presente na sociedade brasileira que vivenciou o golpe e a ditadura. O regime instaurado em 1964 não criou novos elementos na busca por manipular a população. Os militares e civis apoiadores da ditadura, buscaram utilizar-se de figuras e histórias há muito

⁹ Compreende-se enquanto direita conservadora, um determinado viés da direita (diferenciando-se da direita liberal, por exemplo, que partilha de diferentes diretrizes, mais ligada ao capital) que busca conservar a estrutura social e seu lugar na sociedade, perceptível através, por exemplo, dos grandes proprietários de terras contrários à reforma agrária proposta pelo governo de João Goulart

internalizadas pela população do país, sendo assim, a partir do medo do comunismo e em prol da manutenção de um modelo de sociedade, diferentes grupos acabaram por consentir com o regime.

1 As imagens do passado desenham o futuro: o imaginário social e as biografias acerca de Olavo Bilac

O seguinte capítulo busca apresentar as biografias de Olavo Bilac produzidas durante a ditadura civil-militar brasileira e seus autores. Compreende-se como necessário a construção de um debate que visa trazer conceitos como imaginário social, direitas e biografias, para que possamos analisar as propostas de enquadramento de memória¹⁰ de Olavo Bilac como uma prática que não visa apenas distorcer o real, mas utiliza-se dele e dar novo significado tendo como base disputas do presente.

O trabalho aqui proposto busca, também, recorrer aos atos em vida de Bilac, compreendendo como necessária a exposição de tais temas para que se possa apreender, de melhor forma, as motivações que levaram a ditadura civil-militar brasileira a se utilizar de um poeta parnasiano falecido em 1918 na construção de sua legitimidade e, também, alicerçando um diálogo entre grupos militares e sociedade.

Justifica-se a busca por tal análise tendo em vista que o mundo cultural brasileiro se fez importante na construção da nacionalidade e que, ao tentar se fixar no poder todo e qualquer grupo necessita utilizar-se do passado, já que o mesmo delimita também, o compartilhamento de uma mesma identidade. Foi, tendo como base a busca por legitimidade, que os ideólogos da ditadura civil-militar brasileira buscaram mostrar à população do país que partilhavam da mesma história e, além disso, eram os maiores protetores da soberania nacional.

As comemorações, os ritos e a produção de biografias fazem parte de uma prática que não foi exceção do regime instaurado com o golpe de Estado de 1964. Mas configura-se em um debate enriquecedor, já que possibilita compreender como ocorre as disputas de poder, quais mecanismos são utilizados e como se dá a relação entre Estado e sociedade. Perceber essa relação durante um regime de cunho autoritário se faz ainda mais importante, para que possamos compreender a maneira multiforme com a qual as sociedades passaram por esses momentos.

¹⁰ Para uma melhor compreensão do conceito de "enquadramento de memória" ver Michael Pollak, em especial as seguintes produções: "Memória, esquecimento e silêncio" de 1989 e "Memória e Identidade Social" de 1992.

1.1 O imaginário social: as construções da nacionalidade através de comemorações cívicas.

O golpe civil-militar que deu origem à última ditadura brasileira, por mais que tivesse apoio de importantes setores da sociedade, não conseguiu unir toda a população a seu favor. Dessa forma, instalada a ditadura se fez necessário angariar apoio de outros grupos sociais. Recorrer ao imaginário social se fez então, importante, para que se pudesse construir uma imagem pública do regime e de seus governantes, tendo como ponto de partida, a busca por aceitação.

Marcos Napolitano (2014), aponta para o fato de que

Os dados do Ibope mostram que, às vésperas de ser deposto, em março de 1964, João Goulart tinha boa aprovação na opinião pública das grandes cidades brasileiras, com 45% de "ótimo" e "bom" na avaliação de governo, e 49% das intenções de voto para 1965. Apenas para 16% dos entrevistados o governo era "ruim ou péssimo", e 59% eram a favor das reformas anunciadas no Comício de 13 de março. (NAPOLITANO, 2014, p.47)

Instaurada a ditadura e somando-se às estatísticas acima citadas, percebia-se que, Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro dos presidentes-generais, possuía pouco apoio popular pela sua falta de carisma. Sendo assim, unindo o apreço a Goulart e a falta de mobilização social favorável à Castelo Branco, os ideólogos da ditadura passaram a elencar datas e figuras públicas que compunham o imaginário social na busca de aceitação e legitimidade de seu governo, na busca por angariar, ainda mais apoio.

Compreendendo a importância desses momentos na mobilização dos sentimentos nacionais durante o período aqui analisado se faz importante debater o conceito de imaginário social para, então, elencar os momentos em que a ditadura civil-militar fez uso de tal mecanismo na busca pela manutenção da estrutura governamental.

1.1.1 O imaginário social

Podemos compreender o conceito de imaginário social como uma construção interdisciplinar, já que o tema é debatido pela história, antropologia, sociologia e até mesmo pela psicologia. Dessa forma, muitos são os autores que visam debater o tema e compreender como se dá a construção dos imaginários e a que fins eles servem. Trabalharemos aqui com as postulações de Bronislaw Baczko, Carlos Augusto Serbena e Márcia Janete Espig.

Baczko (1985) aponta para o fato de que se percebe uma aceleração da criação de imaginários sociais em momentos de crise, principalmente naqueles em que se busca romper com as instituições anteriores. Trazendo como exemplo a Revolução Francesa onde a república visou criar um imaginário novo, para que a sociedade da França do século XIX se visse enquanto pertencente, contrapondo a sociedade absolutista derrubada pelos revolucionários, Baczko enfatiza que imaginário e poder estão interligados.

Nota-se então que os diferentes grupos sociais que disputam entre si o poder visam, através do imaginário, defender a sua legitimidade à frente do poder e, conseqüentemente, elencar características que justifiquem a falta de habilidade ou merecimento de seus concorrentes para assumir tal posto. O autor nos diz então que

As situações conflituais entre poderes concorrentes estimulavam a invenção de novas técnicas de combate no domínio do imaginário. Por um lado, estas visavam a constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro lado, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões [...] (BACZKO, 1985, p.300)

Espig (2003), na busca por construir uma reflexão acerca do conceito de imaginário social, se alicerça nos debates de diferentes autores, inclusive do polones Baczko. Dessa forma, convergindo com o pensamento do autor, Espig chama a atenção para o fato de que não se pode compreender o imaginário como uma manipulação do real. Imaginário e real possuem, dessa forma, uma relação íntima e circular, "sendo praticamente impossível estabelecer com segurança os limites entre ambos" (ESPIG, 2003, p.53).

O fato se explica, primeiramente, pela compreensão que o imaginário social é formado pelas representações da sociedade e, as mesmas, são constituídas por elementos pertencentes ao real, porém, tendo em vista as questões relativas ao poder e a identidade, se executa um "trabalho de produção de sentidos múltiplos para o real, visto que a realidade é construída de maneira diversa pelos diferentes grupos sociais" (ESPIG, 2003, p.52) assim como "as práticas que visam estabelecer uma identidade própria no mundo; e finalmente as formas institucionais mediante as quais umas pessoas representam a outras" (ESPIG, 2003, p.52)

Sandra Pesavento nos diz que

O imaginário é, pois, representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o "verdadeiro" e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber. Persegui-lo como objeto de estudo é desvendar um segredo,

é buscar um significado oculto, encontrar a chave para desfazer a representação do ser e parecer. (PESAVENTO apud ESPIG, 2003, p.52)

Visto como instrumento necessário não só no que tange ao poder, o imaginário social é importante na manutenção da identidade e, conseqüentemente, coesão de um grupo social e, até mesmo, da nação. Serbena (2003) aponta para o fato de que, nessa busca por uma identidade que está muito relacionada à distinção perante o outro, será necessário recorrer para o sentimento de determinado grupo. Nesse processo, as "imagens, símbolos, sonhos, aspirações, mitos, fantasias, muitas vezes pré-rationais e com forte conotação afetiva que existem e circulam nos grupos sociais" (SERBENA, 2003, p.2) serão evocadas.

Assim, os símbolos e mitos podem tornar-se receptores das projeções dos medos, interesses e aspirações, modelando comportamento, condutas e visões de mundo desde que partilhado por pessoas criando uma comunidade de sentido e solidificando uma determinada visão de mundo. Neste sentido, o campo do imaginário é também um campo de enfrentamento político, extremamente importante nos momentos de mudança política e social e quando se configuram novas identidades coletivas. Isto coloca a questão da duplicidade dos fatos sociais, isto é, a sua dupla referência a um real empírico e a sua função imaginal, isto é, a sua posição ocupada no imaginário do grupo social em questão. (SERBENA, 2003, p.2-3)

Mesmo que o imaginário busque evocar certos sentimentos na população, o conceito pode ser percebido, segundo Serbena, como uma maneira de racionalizar o emocional na busca pela identidade e coesão. Sendo assim, o imaginário social não visa ser um instrumento totalizante, mas sim, busca organizar a vida de um grupo.

Essa busca por organização, legitimidade, diferenciação e coesão se dá através de momentos específicos. Baczko, ao se utilizar das postulações de Rousseau, exemplifica que esses momentos onde a imaginação popular é ativada são aqueles onde os símbolos são evocados e pode ocorrer dentro da educação da população ou dos ritos e festas cívicas (BACZKO, 1985, p.301).

A ditadura civil-militar, na busca por legitimidade, coesão e poder utilizou-se desses elementos citados pelo pesquisador polonês. A educação da população através de um modelo específico de cidadão foi largamente utilizada pelo regime e pode ser perceptível através da implementação das disciplinas de Educação Moral e Cívica, Estudos dos Problemas Brasileiros e Organização Social e Política Brasileira, temas que trabalharemos mais à frente.

Porém, nota-se que as festas cívicas se constituíram em um elemento primordial na busca por elencar representações que justificassem a ditadura. Era preciso, desta forma, recorrer a figuras já presentes no imaginário social, lembrando seus atos através de festas cívicas que contribuíssem para a educação da sociedade além dos bancos escolares e colaborasse na criação de um sentido para o regime ditatorial, justificando sua existência e contribuindo para sua aceitação perante a sociedade.

1.1.2 Relembrar o passado para construir o futuro

Nação e memória foram e são, até os dias de hoje, temas indissociáveis. No início do século XIX muitos foram os debates, no Brasil, acerca da necessidade da estruturação do país e de sua nacionalidade como meio de coesão a partir do sentimento de pertencimento. A historiadora Marly Motta (1992), em seu artigo que visa tratar das comemorações do centenário da Independência, no ano de 1922 aponta para o fato de que

Falar de nação significa mexer com camadas profundas da mentalidade dos povos, que têm nessa criação moderna um símbolo fundamental de identificação coletiva. Concebida pelo nacionalismo e relacionada ao Estado territorial moderno, não vemos a nação como uma entidade abstrata, independente da ação humana. A naturalização das nações inscreve-se na montagem de uma comunidade modernamente inventada, que, na verdade, se concretiza em símbolos, práticas, comportamentos e valores firmemente ancorados na vida social. Estamos-nos referindo aqui à construção de um universo nacional capaz de organizar o espaço público em um processo de constituição de identidade que implica tanto no acentuar dos traços de semelhança e homogeneidade, quanto numa diferenciação em relação ao outro. (MOTTA, 1992, p.2)

Sendo assim, a memória coletiva se torna um importante instrumento na busca pela construção e solidificação de uma identidade nacional, já que é através dessas memórias que se busca mobilizar os sentimentos da população em prol da lealdade de seus cidadãos. Necessita-se, então de espaços concebidos como "lugares de memória"¹¹ que englobam "datas e festas nacionais, hinos, bandeiras, monumentos e arquivos" (MOTTA, 1992, p.3). São, nesses espaços em que o imaginário social é mobilizado em prol do sentimento de pertencimento e do compartilhamento de símbolos, ritos e mitos entre os grupos sociais que acabam por incentivar a coesão nacional.

Relembrar o passado tornou-se, então, um espaço de extrema importância na busca de delimitar as bases para um futuro de realizações. Importante destacar que o uso

¹¹ Para maiores debates ver Pierre Nora, dentre seus trabalhos: "Entre memória e história: a problemática dos lugares" tradução de 1993.

dos símbolos, de figuras importantes e de comemorações, não foi apenas utilizado pelos ideólogos da nação. Alessandra El Far (2000), atenta para o fato de que "a presença dos ausentes"¹², título de seu artigo, foi a maneira encontrada, até mesmo pelos intelectuais da Academia Brasileira de Letras (ABL), de perpetuar uma história e dar credibilidade à recém inaugurada instituição.

Rememorar o passado e aquelas importantes figuras que já haviam falecido se fazia necessário tendo em vista a sua colaboração na "configuração de uma memória comum, capaz de unir a nação em torno de um mesmo culto" (EL FAR, 2000, p.119). A autora acrescenta, citando Coelho Neto, dizendo que, através dos monumentos, "os mortos continuarão a trabalhar na vida pela glória da terra de que se geraram e à qual reverteram no giro da perpetuidade, estimulando, com o exemplo do que fizeram, as gerações que por eles passaram." (COELHO NETO apud EL FAR, 2000, p.119).

Os homens de letras e os políticos importantes na construção da república e da nacionalidade, deveriam então ser lembrados. Aos intelectuais, justificava-se o culto de sua figura devido ao fato de, com suas palavras, colaborarem para a intensificação dos sentimentos, emoções e aspirações da sociedade. Lembrar o passado, tendo aqui como base os debates acerca da ABL propostos por El Far, seria importante para que se construísse uma linearidade entre os tempos, presente, passado e futuro.

Dessa maneira, o passado deixa de ser um momento superado e se torna necessário na busca de construir um futuro próspero, de soberania nacional e modernização do Brasil. José Murilo de Carvalho, em seu artigo intitulado "Nação Imaginária: memória, mitos e heróis" de 2003, atenta para a ideia de que os "fatos e personagens históricos são reinterpretados, frequentemente pelos próprios historiadores, para tornar possível a coexistência de contrários e a junção de elementos díspares" (CARVALHO, 2003, paginação irregular).

Ou seja, o passado de uma sociedade ou de uma instituição é revivido sempre que necessário, tendo como ponto de partida as necessidades ou disputas do tempo presente. Fonte de mobilização dos sentimentos de diferentes grupos, as comemorações de cunho cívico aparecem como um importante elemento por possuir um apelo maior ao imaginário social, já que se utiliza de figuras e datas muito presentes na vida da sociedade brasileira.

¹² Termo cunhado por Coelho Neto, no ano de 1920, ao discorrer, em um artigo de jornal, as razões para se construir um monumento a Machado de Assis.

A ditadura civil-militar brasileira soube utilizar esses momentos de maior mobilização social para construir sua legitimidade, recorrendo a diferentes festas cívicas para romper com as barreiras entre passado, presente e futuro. As barreiras entre os tempos rompiam-se para que se construísse a ideia de que o Brasil, tendo suas bases históricas bem definidas, assim como seus mitos e heróis, era merecedor de um futuro de progresso e, o presente já apresentava características dessa modernização.

1.1.3 As comemorações cívicas

As comemorações cívicas foram e são, até os dias atuais, um importante lugar de memória e de mobilização do imaginário social em prol de uma identidade nacional. Dessa maneira, seu uso não é uma exclusividade de regimes de cunho autoritário, mas uma prática elencada como importante na manutenção da coesão de um grupo ou de uma sociedade.

Porém, se faz importante destacar que é nos momentos de crise política e mudanças drásticas da sociedade que os grupos interessados (podendo ser políticos, intelectuais, entre outros) buscam acionar com maior frequência datas que contribuam na intensificação de sentimentos pátrios. Esses momentos são aqueles em que a população é chamada a relembrar seus vultos maiores e datas festivas importantes na construção de seu país, já que os mesmo encontram-se presentes no imaginário social, tendo, os grupos interessados, apenas o trabalho de rememorar-los e não forjá-los .

A ditadura civil-militar compreendeu que, para a sua manutenção à frente do Executivo, se fazia necessário recorrer ao apoio da população. Esse apoio foi acionado a partir de uma série de atos como a reedição de obras já conhecidas, a produção de biografias e, principalmente, das comemorações de cunho cívico. Passados os anos, modificadas as estruturas do governo ditatorial, certos discursos e comemorações foram perdendo a força, mas ainda assim, quando o regime via-se atacado, uma nova série de eventos eram propostas.

Esse subcapítulo visará, então, trazer alguns exemplos de comemorações cívicas levadas pela ditadura civil-militar brasileira à população do país. Em ordem cronológica das efemérides, trabalharemos com os seguintes textos: "As comemorações cívicas do 1. de maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura civil-militar (1964-1979)" da historiadora Tatyana de Amaral Maia; "As comemorações cívicas na ditadura civil-

militar brasileira através dos cinejornais da Agência Nacional (1964-1978)" produzido por Lara Coletto¹³; e por fim "A ditadura em tempos de milagre: comemorações, orgulho e consentimento", resultado da tese de doutoramento de Janaina Cordeiro.

Através dos trabalhos citados acima, percebemos que o uso das comemorações durante a ditadura iniciou-se já no ano de 1964, um mês após a derrubada de João Goulart pelas forças golpistas. Em maio deste ano ocorreram, então, as comemorações do Dia do Trabalho. Tatyana de Amaral Maia (2017) buscou analisar a maneira como essas comemorações foram retratadas pela Agência Nacional, órgão de propaganda estatal. A historiadora aponta para as seguintes diferenças:

As imagens consagradas pela imprensa durante o governo Goulart (1961-1964) de trabalhadores urbanos e rurais empunhando bandeiras de luta, exigindo reformas de base, erguendo foices e enxadas em nome da reforma agrária, também corriqueiras nos cinejornais oficiais foram substituídas por novas representações visuais, indicando, desde o princípio, a guinada autoritária do novo regime: promover a modernização conservadora do país a partir do binômio "segurança e desenvolvimento", o que incluía uma participação passiva dos trabalhadores no mundo do trabalho. (MAIA, 2017, p.281)

De maneira prática, fora das lentes dos cinejornais, a ditadura buscou reprimir qualquer tipo de dissenso, além disso buscou construir uma nova relação com os trabalhadores, intensificando a ideia de que esse grupo social era uma importante "engrenagem do desenvolvimento nacional proposto" (MAIA, 2017, p.281). A partir da representação imagética levada à população em geral nos cinemas brasileiros¹⁴ a ditadura buscou mostrar-se preocupada e atenta aos mais diversos setores da sociedade. Sendo assim, nas palavras de Maia (2017) "a ditadura militar terá nos cinejornais um veículo de informação oficial orientado para a construção do consenso e da legitimação do projeto de modernização-conservadora" (MAIA, 2017, p.283).

Esse uso político do cinema carregava consigo toda uma teoria que visava levar ao público fragmentos do vivido, sendo assim, a imagem presente nos cinejornais e as informações ali contidas não sofriam censura, já que eram compostas apenas pela realidade. Além disso, a propaganda política não foi excessivamente trabalhada logo após

¹³ Esse trabalho foi desenvolvido pela autora da dissertação durante estágio em Iniciação Científica com bolsa CNPq, com regência de 2017 a 2018. O trabalho, com orientação da prof. Dr. Tatyana de Amaral Maia visava tratar da propaganda durante a ditadura civil-militar, analisando as produções da Agência Nacional (cinejornais e documentários). O projeto resultou no livro intitulado "Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979)", com a participação de outras bolsistas e de Pedro Alves (professor da Universidade Católica de Portugal).

¹⁴ As produções da Agência Nacional se dividiam em documentários e cinejornais com a função de informar a população a respeito das iniciativas governamentais, assim como tratar de cultura. Eram levados à população através do cinema, sendo exibidos antes das sessões iniciarem-se.

a instauração do golpe. Foi no fim do governo de Castelo Branco "diante do crescimento da impopularidade do regime e da rejeição da população ao nome do seu sucessor Costa e Silva, [que] os grupos defensores da propaganda política insistiram na importância de construir uma imagem positiva sobre o regime e o futuro do país" (MAIA, 2017, p.286)

Sendo assim, a primeira comemoração do Dia do Trabalho após a derrocada golpista buscava colocar os militares como parceiros dos trabalhadores, na busca pelo desenvolvimento do país. As comemorações eram esvaziadas de iniciativas reais para os trabalhadores, buscavam, a partir de festas, como o passeio oferecido pela marinha que deveria percorrer a Baía de Guanabara, incentivar um comportamento ordeiro e pacífico, que acabaria no apoio desses grupos ao regime.

No ano de 1964 as comemorações desta data receberam grande destaque nos cinejornais da Agência Nacional. As solenidades mostram além do passeio, o discurso de Castelo Branco, na Praça da Sé, em São Paulo, no qual o presidente-ditador buscou intensificar sua aliança não só com os trabalhadores, mas também com seus patrões. Por fim, o cinejornal apresenta o grande encerramento da festa cívica: um jogo de futebol no estádio do Maracanã, entre Flamengo e Santos.

Maia (2017) postula que sob o olhar do historiador, o cinejornal dedicado ao Dia do Trabalho possibilita observar

(...) o predomínio de uma narrativa empenhada em legitimar o regime de exceção recém-implantado no país, estabelecendo uma comparação silenciosa com período anterior, mas perceptível para aqueles que viveram os turbulentos meses do governo João Goulart e presenciaram o golpe. O cinejornal "Informativo" através de suas lentes registrava aquele dia de encontro patriótico, familiar, festivo, reforçando a importância do trabalhador como agente colaborativo no projeto de modernização conservadora empreendido pela ditadura militar. (MAIA, 2017, p.291)

Nos anos que se seguiram, a ditadura mudou o tom de sua publicidade, buscando tratar de inaugurações de fábricas ou então falar sobre iniciativas que beneficiaram os trabalhadores. Durante o governo Geisel e o esvaziamento do regime, o tom de conciliação e festa voltou a surgir, na busca de restabelecer a relação entre os governantes da ditadura e a população.

Também refletida nas lentes dos cinejornais produzidos pela Agência Nacional, temos as comemorações referentes ao aniversário do golpe e as celebrações que visam tratar da vitória das forças conservadoras sobre a Intentona Comunista de 1935. Essas duas comemorações somam-se na busca do regime por legitimidade e coesão, sendo o "Aniversário da Revolução" um lembrete constante dos motivos que levaram ao golpe e,

a vitória contra a Intentona Comunista como o exemplo fiel da capacidade das Forças Armadas em derrotar o comunismo.

Dessa forma, no ano de 1965 se comemora o primeiro aniversário do golpe, chamado pelas forças conservadoras de "Revolução". No cinejornal Informativo n. 2, 9m30 segundos são dedicadas a essa efeméride. Ao longo do regime, receberam atenção dos órgãos de propaganda oficial seis cinejornais correspondentes ao ano de 1965, 1967, 1969, 1973, 1976 e 1977. Nos focaremos de maneira mais aprofundada nas comemorações referentes aos anos de 1965 e 1973, por se constituírem nos discursos de maior intensidade, buscando levar a população para junto do governo.

Dessa maneira, o 31 de março de 1965 contou com uma grande festividade com diferentes atividades nas quais Castelo Branco esteve presente. O presidente-ditador concedeu entrevistas a repórteres brasileiros e estrangeiros, compareceu a desfiles tanto em Belo Horizonte, quanto em Brasília e, por fim, discursou para a Câmara Federal. Em todas as solenidades aqui citadas, percebe-se, ao longo das falas do narrador que não se encontra junto às imagens em ação, uma intensa busca por unir os grupos militares e civis, as quais, teriam em comum, o amor pela Pátria e sua consequente busca por protegê-la de quaisquer "ideologias alienígenas".

O discurso contido na reportagem é emblemático:

O desfile militar em Belo Horizonte, teve por objetivo simbolizar o movimento armado que restaurou no Brasil o respeito à Constituição, fortaleceu o regime federativo abalado, preservou a democracia ameaçada pelos extremismos excitados e buscou promover o bem estar social. Sob o aspecto militar, a parada dos contingentes mineiros foi um grande espetáculo, impressionando pela harmonia, pelo ritmo e pelo adestramento das tropas. O povo de Belo Horizonte, compareceu em massa aos festejos unindo-se a festa cívica com o mesmo fervor patriótico com que participou civicamente há mais de um ano da memorável marcha da família. (CINEJORNAL INFORMATIVO N.2 apud COLETTI, 2018, p.69)

O presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, terminado o empolgante desfile, segue para a Câmara Federal, onde prosseguiriam as solenidades que celebraram na capital o primeiro aniversário do movimento de nacionalidade que reconduziu o país no caminho das tradições brasileiras. (CINEJORNAL INFORMATIVO N.2 apud COLETTI, 2018, p.69)

(...) o presidente Castelo Branco (...) disse em seu discurso que o governo teve tarefas mais prementes como o restabelecimento da dignidade da administração pública. (CINEJORNAL INFORMATIVO N.2 apud COLETTI, 2018, p.69)

A ideia de preservação da democracia, a busca por integrar a sociedade ao regime lembrando momentos de apoio como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade fazia parte de um projeto que buscava criar coesão social e aceitação. As comemorações presentes nos anos que se referem ao governo de Arthur da Costa e Silva buscavam não

mais lembrar o inimigo comum e a parceria entre os diferentes grupos sociais que compunham o Brasil, mas sim, o projeto nacional-desenvolvimentista em curso e, reforça o direcionamento cristão daqueles que estavam no poder. No ano de 1967 é celebrada missa campal com a presença do arcebispo de Brasília; já no ano de 1969, acordos entre a União e os estados são assinados visando o desenvolvimento do país.

Na única comemoração registrada pelas lentes da Agência Nacional durante o governo Médici, o presidente-ditador não se encontra presente. Seu vice, o almirante Augusto Rademaker comparece a uma solenidade diferente de todas as outras:

Tendo como tema a passagem do nono aniversário da Revolução de 1964, centenas de jovens participaram do concurso promovido pela direção geral do Colégio Pedro II apresentando cartazes, redações e hinos. A solenidade de julgamento dos hinos foi presidida pelo vice-presidente da república, almirante Augusto Rademaker, ex-aluno daquele colégio. Após a apresentação dos cinco hinos finalistas, quando foi escolhido o vencedor, procedeu a premiação dos demais concorrentes classificados em redações e cartazes. A exposição dos cartazes selecionados deu uma idéia perfeita da criatividade demonstrada pelos jovens participantes. Mais uma vez, o Colégio Pedro II vê suas iniciativas coroadas no mais pleno sucesso. (BRASIL HOJE, N.37 apud COLETTI, 2018, p.75)

Sabe-se que, de modo geral, a ditadura combateu o movimento estudantil em todos os níveis, sejam secundaristas ou universitários, além disso, os anos que comportam o governo Médici foram, posteriormente conhecidos como "anos de chumbo", no quais a repressão estatal teve seu ápice. A reportagem do cinejornal Brasil Hoje busca, por meio da imagem pública, trazer a ditadura civil-militar brasileira como "amiga" dos estudantes, os quais participavam também das comemorações do aniversário da "Revolução".

Nos anos de Geisel, com o esvaziamento do regime, as comemorações perderam força. Em 1976 e 1977, o evento ocorre na Vila Militar, no Rio de Janeiro, o discurso em *voz-over*¹⁵, busca demonstrar

características caras aos militares, como a ideia de manutenção da hierarquia que em 1964 constituiu-se em um fator importante para o golpe. Os valores cristãos e democráticos contidos no cinejornal de número 143 demonstram uma preocupação tanto com o progresso econômico quanto social. Assim, apesar do governo Geisel passar por um momento de crise, ainda busca, por meio da propaganda política, insistir no modelo de desenvolvimento nacional. (COLETTI, 2018, p.77)

Os cinejornais que comportam as comemorações da vitória contra a Intentona Comunista contabilizam 10 edições. Configura-se em uma solenidade que não recebe

¹⁵ Técnica que usa a voz de um narrador que não se encontra presente nas imagens que são transmitidas ao público.

grandes modificações ao longo do tempo e, tem como função primordial exaltar os feitos militares contra os comunistas no ano de 1935. A celebração desta efeméride não é exclusividade da ditadura. No ano de 1940, no Cemitério São João Batista, foi construído um monumento para honrar aqueles que deram sua vida em nome da pátria, sendo assim, ano após ano os governantes civis e militares, compareceram ao local para celebrar uma festividade que tinha como função simbolizar a "força e competência, além do nacionalismo dos militares" (COLETTTO, 2018, p.81).

Essa comemoração se transforma em um importante documento histórico devido ao fato de possibilitar a organização de "um aparato de construção de um imaginário anticomunista e pró-nacionaldesenvolvimentista" (COLETTTO, 2018, p.85). O anticomunismo já se constituía em um elemento presente no imaginário social, para tanto, nos anos que comportam a ditadura civil-militar brasileira, era preciso reavivá-lo, "pois, ao lembrar o inimigo também lembrava à população quem eram os heróis, quem havia protegido o país em 1935 quando os comunistas estavam organizados para uma tomada do poder por meio de revoltas" (COLETTTO, 2018, p.85).

Sendo assim, o aniversário do golpe e a vitória contra as forças comunistas em 1935 constituíam uma continuidade, eram exemplos da capacidade militar e de seu civismo e buscavam lembrar a população de qual era o inimigo que ameaçava a estrutura social brasileira. Para tanto, muitos outros exemplos foram lembrados na busca de coesão e legitimidade, como é o caso das festividades ocorridas no ano de 1972.

Iniciados os preparativos já em outubro de 1971 foi "instituída uma comissão nacional para programar e coordenar as comemorações" (CORDEIRO, 2015, p.10) do aniversário da independência brasileira. E, em janeiro de 1972 foi criada a Comissão Executiva Central (CEC) responsável por "dirigir e coordenar as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil" (CORDEIRO, 2015, p.10). Essa comissão foi formada por diferentes pessoas, civis e militares presentes nas mais diversas instituições: ministros do governo, presidentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Conselho Federal de Cultura (CFC), Liga de Defesa Nacional (LDN), Associação de Emissoras de Rádio e TV, e Associação Brasileira de Rádio e TV. Cordeiro aponta para o fato de que as celebrações do sesquicentenário e a composição de sua comissão formam importantes exemplos de como a ditadura soube articular apoios civis e militares.

Na busca pela integração nacional foram criadas Comissões Executivas Estaduais (CEE) tendo como principal função respeitar as especificidades locais, sua cultura e seus

heróis. Buscava-se comemorar o passado e a chegada do futuro, numa busca constante por integração nacional e evocando o patriotismo da nação. Essa visão otimista que observava a modernidade e o desenvolvimento chegar teve na figura de Dom Pedro I, o príncipe da autoridade, a melhor maneira de chamar a população para as comemorações.

Sendo assim, as comemorações iniciaram-se no dia 21 de abril, dia de Tiradentes, e se estenderam até 7 de setembro. O corpo de dom Pedro I passou por diversas cidades brasileiras, para por fim, descansar na Colina do Ipiranga, em São Paulo, ao lado da imperatriz Leopoldina. Junto a essas comemorações, outros eventos ocorreram:

livros editados e reeditados; congressos realizados; escolas e universidades mobilizadas; músicas compostas especialmente para a ocasião; competições esportivas organizadas por todo o país, premiando os vencedores com o 'Troféu Sesquicentenário'. Entre as competições esportivas, um campeonato internacional de futebol, a Taça Independência, com jogos realizados em diversos estados do país, reunindo seleções de diversas partes do mundo e, é claro, a seleção canarinho, tricampeã mundial em 1970 (CORDEIRO, 2015, p.13).

Já, a população compareceu de maneira diversa ao evento:

grupos inteiros da sociedade civil manifestavam-se, querendo dar sua contribuição para aquilo que prometia ser um grandioso *espetáculo cívico-patriótico*; outros tantos não se ofereceram para colaborar, mas participaram, atendendo à convocação do regime para comemorar: empunhando bandeiras, portando chapéus de soldados verde-amarelos, erguendo cartazes de dizeres patrióticos (...). Outros participaram de maneira mais discreta, austera, respeitando, no entanto, a recuperação da história pátria que se realizava em 1972. (CORDEIRO, 2015, p.10)

Percebe-se então, que o Sesquicentenário da Independência do Brasil, importante data para a história nacional, foi utilizado como um mecanismo na busca pela coesão nacional, perceptível também, através do uso da história regional na construção da efeméride. Utilizou-se uma data e importantes figuras históricas há muito fixadas no imaginário da sociedade para levar a esses grupos uma mensagem de progresso resultante da união de forças entre civis e militares.

Dentre a variada gama de comemorações, sejam elas a partir de efemérides, chamando a população em geral para celebrar, ou então a partir da edição de obras e títulos cedidos a personagens importantes no imaginário social, a ditadura soube articular o passado e o presente em prol da sua manutenção. As comemorações eram vistas enquanto um importante instrumento de educação cívica, seus usos foram muitos ao longo dos 21 anos de regime e colaboraram para uma integração entre grupos civis e militares.

Percebem-se os debates acerca de comemorações de cunho cívico como importantes já que contribuem na compreensão dos mecanismos múltiplos com os quais os cidadãos brasileiros viveram a ditadura e, de outro lado, a maneira diversa pela qual o regime buscou dialogar com esses grupos. Colocando-se enquanto continuidade histórica e capaz de levar o Brasil ao progresso, os militares encontraram eco em diferentes grupos sociais, até mesmo aqueles que discordavam de suas práticas, mas compreendiam a importância do Dia do Trabalho, da figura de Dom Pedro e de Olavo Bilac. Outros tantos se conformaram com certas práticas e respiraram aliviados pela ideia de afastamento do comunismo.

Dessa forma, as comemorações cívicas enquanto lugares de memória são um importante objeto de estudo para o historiador, pois possibilita compreender como as sociedades se estruturam e, também, como um regime de exceção permanece por 21 anos. Para além da censura, tortura e desaparecimentos forçados, a ditadura civil-militar brasileira soube utilizar-se de elementos presentes no imaginário social para construir sua legitimidade tendo como base o discurso de proteção da pátria.

1.2 Quem foi Olavo Bilac

Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac nasceu em 1865 na cidade do Rio de Janeiro e faleceu em 1918. Foi jornalista, poeta parnasiano e também inspetor de ensino. No que tange a sua formação, tendo pai médico, seguiu seus passos até abandonar o curso no quarto ano, em seguida, mudou-se para São Paulo para cursar Direito, porém, não chegou a concluir os estudos.

Teve inúmeras funções, dentre elas seu trabalho como jornalista, colaborando inclusive na criação de pequenos jornais como *A Cigarra*, *O Meio*, *A Rua*. Em *A Gazeta de Notícias* permaneceu por um longo tempo colaborando com texto na seção *A semana*. Militante republicano e abolicionista, foi preso durante o governo de Floriano Peixoto por fazer oposição crítica. Mas, após exilar-se em Minas Gerais, voltou ao Rio de Janeiro para cumprir funções administrativas como oficial da Secretaria do Interior do Estado do Rio, inspetor escolar do Distrito Federal, delegado em conferências diplomáticas e também secretário do prefeito do Distrito Federal.¹⁶

¹⁶ Informações retiradas do website da Academia Brasileira de Letras através do link <https://www.academia.org.br/academicos/olavo-bilac/biografia>.

Desde muito cedo compreendeu a função social de um intelectual, agindo diretamente na formulação do sentimento cívico e na defesa da pátria. Em suas biografias aqui analisadas, justifica-se seu sentimento patriótico devido ao fato de ter seu pai como atuante, na função de médico do Exército, durante a Guerra do Paraguai. Leitor ávido, buscou também levar à sociedade uma literatura com teor patrótico.

Compreendendo sua função de intelectual que deveria levar debates muitas vezes fechados aos grupos intelectualizados, à população de modo geral, participou daquela que podemos chamar, campanha cívica, agindo ativamente dentro de ligas de cunho nacionalista. Participou, inclusive, na formulação de uma literatura cívico-pedagógica, formando uma mentalidade brasileira junto às crianças, vistas como o futuro da nação.

1.2.1 A campanha cívica

Os anos iniciais da República brasileira necessitavam de um árduo trabalho para a construção e consolidação de um movimento que ocorria na Europa há alguns anos: a fixação de um Estado soberano que possuía fortes bases para a unidade nacional através da sensação de pertencimento. A falta de um Estado centralizado e os resquícios de conflitos sociais advindos do império, impossibilitava a incorporação de todos os membros da sociedade brasileira.

Sendo assim, a unidade social ainda não era uma realidade e os direitos da população ainda estavam centrados em quem possuía privilégios, financeiros e educacionais. Dessa forma, certos grupos pertencentes à uma elite intelectualizada passaram a buscar, tendo como base os debates ocorridos na Europa, acalmar possíveis conflitos sociais, mas principalmente construir a tão necessária unidade nacional através da valorização de diferentes grupos sociais acelerando sua integração.

Nesse cenário ocorreu a busca pela estruturação do Serviço Militar Obrigatório. Via-se o Exército como um importante mecanismo para a propagação de ideais patrióticos. A Primeira Guerra Mundial mostrou ao mundo o poder das Forças Armadas e intensificou debates sobre Estados soberanos que deveriam cumprir uma série de modificações em nível político e social para que de fato a Nação se concretizasse.

Nesse período a figura de Olavo Bilac se insere enquanto protagonista da chamada "campanha cívica"¹⁷. Esse movimento surge com base em debates proporcionados por uma intelectualidade militar que havia sido formada na Alemanha apelidados de "jovens turcos". Anteriormente às articulações desse grupo, as Forças Armadas brasileiras eram formadas primordialmente por pessoas mais pobres que passaram a servir ao Exército após a Guerra do Paraguai. Durante esse conflito, as forças militares brasileiras que guerrearam na região cisplatina tinham em seu contingente pobres, criminosos e escravos que posteriormente foram libertos. Oliveira (2012 p.35) acrescenta que o serviço militar durante esse período foi visto como meio de saneamento das cidades, e a estrutura desse exército demonstrava de maneira explícita, uma divisão social, já que a Guarda Nacional era destinada à aristocracia rural.

Somada às demandas de fortalecimento da instituição, mal vista pela população, necessitava-se da construção de uma imagem mais favorável que angariasse apoio e participação da burguesia nacional. Somou-se, então, a busca pela criação da Nação. Nesse contexto, Oliveira exemplifica que "(...) à época, tínhamos um Estado, mas não possuíamos uma Nação" (OLIVEIRA, 2012, p. 38), conseqüentemente, sem um governo centralizado, as especificidades regionais mobilizavam mais a população na busca por uma identidade do que a nacionalidade.

No meio militar, todos esses debates tinham também uma função primordial: a modernização da instituição. Foi nesse contexto que alguns oficiais foram enviados à Alemanha buscando construir um diálogo de doutrinas entre os dois países. Ao retornarem, buscaram organizar-se para propagar seus aprendizados entre o oficialato e, foi nesse momento que receberam o apelido de Jovens Turcos. Como meio para espalhar ainda mais a doutrina aprendida, esse grupo criou a revista A Defesa Nacional¹⁸. Na recém fundada revista eram publicados "artigos sobre os problemas estruturais e administrativos do Exército e do País, discutindo-se, dentre outros assuntos, a necessidade do serviço militar obrigatório" (OLIVEIRA, 2012, p.46). Esse grupo, então, se tornou a primeira referência sobre uma intelectualidade consciente no Brasil, segundo Oliveira (2012).

¹⁷ Em diferentes obras, tanto naquelas trabalhadas por essa dissertação quanto em diferentes trabalhos de historiadores é possível ver essa "campanha cívica" como um termo para designar o trabalho de Olavo Bilac e diferentes intelectuais na busca por criar uma nacionalidade e um sentimento cívico.

¹⁸ Importante explicar que nem todos os membros fundadores da revista A Defesa Nacional pertenciam ao grupo nomeado, de maneira pejorativa, de Jovens Turcos. Alguns pertenciam ao grupo enviado à Alemanha e outros eram simpatizantes das propostas e teorias advindas dessa viagem.

Usando os escritos alemães, traduzindo-os e discutindo-os, se buscou pensar a construção da nacionalidade tendo a Alemanha como base e, para isso, era de extrema importância fortalecer e reformular a estrutura do Exército para, conseqüentemente, se formar a Nação. Ou seja, nos anos de 1913, Exército e nacionalidade eram debates inseparáveis, principalmente para conter a intensificação do regionalismo e barrar possíveis conflitos nesses locais.

Como representantes da intelectualidade civil brasileira temos três nomes com posturas diferentes sobre a construção da nacionalidade, como nos apresenta Oliveira (2012): Olavo Bilac, Alberto Torres e Lima Barreto. Aqui nos focaremos na atuação de Olavo Bilac, devido a sua importante participação nesse período e, principalmente, junto à Liga de Defesa Nacional.

Olavo Bilac se intitulava "professor de entusiasmo" (OLIVEIRA, 2012, p.53).

Para o poeta

O papel defensivo das Forças Armadas era menos importante do que sua função de ensinar. Para ele, a principal função do Exército era a educação cívica dos cidadãos. O intuito do serviço militar era trazer todas as classes para os quartéis, pois o Exército atuaria como nivelador social, ensinando disciplina, patriotismo e ordem. (OLIVEIRA, 2012, p. 53)

Através da função educacional, o Exército deveria propagar a união nacional. Dentro da Lei que buscava instituir o Serviço Militar Obrigatório, pensava-se também a distribuição de quartéis pelas diferentes localidades brasileiras, inclusive no interior, na busca pela criação e posterior intensificação da ideia de unidade territorial a partir do conceito de civismo. É importante notar que essa busca pela unidade remetia ao fato de que o maior contingente da população estava isolada dos debates acerca do civismo e, dentro desse núcleo, havia também os imigrantes, absorvidos em sua cultura, sem comunicação direta com a sociedade e a cultura brasileira. Desse modo, buscava-se "militarizar" todos os habitantes do país, tendo como objetivo principal a crença de que "o serviço militar elevaria os de classe baixa e nivelaria os de classe alta". (OLIVEIRA, 2012, p.53).

Um dos maiores empecilhos nessa campanha cívica se encontrava na burguesia. Detentora de certo poder, possuía também, meio para barrar a obrigatoriedade de seu serviço militar, como já havia feito em outros momentos, como na Guerra do Paraguai. Dessa forma, Olavo Bilac optou por uma postura menos crítica a esses grupos, buscando abrir um diálogo e fortalecer sentimentos nacionalistas.

É nesse contexto que surge a Liga de Defesa Nacional (LDN). Em 9 de outubro de 1915, Olavo Bilac inicia sua marcha pelo país, buscando dialogar com diferentes setores da sociedade. Nessa data, o poeta profere seu primeiro discurso aos estudantes da Faculdade de Direito de São Paulo. A preferência pela cidade e pelos estudantes tinha motivos específicos: a juventude deveria ser o foco, na intenção de criar entusiasmo e sentimentos cívicos nesses grupos; já a cidade de São Paulo era ponto estratégico tendo em vista que o estado buscava mobilizar a criação de um Exército próprio, dessa forma, se fazia de suma importância buscar amplificar os debates acerca do nacionalismo nesse estado.

Efetivamente, a Liga de Defesa Nacional surgiu em 7 de setembro de 1916, no Rio de Janeiro, porém, tem como marco inicial o discurso proferido por Bilac na Faculdade de Direito em São Paulo. A LDN buscava construir um caráter apartidário, sendo assim, o presidente da república em exercício seria também, o presidente da entidade, além de constituir-se em uma agremiação mista, ou seja, composta tanto por militares como por civis. Sendo assim, a instituição é derivada de debates internos e externos no país: o regionalismo e seus consequentes conflitos com o governo; e a Primeira Guerra Mundial.

Olavo Bilac foi o grande difusor dos ideais desse grupo devido à sua grande característica de "vulgarizador de ideais" (HANSEN, 2016, p.404), já que buscou levar os debates intelectuais a diferentes grupos sociais, devido ao fato de que os mesmos estavam restritos às elites intelectuais. À frente da Liga de Defesa Nacional, nos anos de 1915, 1916 e 1917, o poeta proferiu uma série de discursos¹⁹ em diversas cidades brasileiras tendo como objetivo difundir ideais cívicos caros aos debates presentes no meio civil e militar.

1.2.2 A literatura cívico-pedagógica

De encontro com sua participação como disseminador dos ideais da LDN, Olavo Bilac foi um importante elemento nos debates acerca da educação cívico-pedagógica da

¹⁹ Os citados discursos podem ser encontrados na obra *A Defesa Nacional*. Os 18 textos que compõem a obra são: *Em marcha!*; *O Cancro*; *Ao Exército Nacional*; *À Marinha Nacional*; *Na Academia das Ciências de Lisboa*; *Aos Homens de Letras de Portugal*; *Aos estudantes mineiros*; *Os escoteiros*; *A Liga de Defesa Nacional*; *Ao Rio Grande do Sul*; *Ao povo rio-grandense*; *O negrino do pastoreio*; *O Exército e a política*; *A língua portuguesa*; *Aos estudantes do Paraná*; *Relações Internacionais*; *A defesa nacional*. Os discursos aqui citados ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Portugal, Rio Grande do Sul e Paraná.

infância brasileira. Atuou conjuntamente com um grupo composto por diferentes intelectuais brasileiros²⁰ que compartilhavam das mesmas ideias, os quais produziram, também, obras para o público infantil na busca por criar uma literatura cívico-pedagógica propriamente nacional.

De um lado a Liga de Defesa Nacional buscava educar os jovens-adultos através das Forças Armadas. De outro, era preciso focar-se nas crianças vistas enquanto futuro da Nação, na busca pelo desenvolvimento nacional, tônica fundamental desses primeiros anos da recém nascida república brasileira, que buscava através da alfabetização alçar voo rumo ao futuro.

Nesse sentido, textos cívicos que também pretendiam exercer uma pedagogia moral, assumiram, além de sua finalidade principal e de forma complementar a ela, a função de inculcar nas crianças novas regras de civilidade, procurando impor um padrão de hábitos e comportamentos aos quais os indivíduos deveriam se condicionar, e que sintetizavam um ideal de homem, representando em potencial na infância brasileira. (HANSEN, 2007, p.11)

As obras produzidas entre os anos de 1889 e 1921 buscavam disseminar "conhecimentos sobre o país, entendidos como necessários ao cidadão consciente de seus deveres, outras vezes a formação do 'cidadão perfeito' dependia de um novo homem, capaz de subordinar suas escolhas, atitudes, sentimentos, enfim, toda sua vida. à pátria." (HANSEN, 2007, p.14). Sendo assim, as obras destinadas às crianças também buscavam trazer à tona essa consciência de seus deveres pátrios e criar o "cidadão perfeito", já que os mesmo eram visto enquanto "homens pequenos" e "futuros salvadores da pátria" (HANSEN, 2007, p.16).

As crianças eram então vistas como adultos incompletos, mais suscetíveis a certos tipos de escrita, como a narração e a descrição, buscava-se incentivar o interesse dos pequenos cidadãos a partir da inteligência e do coração. De um lado, a narração visava tocar o coração dos jovens, utilizando-se da fantasia, dos grandes heróis buscando inspirar "virtudes, bons sentimentos e atitudes corretas" (HANSEN, 2007, p.21). Já a descrição visava instigar a inteligência das crianças, que a partir do interesse estariam conscientes dos assuntos do país.

²⁰ Para pensarmos essa questão nos ancoramos na tese de doutorado de Patrícia Hansen intitulada "Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República, defendida no ano de 2007. Em sua análise, Hansen utiliza como fonte obras dos seguintes autores: Sílvio Romero, Rodrigo Otávio, Olavo Bilac, Henrique Coelho Neto, Afonso Celso, Virgílio Cardoso de Oliveira, Julia Lopes de Oliveira, Manoel Bomfim, Arnaldo Guinle, Mário Pollo, Afrânio Peixoto, Rocha Pombo, Tales de Andrade, Joaquim Luís Osório e Augusto Mário Caldeira Brant.

O surgimento e intensificação de uma literatura cívico-pedagógica no Brasil tinha como objetivo fundamental

A noção de que o Brasil não era uma nação propriamente dita, que era atrasado e que não tinha "povo", o problema da assimilação dos ex-escravos à nacionalidade; a desilusão com a República, a corrupção eleitoral e o clientelismo; a persistência de valores ligados à ordem patriarcal; a condenação dos brasileiros vistos como degenerados pela ciência europeia; a adesão ao progresso e à civilização como ideais máximos a serem perseguidos; as normas de higiene na passagem do século; a importância que a criança passava a ter como "futuro da nação", essas questões e outras estavam presentes na formulação do patriotismo e na divulgação de uma nova civilidade pela literatura cívico-pedagógica. (HANSEN, 2007, p.26)

É perceptível, então, que os maiores problemas brasileiros estavam sendo debatidos com grande intensidade após a implementação da República. A tônica do desenvolvimento e do progresso era a força motriz desses debates. Muitas questões preocupavam a intelectualidade que enxergou na educação social a maneira mais eficaz da resolução de tais problemas.

A educação cívico-pedagógica das crianças era motivada por uma mudança de mentalidade. Se no Brasil haviam sérios problemas de ordem social, política e econômica a serem resolvidos, o país deveria abandonar os pensamentos arcaicos advindos do Império e ingressar, de fato, na modernidade. Deixando para trás as bases aristocráticas para substituí-las pelas burguesas. É nesse cenário que a infância passa a ser um espaço de esperança e, conseqüentemente, de investimento. O Estado passa a ver na criança o futuro da Nação. No âmbito privado, é visto como o futuro da família.

Pensamentos característicos de um momento de transição, que buscava romper com o antigo, a criança passa a ser, simbolicamente a própria Nação, em uma lógica positivista é ensinada também a compreender a adolescência como uma fase de superação, devido ao fato de que, ao evoluir a esse novo momento da vida, já possui certo discernimento das questões sociais e é capaz de, por si mesmo, tomar decisões.

A criança então, não pertence mais apenas ao mundo privado e familiar, torna-se um ser social, sendo então "o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã. Entre ele e a família, principalmente quando esta é pobre e tida como incapaz, insinuam-se terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem protegê-lo, educá-lo, discipliná-lo" (PERROT apud HANSEN, 2007, p.31).

É, na busca por compreender a Nação e a criança brasileira como elementos em formação que diferentes intelectuais se dedicaram à produção da literatura cívico-pedagógica, buscando formar pequenos brasileiros enquanto forjava as próprias estruturas

da nacionalidade e de seu civismo. Olavo Bilac se mostra mais uma vez um importante elemento na produção dos sentimentos nacionais. O poeta interagiu com diferentes setores, acreditou na educação como meio para concretizar a soberania nacional, tendo tanto o serviço militar como a infância como elementos primordiais nessa estruturação. Criou também símbolos, como o Hino a Bandeira, em 1906, colaborando na composição daquilo que se pode chamar de elementos compositores da identidade brasileira.

1.3 As direitas e as leituras acerca de Bilac: o uso das biografias

Este subcapítulo tem como objetivo tratar, em especial, dos autores e das obras biográficas que visam falar de Olavo Bilac, tendo em vista a necessidade de se conhecer quem são esses autores para que possamos compreender o que os mesmos buscavam elencar como primordial na vida daquele que recebeu o título de Príncipe dos Poetas brasileiros²¹.

Compreende-se necessária esta explicação por percebermos a organização de uma obra biográfica como um trabalho que se encontra relacionado com as preferências de seu produtor, visto que, mesmo que se proponha a uma construção objetiva de certo conteúdo, a escolha de tal objeto e a maneira com a qual se delimitará a produção estará permeada pela subjetividade do sujeito que a escreve.

Dentre as preferências de nossos autores, percebemos os seguintes aspectos como fundamentais: dois dos produtores das obras biográficas de Bilac são militares, sendo inclusive ligados à ditadura, tornam-se, então, membros da direita conservadora. O membro civil que compõem nossas fontes, é um membro da Academia Brasileira de Letras e sua produção surge como meio de silenciar os conflitos resultantes da anexação de Bilac ao regime militar. Torna-se, então, um conservador da instituição e das figuras a elas pertencentes.

Para tanto, se faz necessário que explicitemos o que compreendemos por direitas e conservadorismo antes de apresentarmos nossas fontes.

²¹ Título que recebeu em 1907 através de um concurso organizado pela revista Fon-Fon.

1.3.1 As direitas no Brasil

O conceito de direitas é amplo e coexiste com o conceito de esquerda, visto que um não pode existir sem o outro. Norberto Bobbio em sua obra "Direita e Esquerda: Razões e Significados de uma Distinção Política" busca debater os dois conceitos ancorados em postulações de diferentes autores, atentando, sempre, para sua existência em conjunto.

Ancorado nos estudos do italiano Dino Cofrancesco, Bobbio apresenta uma direita ligada à manutenção da tradição. Por outro lado, é extremamente necessário destacar que o conceito de direita ou direitas, está intrinsecamente relacionado as disputas e necessidades do tempo presente. Aqui, ao analisarmos, no âmbito político pré-1964, nos deparamos com a intensificação dos movimentos de esquerda, ligados, em nível mundial, ao aumento da influência da União Soviética, comunista, e suas disputas com os Estados Unidos, capitalista. Em nível nacional, ao direcionarmos o olhar para o Brasil no período, percebemos a intensificação dos debates acerca das Reformas de Base, questão que estava ligada à conservação do *status quo*.

Consideramos que, a melhor definição de direita, neste caso, é aquela que vai ao encontro das postulações de Bobbio e Cofrancesco:

A alma da direita pode ser expressa sinteticamente no mote: "Nada fora e contra a tradição, tudo na e pela tradição." Se se constata depois que existem diversas modalidades de direita, isto depende dos diversos significados de "tradição". Cofrancesco indica seis desses significados: "tradição" como arquétipo, como elevação ideal de uma época axial, ou decisiva, na história da humanidade, como fidelidade à nação, como memória histórica, como comunidade de destino e, enfim, como consciência da complexidade do real. (BOBBIO, 2011, p.80)

Compreende-se então, que o conceito de direita está relacionado ao de tradição e que a própria tradição é um elemento relativo aos debates de seu tempo. Durante o período que se compreende as articulações do golpe civil-militar e a ditadura que se resulta há diferentes grupos de direita que se unem em prol de um ideal em específico, elencando uma tradição de domínio das classes dirigentes em detrimento do avanço da cidadania.

Seguindo este raciocínio, Bobbio, mais uma vez alicerçado nos debates de Cofrancesco nos diz que o conservadorismo é uma ideologia de direita, sendo está uma ideologia de caráter clássico (BOBBIO, 2011, p.83). Compreendemos que o conservadorismo reflete uma ideologia que busca a conservação dos alicerces sociais. Segundo Robert Nisbet (1987), o conservador é aquele que crê que "por mais obsoleta

que uma dada estrutura ou *modus vivendi* possa ser, pode existir nela uma função progressiva e ainda vital, de que o homem tira proveito psicologicamente ou sociologicamente" (NISBET, 1987, p.55). Dessa forma, a história passa a ser um importante instrumento na mobilização dessa conservação.

Consideramos que, a direita conservadora que apoiou e contribuiu para o golpe civil-militar buscava manter uma certa estrutura social: o capitalismo e as bases de uma sociedade com que carregava em sua essência elementos condizentes com uma lógica cristã, com ideias da família nuclear e heteronormatividade. A partir desses elementos vistos enquanto conservadores, buscava-se o desenvolvimento²² e se acreditava que, apenas tendo bases cristãs, se conseguiria tal progresso.

Dessa maneira, podemos salientar que os autores aqui analisados têm posicionamentos de uma direita conservadora, porque buscam, através da História (importante elemento para a ideologia conservadora) angariar apoio social em prol da manutenção de um modelo específico de sociedade e da ditadura instaurada no pós-1964. Adelino Brandão e Moacir Araújo Lopes, biógrafos militares de Olavo Bilac, buscaram, através da figura do poeta, elencar um modelo de cidadão condizente com os rumos de manutenção e progresso que o país visou alcançar. Já Raymundo Magalhães Junior, membro da Academia Brasileira de Letras, produz sua obra tendo em vista a conservação da imagem de um dos mais importantes membros da instituição.

Comprendemos o universo político como heterogêneo e, dessa forma, acreditamos que o conceito de direitas é o que melhor define os posicionamentos de nossos autores, principalmente aqueles militares. Conhecê-los, agora se faz importante, tendo em vista, principalmente que, os três autores possuem também divergências, mas que acabam por unir-se na produção de biografias acerca de Olavo Bilac com direcionamentos semelhantes, visto que contribuem para uma memória correspondente às demandas do regime militar.

1.3.2 As biografias e seus autores

²² Alicerçado nas postulações de Burke, Nisbet aponta para o fato de que "um Estado sem possibilidade de alguma mudança não tem possibilidade de conservação" (BURKE apud Nisbet, 1987, p.53), ou seja, mesmo que a ideologia conservadora busque a manutenção de certos aspectos da sociedade, ela necessita, também, de progresso.

Quando nos referimos a obras de cunho literário devemos levar em consideração que há sempre dois pólos a serem considerados: o de quem escreve e o de seu público leitor. Ao nos utilizarmos de tais obras enquanto fontes para a construção da pesquisa historiográfica, essas questões devem estar muito bem delineadas para o pesquisador.

Avaliamos os usos políticos da figura de Olavo Bilac através de obras biográficas produzidas nos anos finais da década de 1960 e início de 1970. Para tanto, é necessário que possamos compreender o processo de leitura, de escrita e como isso colabora na criação de representações.

Para Roger Chartier (1991)

(...) as acepções correspondentes à palavra "representação" atestam duas famílias de sentido aparentemente contraditórias: por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a representação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou pessoa. Na primeira acepção, a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma "imagem" capaz de repô-lo em memória e de "pintá-lo" tal como é. (CHARTIER, 1991, p.184)

Dessa forma, a representação seria a imagem que está presente e o objeto, ao qual ela se refere, ausente. As biografias e a rememoração da imagem de Olavo Bilac no pós-1964 tratam-se dessa forma, da busca de uma representação que está muito mais ligada aos usos políticos que essa imagem irá receber, do que ela de fato foi.

Ao percebermos que esse processo ocorre através de textos e livros, precisamos, também, compreender que o mesmo ocorre de maneira diferente para cada grupo de leitores. Sendo muitas as variáveis que compõe a leitura e a compreensão dos escritos, nota-se que "a leitura não é apenas uma operação de inteligência: é pôr em jogo o corpo, é inscrição num espaço, relação consigo ou com o outro" (CHARTIER, 1991, p.181). A relação do leitor e do objeto lido é muito mais ampla do que fatores postos primordialmente, como relações entre dominantes e dominados, ampliando esse processo para aspectos subjetivos do próprio indivíduo que, muitas vezes compartilha elementos com diferentes grupos da sociedade na qual está inserido.

As representações de cada grupo social só existiriam de fato, na medida em que promovesse mudanças, que comandam atos, como nos diz Chartier (1991, p.183). O conceito de representações nos possibilita então, compreender como uma sociedade reage às imagens por ela criadas:

(...) "representação coletiva" autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social: de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade, a exibir uma maneira que visam a fazer reconhecer uma identidade social, e exibir uma maneira

própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência ao grupo, da comunidade ou da classe. (CHARTIER, 1991, p.183)

Além do processo de recorte executado pelos biógrafos, já que a organização de um obra e sua estrutura dizem muito sobre sua intencionalidade, percebe-se ser de extrema importância analisarmos questões que foram excluídas da produção. Outro processo se faz importante: aquele que diz respeito ao leitor. A figura de Olavo Bilac encontra-se no mundo social brasileiro, ou seja, existe espaço dentro da sociedade para que essa figura seja elencada enquanto um representante do nacional. E é junto desses dois fatores que se encontra campo suficiente para transformar Olavo Bilac em um exemplo de cidadão a ser seguido. De maneira mais específica, é através da própria imagem que a sociedade tem de si mesmo e dos exemplos nela já existentes, os quais possuem validação dos demais grupos sociais que se busca construir unidade entre sujeitos distintos.

Por fim, se faz necessário pensar que as

(...) tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando na meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles. (CHARTIER, 1991, p. 177)

É a partir desses pontos de entrada - "um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas" (CHARTIER, 1991, p.177) que buscamos compreender a sociedade durante a ditadura civil-militar. O ponto de acesso aqui utilizado nos possibilita pensar de que maneira a sociedade do período consentiu com a ditadura imposta e também quais eram os diferentes elementos partilhados pelos diversos grupos sociais que ali interagiam.

Tendo isso em mente se faz necessário dois pontos: o primeiro é compreender o lugar social que as biografias se encontram; o segundo é compreender a estrutura das biografias acerca de Olavo Bilac e conhecer quem são seus autores. Tendo esses dois debates em mente podemos compreender melhor o processo de enquadramento de memória proposto por grupos afinados à ditadura civil-militar e delinear as finalidades desse processo.

1.3.2.1 As biografias

Márcia de Almeida Gonçalves (2004) em seu trabalho intitulado "Narrativa biográfica e escrita histórica: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo" nos possibilita perceber que foi nos anos que compreendem a *Belle Époque* (1887-1914) que ocorreu o início da produção biográfica na Europa. Durante este período uma jovem intelectualidade europeia recorreu às questões subjetivas dos grandes personagens de sua época também como uma forma de enfrentar "a avalanche de mudanças sociais e políticas no Velho Mundo" (GONÇALVES, 2004, p.133). Os anos finais do século XIX tiveram, no que tange às biografias, um outro importante debate: dentro da construção das nacionalidades, as biografias dos "sujeitos históricos" foram importantes alicerces para as histórias pátria.

Estendendo-se ao século XX, as biografias e seus autores, na concepção de André Maurois (1929) estariam ligadas a "*procura corajosa pela verdade*" (MAUROIS apud GONÇALVES, 2004, p.136, grifos no original), essa procura estaria "temperada por um aguçado senso de percepção da complexidade e da mobilidade dos seres humanos e, em menor escala, por um senso de unidade de sua natureza" (GONÇALVES, 2004, p.136). Dessa forma, se faz importante compreender que o início da produção biográfica se deu no pré-guerra, momento conflituoso, para tanto é necessário ter em mente que a análise daquelas personagens era dependente dos "ritmos e valores de cada época" (GONÇALVES, 2004, p.137).

Se por um lado as biografias buscavam a verdade, por outro, os biógrafos do início do século XX queriam encontrar algo como uma "pedagogia existencial" (GONÇALVES, 2004, p.137), vendo nos seus biografados falhas e dúvidas, tão presentes na sociedade naqueles anos que sofriam com a "crise de valores éticos e políticos" (GONÇALVES, 2004, p.137). Nesse sentido, Gonçalves aponta para o fato de que "a biografia moderna funcionaria como instrumento para compreender e, em certa medida, julgar ações dos indivíduos na história, auxiliando os homens perplexos do alvorecer do século XX. Nesse ponto, repousava a dimensão ética da biografia na sua versão moderna" (GONÇALVES, 2004, p.137).

Sendo assim, a biografia moderna surgida no período da *Belle Époque* trazia em seu interior uma grande contradição. A busca da verdade e ao mesmo tempo a busca pelo exemplo de grandes homens que carregassem em sua essência falhas e acertos eram

elementos difíceis de coexistir. A biografia resultante do período de conflitos culturais e sociais estava condicionada aos debates de seu tempo de produção.

No que tange ao uso das biografias no Brasil, compreendemos que o Estado Novo de Vargas é um importante elemento a ser analisado quando se trata de biografias modernas.

Se durante a *Belle Époque* europeia se buscava conhecer as falhas dos grandes homens dentro de uma tentativa de amenizar os conflitos subjetivos dos sujeitos durante um período de intensas mudanças sociais, no Brasil dos anos 1930 a questão era outra. A Primeira Guerra Mundial também trouxe ao país certos debates, dentre eles a questão da nacionalidade. Os grupos intelectuais brasileiros desde os anos 1915 começavam a organizar-se em prol dos debates acerca da construção de um sentimento de pertencimento do povo brasileiros. O país de proporções continentais necessitava que a sua extensa diversidade regional resultasse em uma unidade para que o Estado nacional pudesse ter seu poder centralizado e forte.

Os anos 1920 resultaram no início das vertentes do modernismo brasileiro. O modernismo foi, assim como a efervescência das biografias modernas na Europa, resultado das mudanças sociais e políticas do país e surgiu dentro da busca de grupos intelectualizados de conhecimento e interpretação da realidade brasileira (LAFETÁ, 1974). O deslocamento do debate acerca da cultura brasileira foi levado ao âmbito político após a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder. Foi durante o seu governo que a intelectualidade brasileira passou a agir diretamente dentro do Estado formulando aquela que seria a cultura nacional.

Angela de Castro Gomes (1996) ao analisar as políticas de recuperação do passado durante o Estado Novo assinala a importante mudança de foco. Se até então o passado foi visto enquanto algo a ser superado, os intelectuais atuantes no governo ditatorial visavam olhar para os idos da história brasileira como um "manancial de inspiração" (GOMES, 1996, p.141). Era, então, preciso olhar para o passado para que se conseguisse romper as barreiras que impediam o país de se desenvolver e de superar as falhas, muitas vezes simbolizadas pela falta de unidade nacional.

Sendo assim, nessa perspectiva de compreensão do passado como elemento importante na construção de um futuro melhor para o Brasil, as biografias são vistas enquanto elementos essenciais. Sua presença se dá, sobretudo, no meio educacional, tendo em vista que para a consolidação do projeto de unidade nacional, era necessário a educação cívica dos jovens brasileiros.

Tendo como foco a inserção dos jovens nos debates acerca dos estudos históricos, as biografias dos grandes nomes se tornaram necessárias já que eram vistas enquanto "um gênero acessível e agradável ao grande público" (GOMES, 1996, p.154) Para tanto, foram duas reformas²³ que trouxeram as biografias à luz dos interesses da intelectualidade. Gomes aponta para o fato de que, ao buscar-se a educação patriótica dos estudantes dos cursos secundários as biografias se fizeram importantes porque

A admiração pela personagem humana e por seus grandes feitos estava na base da compreensão do sentido de nossa história e da construção das noções de dignidade e responsabilidade cívicas. Como o ensino, à época, distinguiu as classes por sexo, havia o cuidado em recomendar biografias de mulheres que destacassem as qualidades da personalidade feminina e sua influência na sociedade e na família brasileira. (GOMES, 1996, p.153)

É importante reconhecer que o Estado Novo de Vargas ancorado na intelectualidade utilizou-se largamente das biografias como forma de incentivar um sentimento cívico, também dentro dos debates proporcionados pelas mudanças sociais e políticas, como no caso europeu.

Outro ponto que se faz importante destacar é a compreensão de que durante o primeiro governo Vargas buscava-se a construção de um sentimento nacional, da unidade territorial centralizada e para isso, a história do país e das grandes figuras foi utilizada como mecanismo para alcançar tal fim. Já durante a ditadura civil-militar brasileira, foco deste trabalho, não buscava mais construir a nacionalidade, esse elemento encontrava-se formado, sendo, inclusive, reflexo dos anos em que o modernismo se fez presente na cena cultural. O governo instaurado com o golpe de Estado ocorrido em 31 de março 1964 buscava, através do nacionalismo, a coesão nacional, apontando o civismo como elemento necessário para a proteção do país, dentro da lógica da invasão das ideologias alienígenas caracterizadas, principalmente, pelo comunismo.

Sabemos que, no que tange ao uso e a escrita de biografias por historiadores, percebemos uma certa relutância, muito presente pela trajetória histórica do gênero. Como apontado por Avelar (2011, p.2), as mudanças na produção histórica, principalmente àquelas ocorridas a partir dos anos 1960, trouxe, com mais força a presença dos sujeitos e de suas subjetividades para dentro do ofício do historiador. Na busca por romper com a biografia que favorecia os governos políticos e os grandes nomes da história, a perspectiva vista de baixo, favoreceu uma análise que buscava compreender todos os sujeitos, dos mais simples, aos mais glorificados.

²³ Reforma Campos de 1931, mas principalmente a Reforma Capanema em 1942.

Como apontado por Schmidt (2003, p.58), precisamos nos atentar para o fato de que, o processo de escrita das biografias e a escolha dos personagens - assim como a escrita da história, com suas diversas fontes - está alicerçada em "regimes de historicidade", ou seja, está extremamente ligada às demandas do seu tempo, que permeiam a escolha do biografado, o modo de escrita e a seleção que o historiador se propõe a executar.

Para que possamos compreender o lugar ocupado pelas produções acerca de Olavo Bilac, temos que ter esses aspectos em mente: um conhecimento acerca do período e dos intelectuais produtores dessas obras, para que possamos compreender que, indiferente dos grupos sociais aos quais pertence acabam por partilhar de um certo regime de historicidade, que no caso do Brasil dos anos 1960 e 1970, buscava reviver um passado glorioso, para que se pudesse construir um futuro ainda mais potente.

Compreendida a formação das biografias modernas no mundo e no Brasil, além de sua função na produção historiográfica, podemos avançar apresentando as fontes que compõem a análise deste trabalho, seus autores e o lugar social que ocupam.

1.3.2.2 As produções acerca de Olavo Bilac

Durante essa pesquisa foram elencados enquanto objeto de estudo três obras de cunho biográfico que visam tratar da vida de Olavo Bilac. Consideramos a análise desses livros pertinente porque possibilita ao pesquisador compreender os meios pelos quais figuras afinadas ao regime contribuíram para a coesão e legitimidade da ditadura civil-militar. Entre os autores dessas obras, dois são militares e um é civil, porém, todos colaboram para a intensificação de uma imagem convergente do poeta.

Outro ponto que se faz importante destacar é o fato de que duas dessas obras foram produzidas dentro do contexto de comemorações cívicas acerca da vida de Olavo Bilac e são produções militares. Aquele referente à produção civil, encontra destaque por ser criação de um membro da Academia Brasileira de Letras (ABI) e, conseqüentemente, traz em sua produção um sentimento de defesa da intelectualidade, já que Bilac também fora membro da instituição. Dessa forma, essas obras biográficas possuem um tom favorável ao príncipe dos poetas, já que agem como instrumentos de fortalecimento de sua imagem ligado àqueles grupos com os quais Bilac possui maior afinidade e diálogo.

Sendo assim, é o período de 1965 a 1968 que corresponde aos anos das comemorações de datas solenes relacionadas a Olavo Bilac sendo, respectivamente, o ano de seu centenário de nascimento e o aniversário de sua morte, que resultaram na produção de muitas obras biográficas. É dentro desse período que se encontram duas das biografias aqui trabalhadas, sendo elas: *Olavo Bilac: o homem cívico* (1968) produzida pelo General Moacir Araújo Lopes; *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota* (1969) de Adelino Brandão. A terceira obra foi publicada em 1974 por Raymundo Magalhães Jr. e é intitulada *Olavo Bilac e a sua época*.

É importante ressaltar que foi em agosto de 1965 que se iniciaram as solenidades. Nesse mês foi assinado o Decreto-Lei n. 56.742, que visava organizar as solenidades de comemoração do centenário de Olavo Bilac. Em uma das justificativas consta: "CONSIDERANDO que o sentimento do dever cívico se inspira nos momentos em que a Pátria tem a oportunidade de rememorar os seus vultos maiores, avivando-lhes os feitos na memória dos contemporâneos e retirando nos exemplos do passado também a lição para as gerações mais novas" (DECRETO-LEI n.56.742 de 17 de agosto de 1965). As solenidades deveriam ser comemoradas em todo o território nacional no dia 16 de dezembro, data de nascimento de Bilac, sendo responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura, deveria ser organizado um "plano das solenidades comemorativas, em que [deveriam] constar palestras, conferências e cerimônias escolares e militares" (DECRETO-LEI n.56.742 de 17 de agosto de 1965), para além disso o ministro da educação deveria compor uma Comissão formada pelos chefes dos Ministérios Militares.

Poucos meses depois, chegada a data comemorativa do centenário de Olavo Bilac, novo decreto-lei foi produzido. O Decreto-lei n. 57.275 de 16 de novembro de 1965 buscava tratar da medalha comemorativa dos cem anos de nascimento do príncipe dos poetas. A medalha seria produzida pela Casa da Moeda e era parte das atividades propostas pela Comissão instaurada em agosto daquele ano. A composição do artefato seria de ouro, prata e bronze e todos os seus custos seriam responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura. Esse decreto, assim como o primeiro, foi assinado tanto pelo presidente-ditador Humberto de Alencar Castello Branco, como pelo ministro da Educação, Flávio Lacerda.

Outro elemento que compõe as atividades da Comissão de Comemoração do I Centenário de Nascimento de Olavo Bilac foi a reedição da obra *A Defesa Nacional*, livro que compilava todos os discursos proferidos pelo poeta durante sua campanha cívica nos anos de 1915 a 1917.

Poucos meses após as comemorações de seu centenário de nascimento, o presidente-ditador Humberto de Alencar Castello Branco, juntamente com seu ministro da Marinha, Zilmar de Araripe Macedo, ministro da Guerra, Arthur da Costa e Silva e o ministro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, assinaram o decreto n. 58.222 de 19 de abril de 1966. O referido decreto busca instituir Olavo Bilac como Patrono das Forças Armadas e, em suas justificativas dizia que

- que Olavo Bilac foi o grande propugnador do Serviço Militar obrigatório, em favor de cuja adoção empreendeu uma campanha de âmbito nacional de 1915 e 1916;
- que seus poemas, a letra do Hino da Bandeira e seus discursos vibrantes constituem o catecismo cívico da juventude brasileira;
- que o sentimento de dever cívico se inspira nos momentos em que a Pátria tem a oportunidade de rememorar os seus vultos maiores, buscando em suas atitudes exemplos para as novas gerações (DECRETO-LEI n.58.222 de 19 de abril de 1966 in LOPES, 1968)

Junto aos decretos somam-se às obras biográficas. Aquela produzida pelo general Moacir Araújo Lopes, de 1968 e intitulada *Olavo Bilac, o homem cívico*, contém 24 páginas que buscam tratar das instituições, da juventude e da importância do civismo, além de comentar certos aspectos da vida de Olavo Bilac, como seu serviço patriótico e suas relações familiares. Da página 25 a 45, segue-se anexos, entre poemas de Bilac e os decretos-lei que instauram o Dia do Reservista e deram o título de Patrono das Forças Armadas ao poeta. A obra se assemelha à uma apostila sobre os deveres do cidadão, com avisos frequentes sobre posturas e ideologias que devem ser afastadas do âmbito familiar. Traz como maior exemplo de patriotismo a figura de Olavo Bilac, a qual deve ser seguida pela população brasileira para que o país se desenvolva.

O livro é dividido em 10 capítulos: 1- As instituições; 2 - O Serviço Militar - a instituição; 3 - O homem cívico; 4 - Os traços profundos do caráter; 5 - A infância e a eterna mocidade; 7 - A percepção da fase histórica; 8 - A campanha cívica pelas grandes instituições nacionais - o Serviço Militar Obrigatório; 9 - Poesia e civismo - glória e imortalidade; 10 - O sentido profético da campanha cívica.

Na contracapa do livro, seguida por um retrato de Olavo Bilac, réplica do retrato a craion²⁴ que encontra-se na Academia Brasileira de Letras, explica-se que a obra é resultante das comemorações do cinquentenário da morte do poeta. O autor do livro, como já dito, é um general e, além disso, pouco se encontra a cerca de suas obras e sobre sua

²⁴ Retrato feito a mão em lápis.

vida. Sabe-se que Moacir Araújo Lopes fora membro da Escola Superior de Guerra e, a partir de 1968, com a criação do Decreto-lei n. 348, que determinava que "cada Ministério passaria a ter uma Divisão de Segurança e Informações, cujos diretores seriam escolhidos entre cidadãos diplomados pela ESG (Escola Superior de Guerra) ou oficiais das Forças Armadas" (FILGUEIRAS, 2007, p.4), o general passa a atuar dentro do Ministério da Educação e Cultura..

Lopes foi um importante defensor do ensino da Educação Moral e Cívica (EMC) a partir de uma lógica da moral cristã e da Doutrina de Segurança Nacional. Foi responsável pela organização de um concurso que visava a elaboração de um guia cívico para as turmas de ensino médio (FILGUEIRAS, 2007, p.4) e, também, produziu livros destinados à EMC, como a obra "As bases filosófico-constitucionais da educação no Brasil" de 1969 (MOTTA, 2014, p.188).

Filgueiras aponta o pensamento do general Moacir Araújo Lopes enquanto defensor de um civismo ancorados nas instituições pátrias (elemento perceptível em sua biografia acerca de Olavo Bilac) e, também, nas

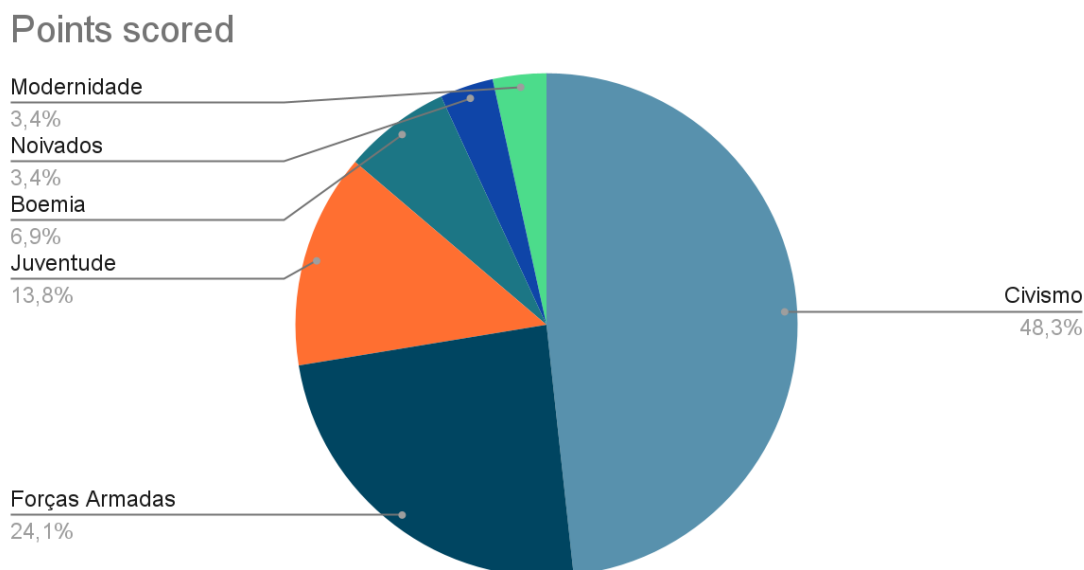
[...] tradições cristãs brasileiras. Observa a incompatibilidade do bom uso da liberdade com as convicções materialistas e as ideologias exóticas, contrárias ao espírito democrático da sociedade brasileira e aos interesses nacionais. Ressaltava ainda a necessidade de a educação projetar os valores espirituais e morais da nacionalidade, evitando a corrupção e a subversão. (FILGUEIRAS, 2007, p.4)

A participação de Lopes junto ao Ministério da Educação e à produção de obras que compunham os materiais didáticos da disciplina de Moral e Cívica colaboram para o entendimento do tom disciplinar contido em sua biografia acerca de Olavo Bilac. Dessa forma, percebe-se que o livro *Olavo Bilac, o homem cívico* vai ao encontro à educação cívica proposta no período e com o afastamento da juventude que, no ano de 1968, manifestava-se enquanto forte oposição ao regime.

O gráfico²⁵ abaixo aponta os temas mais tratados pelo autor:

²⁵ Em "Civismo" são 14 aparições, nas quais encontramos questões que falam sobre: instituições e sua importância para o bom desenvolvimento da sociedade; Constituição de 1967; Lei do Serviço Militar; características de um homem cívico; infância de Bilac e a guerra do Paraguai; discursos de Bilac (Faculdade de Direito); campanha cívica e sua importância; sistemas filosóficos prejudiciais à nação, segundo o autor. Em "Forças Armadas" são 7 aparições onde percebemos as passagens que tratam de: sua importância enquanto instituição base; sua universalidade, ou seja, sua composição heterogênea; seu civismo; camaradagem entre militares; regulamento da Lei do Serviço Militar; função pedagógica do SM; neutralidade ideológica das Forças Armadas. No tópico "juventude", 4 aparições, encontramos os seguintes temas: as ideologias perigosas ao desenvolvimento da juventude; perigo dos jovens que não querem ingressar no SM; "salvação" da juventude pelo SM, educando-os através do civismo. No tópico "Boêmia", 2 aparições, é perceptível passagens que tratam sobre: a boêmia como um erro da juventude e como um desvio que o afastou da fé cristã. Já no tópico "Noivados" há apenas uma passagem que fala sobre o

Gráfico 1: Assuntos mais tratados na obra de Lopes.



No mesmo sentido da obra de Lopes e também dedicada à juventude, encontra-se a biografia publicada no ano de 1969 intitulada *Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota*, produzida por Adelino Brandão. Esse livro é resultado de um concurso intitulado "Serviço Militar" do ano de 1968, porém é publicado apenas em 1969. Essa obra foi encomendada pelo Ministério do Exército e deveria falar sobre os seguintes temas:

1- Bilac: sua figura como intelectual e como homem; 2- A campanha cívica de Bilac. O papel do poeta na institucionalização do Serviço Militar; 3- Atual legislação do Serviço Militar: flexibilidade da legislação, visando a compatibilizar a prestação do Serviço Militar com as atividades estudantis; Deveres do cidadão quanto ao alistamento e à Convocação para o Serviço Militar Inicial; Deveres do reservista. (Adelino Brandão, 1969, p.9)

O livro se assemelha a uma apostila dedicada à juventude, principalmente aquela que irá ingressar no Serviço Militar. Conta sobre a vida do poeta, sobre a lei do Serviço Militar Obrigatório e sobre sua flexibilidade, enfatizando a possibilidade de os jovens ingressarem também em cursos de nível superior. Justifica-se a criação do concurso tendo em vista as comemorações do centenário de nascimento de Olavo Bilac. É importante

rompimento com a primeira noiva pela oposição familiar. Já em "Modernidade", 1 aparição, percebemos uma citação que trata dos destinos gloriosos ancorados no passado brasileiro. Em "Unidade Nacional" há uma passagem decorrente de um discurso de Bilac proferido no Rio Grande do Sul, visando tratar da heterogeneidade brasileira e da necessidade de coesão através do amor à Pátria.

frisar que se consta aqui um erro, visto que o livro elenca o ano de 1968 como correspondente ao centenário de nascimento de Bilac (BRANDÃO, 1969, p.7). Olavo Bilac nasceu em 1865 e faleceu no ano de 1918.

Seguem-se as justificativas para o concurso:

O Concurso "Serviço Militar", instituído pelo Marechal LYRA TAVARES, Ministro do Exército em 1968, ano do centenário de nascimento de um dos maiores se não o maior dos poetas parnasianos do Brasil, teve por objetivos, não apenas "focalizar aspectos da vida e da obra de Olavo Bilac" mas ainda "Exaltar suas campanhas em prol da Defesa Nacional, apontando-o como exemplo à intelectualidade brasileira" e "Proporcionar à juventude conhecimentos básicos sobre a Lei do Serviço Militar: deveres universalmente impostos a todos os brasileiros para a garantia da segurança, da liberdade e da soberania da Pátria. Assim rezou a Portaria do Sr. Ministro do Exército que regulamentou o Concurso cujos objetivos, a nosso ver, foram plenamente alcançados. Patriotismo e honestidade intelectual - eis duas tônicas que sempre estiveram presentes na obra de Bilac. O Exército conseguiu assim, com felicidade (que diga-se de passagem não é rara entre nós. bastando lembrar os nomes de EUCLIDES DA CUNHA, Visconde de TAUNAY, COUTO DE MAGALHÃES, DANTAS BARRETO, intelectuais ilustres e oficiais do Exército) unir o civismo e a cultura literária, numa iniciativa de grande alcance psicológico e social, a demonstrar a importância de melhor entrosamento entre universitários e as Forças Armadas; civis e militares, os quais, no Brasil, jamais devem formar como elementos ou "classes" separadas ou em oposição, consoante a vesguice interpretativa de alguns. (BRANDÃO, 1969, p.7-8)

Dessa maneira, nota-se que a intenção do concurso e seus objetivos não eram apenas retratar a vida de um dos grandes poetas brasileiros. O Ministério do Exército recorre à membros da instituição que tenham certa "vocação" intelectual para construir um exemplo de cidadão e levá-lo, através de uma cartilha, os ideais conservadores que cercam a constru o do modelo de cidadão esperado pela ditadura civil-militar e pela casta que forma as Forças Armadas.

A obra   composta por x páginas (colocar divisão das páginas), divididas nos seguintes capítulos: 1) Bilac - O intelectual e o homem: o verdadeiro caráter de Bilac; 2) A campanha cívica de Olavo Bilac: o papel do poeta na institucionaliza o do serviço militar obrigatório; 3) A atual Legisla o do Serviço Militar, dividido em três subcapítulos: a) Flexibilidade da legisla o, visando a compatibilizar a presta o do Serviço Militar com as atividades estudantis; b) Flexibiliza o da legisla o; c) Deveres do cidadão quanto ao alistamento e convoca o - Serviço Militar inicial; d) Deveres do reservista.

Ao buscarmos conhecer o autor de tal obra nos deparamos com certas dificuldades. Percebendo que, tanto em nível de fontes quanto historiográfico, há uma escassez de trabalhos que buscam tratar da figura de Adelino Brandão e, também, de seus escritos. O pouco de informa es que coletamos encontram-se, inclusive, em sua obra

acerca da figura do chamado príncipe dos poetas, Olavo Bilac. A partir da obra sabemos que o autor possui uma vasta produção²⁶ que tem como foco dissertar sobre a cultura brasileira e sobre importantes figuras históricas.

A partir de seu livro publicado no ano de 1969, percebemos que Adelino Brandão foi professor do Instituto Estadual de Andradina, localizado no estado de São Paulo, a quem dedicou a obra aqui analisada e produziu livros que visavam tratar do folclore brasileiro, obras biográficas e obras comentadas. Além disso, era estudante, na data do concurso, da Faculdade de Ciências Econômicas de Andradina, cursando, naquele momento, o quarto semestre.

O autor de *Olavo Bilac e o Serviço Militar* classificou-se em primeiro lugar em âmbito regional e em segundo lugar, em âmbito nacional. Como premiação recebeu "NCR\$ 1400,00 em dinheiro, Diploma de Honra, Medalhão 'Olavo Bilac' e edição especial de Poesias" (BRANDÃO, 1969, p.9). A solenidade de entrega das honorarias ocorreu em 27 de julho de 1969 na Academia Paulista de Letras.

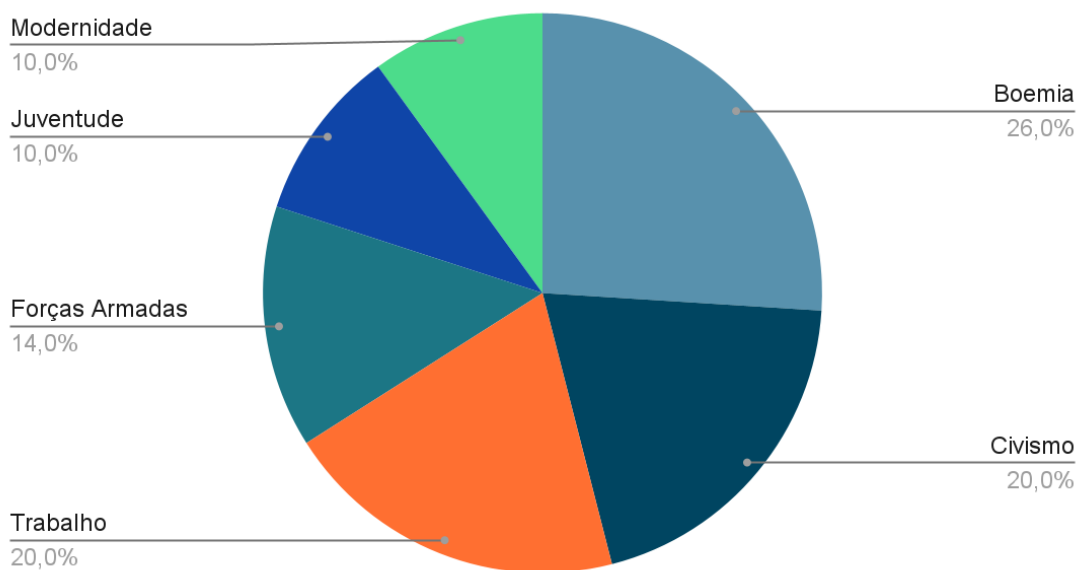
O gráfico²⁷ abaixo possibilita compreender os assuntos mais relevantes da obra de Brandão:

²⁶ Entre suas produções encontramos os seguintes títulos: "*O Sertanejo é, antes de tudo, um forte*" - *Porque Euclides da Cunha chegou a esta conclusão* de 1955; *Recortes do Folclore* de 1956; *O Folclore na Obra de Euclides da Cunha* de 1957; *Influências Árabes nas Tradições Oraís e Cultura Popular do Brasil* de 1959; *Casamiro de Abreu - O Poeta do Brasil-Saudade* de 1961; *Roquete-Pinto e o significado de "Rondônia"* de 1963; *Farias Brito - Aspectos de sua Filosofia* de 1963; *Temas do Folclore Brasileiro* de 1963; *Roquette-Pinto e Euclides da Cunha* de 1966; *Tentativas de Conquistas e Colonização Estrangeira na Amazônia* de 1968; entre outras publicadas posteriormente.

²⁷ No tópico "Boêmia" (13 aparições) encontramos os seguintes temas: a ideia de que todo poeta era um boêmio; falsa memória já que Bilac era um homem abastado, segundo ao autor; a boêmia de Bilac era uma mentira contada por outros poetas contrários a ele. Já no tópico "Civismo" (10 aparições) percebe-se: o civismo de Bilac; herança cívica das obras de Bilac; História nacional (bandeirantes); antimilitarismo de Bilac e sua campanha cívica; Bilac como exemplo de homem democrático, contrário à extremismos; os aprendizados sobre cidadania na Europa; campanha cívica; seu amor à Pátria. O tópico "Trabalho" (10 aparições) contém citações que falam sobre: Academia Brasileira de Letras; o gosto por atividades que não fossem burocráticas; homem muito estudioso; trabalho como delegado, junto ao governo de Campos Sales; Bilac, um intelectual fora da torre de marfim; educador da infância; pedagogia moderna; passado como um importante mecanismo na pedagogia cívica. No tópico "Forças Armadas" (7 aparições) é perceptível temas como: valores morais das Forças Armadas; respeito à hierarquia; sem distinção de classes; papel educacional do SM; importância da Guerra do Paraguai para a estruturação das Forças Armadas; aptidão dos militares em governar em detrimento dos grupos civis; Forças Armadas são uma instituição patriótica, sua "ideologia" é apenas em prol do Brasil. No tópico "Juventude" (5 aparições) são os seguintes temas: dever moral dos jovens que passam ou são liberados para o Serviço Militar; exigências em prol da nação; SM como educação da juventude, estimulando o patriotismo; diálogo de Bilac com a juventude; No tópico "modernidade" (5 aparições) há passagens sobre: Bilac como curioso das novas invenções, assim como novas pedagogias.

Gráfico 2 - Temáticas mais tratadas na obra de Brandão

Points scored



O terceiro dos autores aqui utilizados é Raymundo Magalhães Júnior, o único dentre os escritores que não possui vínculo direto com as Forças Armadas, e produziu a obra intitulada *Olavo Bilac e a sua época* de 1974. Sua extensa obra busca trabalhar diversos aspectos da vida de Bilac, mas de maneira mais humanizada. O "homem cívico" é trazido durante a obra, porém, não trata esse aspecto como único e mais importante na vida do poeta.

São x páginas divididas em 43 capítulos que buscam contar desde a infância do poeta, até seu falecimento. São os seguintes capítulos: 1- Do nascimento à adolescência; 2 - O estudante de medicina; 3 - Os primeiros versos; 4 - À sombra de Alberto Oliveira; 5 - O protegido de Artur Azevedo; 6 - O ano de "Ouvir Estrelas..."; 7 - O "exílio" em São Paulo; 8 - Em defesa de Raimundo Correia; 9 - O primeiro noivado; 10 - A luta pela perfeição; 11 - O segundo noivado; 12 - Do semanário "A Rua" ao duelo sem testemunhas; 13 - Como surgiu a República; 14 - Um esqueleto sai do armário; 15 - A primeira viagem à Europa; 16 - Demissão e prisão de Bilac; 17 - Duas fugas, em cinco meses; 18 - Um foragido jura vingança; 19 - No retiro de Juiz de Fora; 20 - O regresso do desterrado; 21 - Trabalhando "como um burro"; 22 - De "O Filhote" ao "O Engrossa"; 23 - Da sátira à nova sinecura; 24 - No fim do século; 25 - A glorificação de Gonçalves Dias; 26 - No tempo dos balões; 27 - Segunda viagem à Europa; 28 - O "outro" Olavo Bilac; 29 - O conferencista da moda; 30 - A consagração de 1907; 31- A campanha do Hino

Nacional; 32 - Entre viagens e discursos; 33 - Peregrinações de um neuroastêmico; 34 - O princípio da poesia; 35 - No fim da "belle époque"; 36 - Em Paris, no fim da guerra; 37 - Uma festa que acaba mal; 38 - A campanha cívica em 1915; 39 - Homenagens do Exército e da Marinha; 40 - A última viagem à Europa; 41 - A implementação do sorteio militar; 42 - Magoas de um patrióta; 43 - Declínio e morte.

Em vida, Raymundo Magalhães Júnior foi membro da Academia Brasileira de Letras e participou do Partido Socialista Brasileiro, sendo eleito vereador pelo mesmo. Foi jornalista e escritor trabalhando, inclusive em outros países. Escreveu uma série de obras de cunho biográfico sobre figuras ilustres do mundo cultural brasileiro. Sendo um grande produtor de conteúdos em suas mais diversas nuances, recebeu no ano de 2013 uma biografia própria produzida pela historiadora Mariza Guerra de Andrade.

Andrade aponta para o fato de Magalhães Jr produzir biografias com um forte tom investigativo. A autora inclusive retrata as obras biográficas do escritor como sendo carregadas de um forte conjunto documental, o que faz de seu trabalho uma biografia histórica. Com uma vasta produção que vai dos anos 1950 a década de 1970, a autora enfatiza que Magalhães Jr é um "pensador da história" (ANDRADE, 2013, paginação irregular) e que, através de suas obras biográficas reelabora "a história sobre a sociedade e a cultura do Brasil, no século XIX, em conexão com a vida social de seu tempo" (ANDRADE, 2013, paginação irregular). O biógrafo de Bilac é percebido também como um forte crítico de plágios e do uso indevido das informações coletadas por outros escritores.

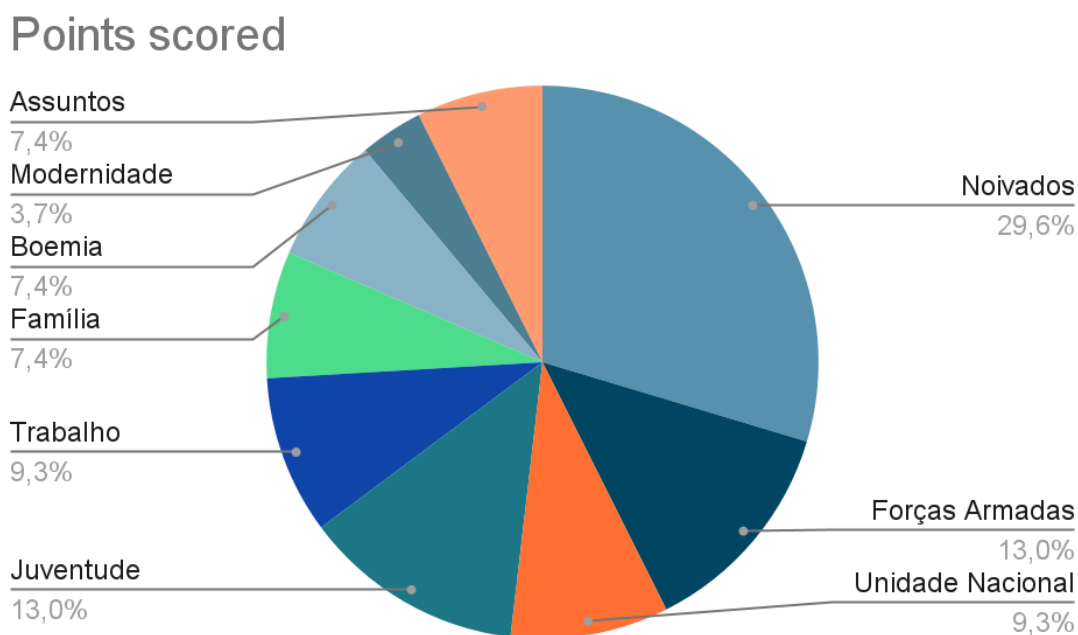
Além da biografia de Olavo Bilac, Magalhães Jr publicou obras referentes à Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, Arthur Azevedo, Machado de Assis, João do Rio, Cruz e Souza, Martins Pena, Álvares de Azevedo, José do Patrocínio, Patrocínio Filho, José de Alencar, Casimiro de Abreu e Leopoldo Fróis (ANDRADE, 2013). Suas obras publicadas com grandes tiragens foram editadas pela Editora Civilização Brasileira e pela Companhia Editora Nacional. Já a obra *Olavo Bilac e a sua época* foi lançada pela Companhia Editora Americana.

Andrade aponta para o fato de Magalhães Jr ser uma figura conhecida no Rio de Janeiro e produzir livro para um público diferenciado, porém, a autora delimita um perfil de seus leitores: "letrados, urbanos, provenientes das classes médias e altas" (ANDRADE, 2013, paginação irregular). Visto como um conservador pela esquerda e analisado com receio pela direita principalmente por ser membro do Partido Socialista Brasileiro e por produzir obras críticas aos importantes nomes nacionais, Raymundo Magalhães Jr.

produziu obras que apresentavam "um sentimento de 'pertença nacional', ou seja, o autor parece apostar na ideia de que é preciso dar a conhecer a vida e a obra daqueles que trabalharam, no século XIX, pela construção da nação brasileira" (ANDRADE, 2013, paginação irregular).

A partir do gráfico²⁸ a seguir podemos perceber os assuntos mais tratados pelo biógrafo em sua obra acerca da vida de Olavo Bilac:

Gráfico 3: Assuntos mais tratados por Magalhães Jr.



²⁸ No tópico "Noivado" às 16 aparições falam sobre seus noivados com Amélia de Oliveira e Maria Selika, além da presença de Amélia no leito de morte do poeta. O tópico "Forças Armadas" (7 aparições): as Forças Armadas como instrumento de educação e disciplina, junto à outras iniciativas, como escolas e esporte; discurso à Faculdade de Direito; instauração e motivação do Serviço Militar Obrigatório; crônica escrita por Bilac em defesa das Forças Armadas e das polícias; sacrifício das Forças Armadas; abolição, descaso d. Pedro II sobre o Exército e a luta pela estruturação das Forças Armadas. O tópico "Unidade Nacional" (5 aparições) falam sobre: unidade proveniente da educação militar; racismo em São Paulo. No tópico "Juventude" (7 aparições) há os seguintes temas: campanha cívica e a necessidade de encontrar um figura que conseguisse conversar e convencer; retrato de um Bilac jovem, em suas próprias palavras; vergonha de Bilac por uma "pegadinha" feita no tempo em que esteve em Minas Gerais; dedicação de Bilac às atividades que desempenhava, como característica desde sua juventude. Tópico "Civismo" (6 aparições), tendo os seguintes temas: literatura cívica; abandono da boêmia de Bilac em prol de seu trabalho cívico; Bilac acredita na educação cívica para desenvolver o país; deveres de um homem cívico. Tópico "Trabalho" (5 aparições) são os seguintes temas: o papel da intelectualidade na construção da soberania nacional; seu papel de mobilizador; trabalho com literatura infantil; função de Bilac na construção de um Brasil melhor. No tópico "Família" (4 aparições): a família brasileira dos anos 1960; pai de Bilac; infância do poeta. No tópico "Boemia" (4 aparições): intensidade com a qual o poeta bebia; erros cometidos sob efeito de álcool; consequência de sua beberria. Tópico "Modernidade" (2 aparições): primeira viagem de um balão feito por Santos Dumont; implementação dos bondes no Rio de Janeiro. No tópico "Assuntos polêmicos" percebemos questões como: a produção de sátiras por Bilac, questionamentos sobre sua sexualidade; seu anticlericalismo; escrita de artigos polêmicos.

Por fim, nota-se que cada um dos diferentes biógrafos de Olavo Bilac possui intencionalidade diversas acerca dos pontos fortes da vida do poeta, mas convergem em reconhecê-lo como um importante construtor da nacionalidade, utilizando-se de sua figura para reacender os debates do civismo em momentos de crise, como o resultante do golpe de 1964.

Conhecer os autores de tais biografias se faz importante para que possamos, de maneira mais ampla, compreender as intencionalidades de suas obras. Porém, este trabalho não irá se deter às suas trajetórias de vida e redes de sociabilidade de maneira mais aprofundada. Iremos focar, então, nas obras produzidas e no conteúdo tratado pelas mesmas, na organização de seus temas ancorados também na historiografia para que possamos compreender de que maneira esses grupos (militares e membro da Academia Brasileira de Letras) convergiam e divergiam a respeito da figura de Olavo Bilac e de que maneira esse discurso chegava à população.

Percebe-se, por fim, que o uso das biografias produzidas durante o período que compreende a ditadura civil-militar brasileira, tinha como objetivo principal a reinserção, no debate público, de uma figura importante para a sociedade do país. Justificava-se os títulos recebidos, como o de Patrono das Forças Armadas, a reedição de obras como o livro "A Defesa Nacional", compilado de seus discursos à frente da Liga de Defesa Nacional, assim como o lançamento de obras de cunho biográfico, tendo em vista os feitos em prol da pátria realizados, ainda em vida, por Olavo Bilac.

O uso da figura de Olavo Bilac tinha objetivos claros. Utilizar-se de uma figura bem alicerçada no imaginário social, era o melhor mecanismo não só para justificar a presença dos militares no Executivo, tendo como base os discursos do poeta acerca do Serviço Militar Obrigatório e o forte nacionalismo das Forças Armadas. Através da figura daquele que foi reconhecido como o príncipe dos poetas brasileiros, a ditadura instaurada através do golpe de 1964 buscou criar, também, um modelo de cidadão condizente com as demandas conservadoras.

No passado, Bilac atuou enquanto um educador da população, tanto através de sua campanha cívica, dialogando com diversos setores da sociedade, como na produção de obras de cunho cívico para a infância, após sua morte, sua figura era lembrada tendo o mesmo objetivo. Buscava-se, através das comemorações reacender paixões nacionalista e, também, educar a população para que a mesma fosse ordeira e que propagasse ideais

cristãos, já que se acreditava que, assim, o Brasil ascenderia ao grupo dos países desenvolvidos.

2 A crise moral coloca em debate a cidadania: a exacerbação do civismo em governos autoritários.

A partir de uma crença de que o Brasil vivia uma crise moral e, por tal motivo, estava ainda mais suscetível à infiltração de ideologias estranhas à sua cultura, como o comunismo, e conseqüentemente mais distante de seu futuro promissor. Caracterizando-se enquanto o grupo social melhor educado dentro do civismo, as Forças Armadas colocaram-se, no plano político, como os únicos capazes de restaurar os rumos da pátria.

Porém, para que tal projeto se efetivasse, foi necessária a articulação de um modelo de cidadania muito específico. Uma leitura conservadora colocava enquanto "cidadão de bem" pais de família, trabalhadores e cristãos. O verdadeiro cidadão vigiava constantemente a sociedade em prol do afastamento do comunismo, as mães protegiam os lares e seus filhos, educando-os através de tais preceitos.

A juventude passa a ser concebida enquanto o futuro da nação. Além disso, pelos ímpetus juvenis é vista enquanto mais suscetível ao encanto das ideologias alienígenas. Para tanto, o governo ditatorial, ao longo de sua existência, dedicou importantes debates e instrumentos na educação da juventude brasileira.

A seguir, buscaremos analisar como as obras acerca de Olavo Bilac, através da propagação de um ideal de civismo, contribuem na construção desse novo modelo de cidadania e no consenso sobre o regime.

2.1 Olavo Bilac e as Forças Armadas: o civismo em detrimento da cidadania.

2.1.1 Civismo e cidadania.

A cidadania é um fenômeno complexo e historicamente datado. É, inclusive, extremamente ligado às identidades nacionais e ao conceito de cultura, já que, para que um sujeito compreenda sua participação na sociedade deve sentir-se pertencente àquele território, partilhando com os demais integrantes dessa unidade um idioma, uma cultura, uma história, heróis e símbolos comuns a todos. Porém, a cidadania é composta por direitos, desdobrados em direito civil, direito social e direito político. Aquele que for possuidor dos três configura-se como um cidadão pleno.

Sendo assim, "[...] os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante à lei" (CARVALHO, 2018, p. 15). Os

direitos políticos "se referem à participação do cidadão no governo da sociedade [...] consistem na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e ser votado" (CARVALHO, 2018, p. 15). Já os direitos sociais são aqueles que "garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria" (CARVALHO, 2018, p. 16).

A ordem da explicação sugere também uma lógica na concessão de tais direitos e, conseqüentemente, na formação das sociedades. Dos direitos civis, aos políticos e por fim, aos sociais, o processo deveria ser lento e gradual, sendo assim, a fixação dos mesmos resultaria na formação e consolidação da cidadania nos países modernos. A falta de um desses direitos acabaria por gerar arbitrariedades, dificultando os processos de formação desses núcleos.

Podemos pensar que quando ocorre uma inversão na concessão de tais direitos, modifica-se também, o modelo de cidadania. José Murilo de Carvalho (2018, p.17) aponta para o cenário brasileiro, lembrando de que forma a cidadania do país se constituiu a partir de uma lógica que priorizava os direitos sociais em detrimento dos demais, alterando a lógica de uma cidadania plena que possuía como modelo o exemplo inglês.

Ao direcionarmos o olhar para o Brasil dos anos de 1964 que vivia uma ditadura liderada por militares, perceberemos como a cidadania brasileira coexistiu com o regime autoritário. Tatyana de Amaral Maia (2013a) postula que

A instauração de um regime autoritário, a partir do golpe de 1964, alterou profundamente a perspectiva de cidadania, redesenhando a compreensão do acesso dos cidadãos aos seus direitos constituídos. Ao lado da montagem de um aparelho repressor, a ditadura promoveu políticas educacionais e culturais com o objetivo de formar um novo cidadão e extirpar da sociedade aquilo que consideravam as "ideologias alienígenas" presentes na sociedade brasileira contemporânea. (MAIA, 2013a, p.1)

Para tanto, os grupos ligados ao governo ditatorial (podemos dizer aqui, os grupos intelectuais, primordialmente) utilizaram-se da história para divulgar um modelo de cidadão ligado às suas demandas. Nesse sentido, o civismo surgiu como uma ferramenta importante nessa construção, já que intensificava um certo modelo de cidadania que buscasse coexistir de maneira harmônica com os ideais conservadores da ditadura, inclusive, deles partilhando.

Nessa intensificação e em uma "reinvenção" (MAIA, 2013, p.4) da história pátria, a figura dos chamados heróis nacionais emergem na intenção de colocar certas normas de conduta enquanto uma característica verdadeiramente nacional. É nesse sentido que vemos ressurgir novas leituras e uma apropriação da imagem de Olavo Bilac durante a

ditadura civil-militar. Maia acrescenta que "Olavo Bilac tornou-se uma personagem-símbolo do civismo nos anos de chumbo, sendo reverenciado como exemplo de cidadão consciente de seus deveres perante sua comunidade" (MAIA, 2013a, p.2) e, é dentro dessa mesma leitura que surgem as obras biográficas aqui analisadas.

Em primeiro momento, se faz importante compreender o que se entendia na época enquanto cidadania e civismo para que então possamos compreender a ligação de Bilac e desse modelo defendido pelo regime.

Na obra "Pequena enciclopédia de moral e civismo" produzida em 1967 pelo Pe. Fernando Bastos de Ávila que fazia parte da Campanha Nacional do Material de Ensino e que visava ser um material de consulta para os jovens do segundo ciclo do nível médio, postula no verbete "cidadania" que esta seria

[...] o pleno gozo de todos os direitos civis e políticos do cidadão de um país.
[...] Conhecer a Constituição, especialmente no capítulo relativo à nacionalidade e cidadania, ter consciência plena dos direitos e responsabilidades inerentes ao gozo da cidadania, procurar difundir esse conhecimento na comunidade - eis alguns aspectos importantes para a conquista da maturidade política do nosso povo. (ÁVILA, 1967, p.76)

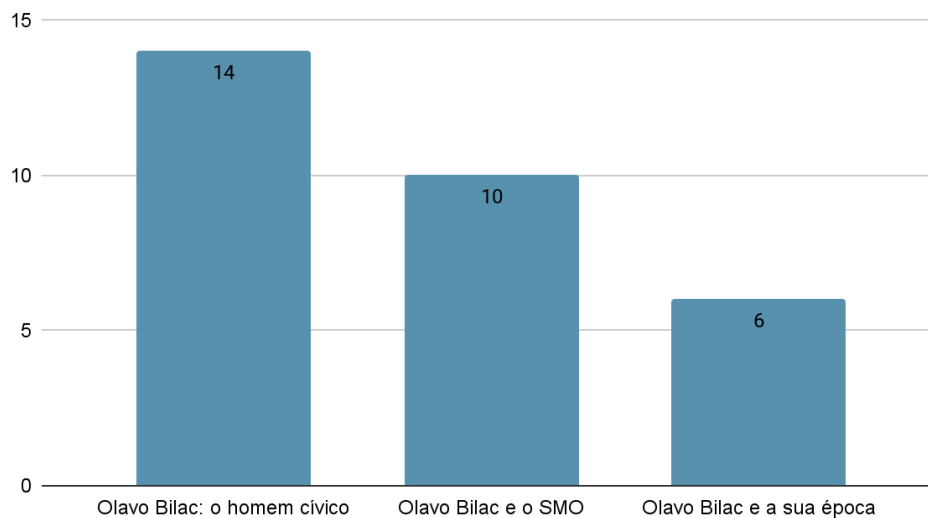
Já o cidadão era aquele que

Na plenitude de sua força, entretanto o termo ["cidadão"] conota a ideia de uma participação consciente e voluntária dos deveres e dos direitos cívicos. É plenamente cidadão brasileiro aquele que cumpre seus deveres para com a Pátria, natural ou adotiva e que sabe respeitar os direitos que ela lhe confere. Aquele que se identifica de tal modo com a Pátria, que faz seus os problemas dela, e que, em última análise, dá a sua vida cívica o sentido de uma colaboração ao progresso e engrandecimento da mesma. (ÁVILA, 1967, p.76-77)

É importante frisar que o civismo aparece diversas vezes durante as três obras aqui analisadas. Sendo possível perceber através do seguinte gráfico

Gráfico 4: A temática do civismo nas biografias.

Assunto: Civismo



Na obra intitulada "Olavo Bilac: o homem cívico" do general Moacir Araújo Lopes de 1968 percebemos que Bilac é descrito enquanto um homem possuidor das características de um verdadeiro cidadão. Na página de número 16, em tópico que visa tratar da infância do poeta e de sua juventude Lopes escreve que Bilac, desde muito jovem compreendia que seu dever enquanto cidadão estava diretamente ligado à renúncia. "Tendo o pai na guerra, durante cinco anos, criou-se em ambiente de renúncia, vivida pela Pátria" (LOPES, 1968, p.16).

A guerra aqui descrita é a Guerra do Paraguai, na qual, o pai de Bilac serviu enquanto médico. As linhas que se seguem ao trecho citado acima trazem uma crônica do poeta que conta das incertezas da época, do medo que rondava as famílias daqueles que abdicaram de suas casas e vidas na luta pela Pátria. Ao lembrar as histórias da guerra contadas por seu pai, Bilac escreve: "o entusiasmo ascendia-nos a face, dava-nos ao sangue rufos de febre e aprendíamos a amar a Pátria, admirando aqueles que por ela morriam. Assim, nascemos, assim crescemos" (BILAC apud LOPES, 1968, p.17).

Esse trecho assinala a importância das histórias nacionais como forma de educar as novas gerações dentro de preceitos bem específicos. Bilac, com os relatos da guerra, tornou-se um verdadeiro cidadão, amando seu país. Maia (2013a) frisa que a ditadura civil-militar brasileira utilizou-se da história nacional de muitas maneiras buscando, como finalidade a manutenção da ordem:

Além da história, geografia e literatura pátria ensinadas nos bancos escolares era fundamental a encenação desses artefatos através de um conjunto de práticas educativas que complementassem a formação do jovem cidadão como, por exemplo, a organização e distribuição dos Calendários Culturais, as comemorações públicas de efemérides, as publicações paradidáticas e os

manuais financiados pela Fundação Nacional do Material Escolar, FENAME. (MAIA, 2013a, p.4)

Nesse sentido, as obras biográficas de Bilac aqui analisadas constituem-se, também, em práticas educativas com a finalidade de complementar a formação dos jovens enquanto cidadãos. Contam a história de um intelectual brasileiro que, compreendendo-se enquanto cidadão, cumpriu seu dever com a Pátria e buscou estruturá-la, inclusive através da educação cívica dos jovens. O exemplo histórico torna-se sinônimo de cidadania e serve de modelo para a sociedade brasileira dos idos de 1960.

Percebemos então, que o conceito de civismo e cidadania se confundem. A enciclopédia produzida pelo pe. Ávila nos diz que o civismo se caracteriza enquanto uma

[..] atuação consciente e esclarecida do cidadão, no seio da comunidade, através do cumprimento dos seus deveres de cidadania e do seu esforço em contribuir para o progresso e engrandecimento de sua Pátria. Caracteriza-se por uma atitude ativa de interesse e participação nos problemas da comunidade. Não é o gozo pacífico dos direitos assegurados por lei e a aceitação resignada dos deveres impostos também por lei, mas a vigilância permanente e a ação constante para que se consigam: obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores sociais positivos, repressão aos elementos ou fatores sociais negativos, incentivo aos jovens para desenvolvimento harmonioso e sadio de sua personalidade, colaboração nas obras sociais e iniciativas que visem o bem-estar humano, e tantas outras formas de pôr, a serviço da comunidade, as experiências, habilidades, capacidades e dons que se é portador. (ÁVILA, 1967, p.81)

Nesse mesmo sentido, Lopes (1968) apresenta uma definição mais concisa de "civismo". Em página não numerada que precede o início da obra do general, encontra-se um triângulo que visa tratar dos três pilares que compõem o civismo, cada elemento é, pelo autor, explicado:

- 1 - CARÁTER - com base na moral, originária da ética, tendo como fonte DEUS (Constituição do Brasil, Preâmbulo).
- 2 - AMOR À PÁTRIA - e às suas tradições, com capacidade de renúncia.
- 3 - AÇÃO - intensa e permanente, em benefício do BRASIL. (LOPES, 1968, n.p)

O homem cívico era possuidor de um caráter muito bem definido, o amor à pátria possibilitava respeitar a história de seu país porém, poderia renunciar àquilo que não acreditava e que impossibilitasse o desenvolvimento do país, por fim, deveria agir pelo bem-estar nacional, através de atitudes que buscassem manter a ordem estando atento a "obediência às leis, preservação da ordem, defesa da moral e dos bons costumes, estímulo aos valores sociais positivos, repressão aos elementos ou fatores sociais negativos,

incentivo aos jovens para desenvolvimento harmonioso e sadio" (ÁVILA, 1967, p.81), entre outros atos citados acima.

Através do exemplo de Bilac, estas características buscam ser exaltadas. O verdadeiro cidadão é aquele que ama a Pátria, sendo assim, Bilac era um

Poeta "que tocava a sensibilidade do povo", poeta "cujos versos eram repetidos de cor nas escolas, nos salões, nas rodas boêmias". BILAC era também um "coração inflamado de orgulho patriótico", tanto quanto uma inteligência sempre atenta "aos aspectos objetivos da vida brasileira."(BRANDÃO, 1969, p.40-41)

Amava a Pátria e a Pátria o amava, declamando seus versos em todos os lugares e, como um verdadeiro homem cívico, estava sempre atento aos rumos que o país seguia, preocupado com o desenvolvimento de sua terra.

Brandão, assim como Lopes, é um militar que produz uma obra de cunho biográfico para o primeiro civil a compor o Panteão dos heróis das Forças Armadas. Em seu livro intitulada "Olavo Bilac e o Serviço Militar", o escritor busca construir uma obra que chegue aos jovens do gênero masculino com idade a ingressar no serviço militar. A juventude durante o regime ditatorial será melhor trabalhada em tópico que constitui esse capítulo, porém, se faz interessante lembrar que, durante os anos de chumbo, os jovens tornaram-se um grupo importante de resistência ao regime e, até mesmo, uma preocupação para os dirigentes da ditadura.

Tendo isso em mente, a citação a seguir se faz importante analisar:

Ao lado de Patrocínio, na "Cidade do Rio", BILAC regozijou-se com a queda do regime Imperial. Mas quando a república descambou-se para a autocracia florianista, enveredando por caminhos anti-democráticos, opôs-se à ditadura, o que lhe valeu diversas prisões, ao longo de três anos de perseguições políticas. (BRANDÃO, 1969, p.37)

O trecho possibilita lembrar os discursos que legitimaram o golpe: a ideia de um perigo iminente tomada de poder pelo comunismo, que, para os articuladores e apoiadores do regime significaria o fim dos ideais democráticos e a instauração de uma ditadura de cunho comunista. Mais uma vez, ressurgiu Bilac como um protetor da nação, rompendo com todo e qualquer regime autoritário e aos ideais antidemocráticos. A juventude brasileira da época, por uma proximidade maior com ideologias de diferentes matizes, tornou-se o alvo de uma série de políticas educacionais, e para tanto, o trecho acima busca inculcar certas ideias através da proteção da democracia brasileira

Raymundo Magalhães Jr., o único biógrafo civil, dentre as obras aqui analisadas, vai ao encontro às palavras de Brandão. Magalhães Jr. traz a versão de Bilac mais

humanizada, inclusive como possuidor de escolhas certas e erradas e que amadureceu e aprendeu a reconhecer seu lugar na sociedade. Magalhães Jr. escreve as seguintes palavras:

O rebelde se convertera. E revelava, como cronista, preocupações altamente progressistas e patrióticas, forradas de tal espírito cívico que não se coadunam com a figura da anedota que espíritos fantasistas e imaginosos pintaram com as tintas do pitoresco, exagerando a nota, enfeitando a realidade, ou, antes, deturpando-a e dourando a vida boêmia que, em grande parte, desaparecera no fim do século passado e nos primeiros anos deste. (MAGALHÃES JR., 1974, p.266)

Foi, através de seu amor à pátria que Bilac relegou os erros ao passado e buscou, através de seus dons de fala e escrita, lutar pelo engrandecimento do Brasil, tendo como finalidade maior, a realização de um futuro de progresso e desenvolvimento.

Porém, agora se faz importante lembrar que a cidadania moderna é, na verdade, composta por direitos: civil, político e social. Ao longo dessa análise podemos perceber que, em todas as postulações contemporâneas à ditadura civil-militar, a questão dos direitos aparece de maneira singela, enquanto se dá maior ênfase à características como: amor a pátria; educação moral dos jovens; ação contínua em prol da manutenção de um certo modelo de sociedade, entre outros.

Podemos então, concluir que, em momentos de crise política, o civismo sobressaia a cidadania. Maia (2013b) postula que

O civismo, ao incorporar o otimismo, organizou o aparato discursivo e ideológico nacionalista-conservador em torno do projeto autoritário dos governos militares. O civismo, neste caso, sobrepõe-se à cidadania moderna por desconsiderar a legitimidade dos interesses políticos conflitantes existentes na sociedade; por limitar a capacidade de organização política coletiva; por aviltar a liberdade de expressão e os direitos individuais em nome de supostos valores nacionais superiores. A defesa desses valores superiores absolutos, por princípio imutáveis e responsáveis pela existência da sociedade, legitimava ações coercitivas que limitavam a liberdade individual, esta última sacrificada em nome de um bem considerado maior que os cidadãos: a Nação. Aliás, a função social do cidadão estava bem definida: ele era o agente responsável pela proteção desses valores; ao romper com esse dever, perdia também seus direitos políticos e sociais, ou seja, deixava de ser cidadão; tornava-se um subversivo. (MAIA, 2013b, p.188-189)

Dessa maneira, a figura de Olavo Bilac surge como uma ferramenta importante para a conformidade de um modelo específico de cidadão, que legitima o golpe a partir de uma lógica que busca justificar a retirada dos direitos em prol da manutenção da pátria. Ao cumprir tais demandas e aceitar certas restrições, o sujeito se torna um verdadeiro cidadão e, ao reconhecer tais atos naquele que foi considerado o mais patriota do homens

- Olavo Bilac -, compreende tais renúncias como pertencentes à identidade do cidadão brasileiro.

2.1.2 O ideal cívico das Forças Armadas.

Um forte argumento permeou o período que compreende as articulações que culminaram na derrocada do golpe civil-militar brasileiro em 1964: a ideia de uma crise moral que deveria ser arduamente combatida tendo em vista a proteção da nação. Essa crise moral traria consigo uma crise geral, que perpassaria instâncias políticas, sociais e econômicas (FICO, 1997, p. 44).

Nesse sentido, os grupos militares se colocaram enquanto portadoras de uma "missão civilizadora" (FICO, 1997, p.45), na qual deveriam educar a população dentro de valores positivos como "'amor a pátria', a 'coesão familiar', a 'dedicação ao trabalho', a 'dignificação do homem'" (FICO, 1997, p.45). As complexidades sociais passaram então, a serem ignoradas, assim como as razões dos problemas brasileiros. A resposta foi simplificada: o Brasil precisava que os "homens dignos", os verdadeiros brasileiros, buscassem direcionar os rumos do país dentro, novamente, dos ideais nobres.

Carlos Fico (1997) postula que a noção de uma crise moral é um tópico recorrente no Brasil. O autor chama a atenção ao dizer que

A base argumentativa da concepção de crise moral é o princípio de que os homens devem ter um certo comportamento ético, moral, diante das circunstâncias da vida em sociedade. Tal expectativa valoriza especialmente a noção de solidariedade, isto é, todos devem orientar suas ações visando o bem comum. (FICO, 1997, p.43)

Os militares, ao colocarem-se enquanto os únicos capazes de restaurar o bom funcionamento da sociedade acreditavam "que seria possível eliminar quaisquer formas de dissenso (comunismo, 'subversão', 'corrupção') tendo em vista a inserção do Brasil no campo da 'democracia ocidental e cristã'" (FICO, 2004, p.34).

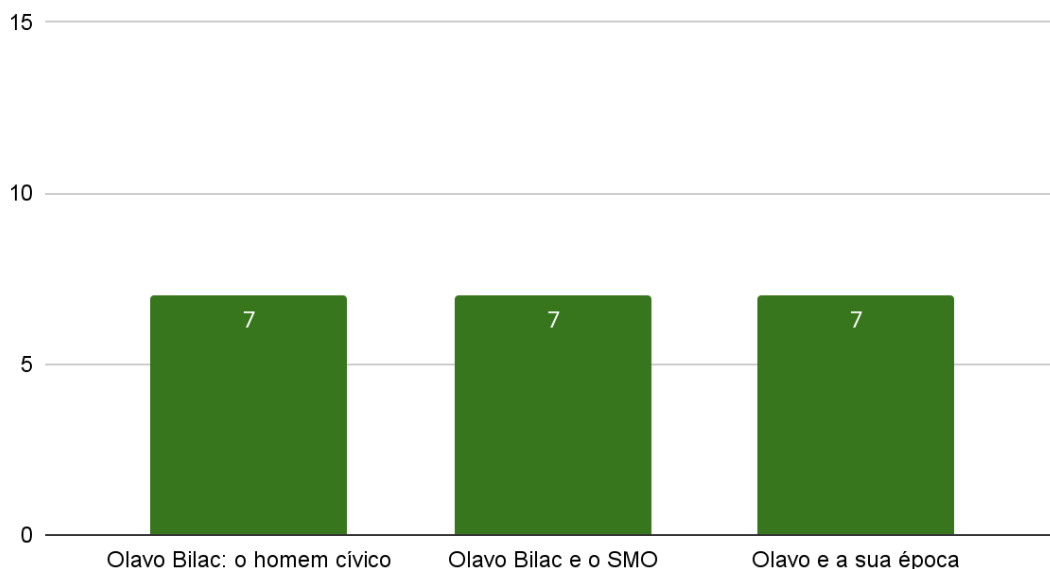
Essa ideia é compreendida enquanto a chamada "utopia autoritária" que caracterizava os militares das diferentes matizes que compuseram a ditadura. Esse elemento surgiu através de um lógica otimista desses grupos, na qual acreditava-se que "essa utopia autoritária estava claramente fundada na ideia de que os militares eram, naquele momento, superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e retidão moral" (D'ARAÚJO; SOARES; CASTRO, 1994, p.9).

As biografias aqui analisadas fazem parte desse aparato construído pelos militares na busca por executar uma "limpeza" na sociedade brasileira. A partir de uma lógica com bases em ideais ligados a "moral e os bons costumes", a censura, a tortura e, também, a educação da sociedade através de tais postulações fizeram parte de uma mesma prática de Estado organizada pelos grupos militares, seus colaboradores e apoiadores.

Fundada "na crença em uma superioridade militar sobre os civis, vistos, regra geral, como despreparados, manipuláveis, impatrióticos e — sobretudo os políticos civis — venais" (FICO, 2004, p.39), essa utopia autoritária serviu para justificar a presença militar à frente do poder executivo. Nesse sentido, percebemos que ambos os biógrafos de Olavo Bilac partilham dessa mesma prerrogativa e contribuem na disseminação da ideia de que os militares eram os mais capacitados para governar o país e deviam fazer uma limpeza do país, acreditando serem os mais patrióticos de todos os grupos sociais. Sendo assim, a partir do gráfico a seguir, podemos perceber o quanto esse tema foi tratado pelos autores das biografias:

Gráfico 5: A temática das Forças Armadas nas biografias.

Assunto: Forças Armadas



O general Lopes, ao tratar do Regulamento da Lei do Serviço Militar, atualizado no ano de 1966, contribui para a fixação de um imaginário que traz as Forças Armadas brasileiras como a instituição com os ideais cívicos mais verdadeiros e, também, como uma instituição capaz de propagar tais ideais visto o seu papel na educação dos jovens em idade de alistamentos. Lopes transcreve os dois primeiros parágrafos do artigo 4:

- 1o - Tem por base a cooperação consciente dos brasileiros, sob os aspectos espiritual, moral, físico, intelectual e profissional, na segurança nacional.
 2o - Com as suas atividades, coopera na educação moral e cívica dos brasileiros em idade militar e lhes proporciona a instrução adequada para a defesa nacional. (LOPES, 1968, p.14)

O capítulo que contém tais artigos refere-se às Relações Públicas e visa tratar da dignificação do serviço dos militares. O artigo traz a ideia de que as Forças Armadas têm como função a educação dentro da moral e do civismo dos jovens brasileiros, tornando-se assim, uma instituição fundamental para o bom funcionamento da sociedade. Tendo sido educados a partir de tais preceitos, os diferentes militares que compunham o governo ditatorial seriam, a partir dessa lógica, evidentemente, os mais capazes de gerir o país.

Nesse mesmo sentido, percebe-se a raiz de tal otimismo que disseminava a crença, inclusive pela sociedade de que, nos idos de 1964, os militares seriam os mais aptos para afastar o comunismo e a corrupção do país e, instalar novamente, a ordem e os bons costumes. Lopes confirma tal premissa ao dizer que "as Forças Armadas brasileiras - Marinha, Exército, Aeronáutica - são Instituições básicas, cuja destinação constitucional é a defesa da Pátria e a garantia dos Poderes constituídos, da lei e da ordem" (LOPES, 1968, p.12).

É essa sua "destinação constitucional" (LOPES, 1968, p.12), porque prestam serviço militar "brasileiros de todas as raças, crenças, classes sociais e graus de instrução, pois as Forças Armadas são a Nação, o povo em armas" (LOPES, 1968, p.13). Dessa forma, Exército, Marinha e Aeronáutica são compostos pela população e exprimem os seus desejos. O trecho escrito por Lopes chama a atenção a unidade social, tendo como contrapartida os debates comunistas que, segundo seus opositores, dividia a população e rompia com a unidade e harmonia dos cidadãos brasileiros.

Sendo também um membro das Forças Armadas, Adelino Brandão (1969) compartilha das mesmas crenças do general Lopes acerca das características nobres daqueles que passaram pela caserna. Ao lembrar da formação do Exército, nos idos da Guerra do Paraguai, Brandão escreve:

Ao chegarmos aos fins do século XIX, o Exército, que nunca fora prestigiado suficientemente por Pedro II, adquiria novas dimensões. Depois dos anos heróicos da Guerra do Paraguai, nossas forças armadas projetaram-se de modo mais positivo no cenário nacional e a nação via o quanto lhes devia. O povo passou a se identificar com os grandes chefes militares e soldados cuja memória ainda cultuamos. (BRANDÃO, 1969, p.38)

O trecho acima busca destacar os exemplos do passado como meio de legitimar um discurso. Elenca a guerra do Paraguai como um exemplo máximo do patriotismo dos

soldados e da força desempenhada na busca pela proteção de seu território, de sua economia e de sua população. "E a nação via o quanto lhes devia" (BRANDÃO, 1969, p.38). A nação deveria reconhecer os feitos daqueles que eram os verdadeiros heróis da pátria e, reconhecer também que essa não era uma atitude individual, mas fazia parte da educação e treinamento dos grupos militares, fazia parte do "ser" militar, era uma obrigação do soldado perante a sociedade e, porque ele mesmo era parte dessa sociedade.

Logo em seguida Brandão destaca a ineficácia dos governos civis, inaptos a tal função: "mas, vencidos os primeiros anos de dificuldades e superadas as crises de 91 e 93, a República nas mãos dos governadores civis se 'burocratizaram'. Os heróis de ontem serão substituídos pelos 'coronéis' e oligarquias estaduais, 'perdendo, na arena política, o lustre do idealismo'" (BRANDÃO, 1969, p.38). Os governos civis eram facilmente corrompidos pelas vontades individuais, perdiam o "idealismo", a utopia autoritária que acreditava no engrandecimento do Brasil, por esse motivo, sendo os militares verdadeiros patriotas, tornavam-se, em suas leituras, os governantes que poderiam elevar o país ao rol dos países desenvolvidos.

É interessante notar que essas mesmas ideias estavam presentes no imaginário civil conservador da época. Magalhães Jr., em sua obra, transcreve o famoso discurso de Bilac aos estudantes da Faculdade de Direito em São Paulo. No discurso em que afirma não ser um militarista, o poeta diz que "a caserna é um filtro admirável, em que os homens se depuram e apuram: delas saíam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciência, sem dignidade, sem pátria, que constituem a massa amorfa e triste da multidão..." (BILAC apud MAGALHÃES JR., 1969, p.367).

As Forças Armadas são compreendidas enquanto instituições base para o bom funcionamento da sociedade dentro dos moldes ocidentais e cristãos. É compreendida também como espaço de formação de brasileiros conscientes e dedicados ao seu país, cidadãos de bem, dignos e trabalhadores. Aqueles que não possuem uma educação cívica, conseqüentemente, não são cidadãos plenos e, tendem a ser mais suscetíveis às ideologias alienígenas, que não são verdadeiramente nacionais e tendem a destruir a unidade nacional brasileira.

Os motivos que levaram a derrocado do golpe foram muitos porém, percebe-se que a utopia autoritária foi um elemento aglutinador de diferentes grupos sociais, inclusive dos militares, já que intensificava a ideia de uma crise moral decorrente da estrutura precária de diferentes instituições basilares como a família, a igreja e a escola e, por esse motivo, a sociedade estava mais suscetível à invasão do comunismo. Dessa

maneira, as Forças Armadas acabaram por imbuir-se de uma "missão civilizadora" acreditando serem os mais aptos a governarem o país rumo ao progresso.

2.2 "O cidadão de bem" e a unidade nacional.

Os militares, colocando-se enquanto o grupo social melhor educado dentro dos preceitos cívicos e patrióticos, imbuído da função de governar o Brasil dentro de uma lógica otimista que acreditava no desenvolvimento dentro dos moldes ocidentais e cristãos, passaram a compreender a necessidade de educar a sociedade com a finalidade de inculcar-lhes modelos sociais pertencente ao âmbito da moral.

Nesse sentido, a figura de Olavo Bilac emerge enquanto um elemento importante não só pela possibilidade de legitimar o discurso dos militares, mas de constituir-se em um exemplo civil para tal modelo de cidadão. Como será melhor explicado no capítulo seguinte, os grandes heróis do passado possibilitam um uso de sua imagem que visa levar à população uma mensagem extremamente ligada às demandas do tempo presente e serve também, de um importante instrumento de educação.

Nesse sentido, os militares, seus ideólogos e apoiadores buscaram elencar um modelo de cidadão que contribuísse para seu fortalecimento e aceitação. Para tanto, o regime se utilizou de figura de um dos maiores apoiadores das Forças Armadas, mas que, era um civil, o que contribuía de maneira mais efetiva para a consolidação de tal discurso. Dessa forma, Olavo Bilac foi elencado como um "cidadão de bem", um homem ligado à moral e que lutou pela proteção de sua pátria. Esse modelo de cidadão teria como finalidade a manutenção da unidade nacional e o bom funcionamento da sociedade. A questão da unidade nacional aparece apenas uma vez na obra de Lopes, já na obra de Magalhães Jr é trazida ao debate 5 vezes pelo autor da biografia.

Nesse sentido, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi um importante instrumento ideológico na estruturação de tal projeto. Enrique Padrós descreve a DSN como tendo entre suas principais premissas

a rejeição da ideia da divisão da sociedade em classes, pois as tensões entre elas entram em conflito com a noção de unidade política, elemento basilar daquela. Segundo os princípios da DSN, o cidadão não se realiza enquanto indivíduo ou em função de uma identidade de classe. É a consciência de pertencimento a uma comunidade nacional coesa que potencializa o ser humano e viabiliza a satisfação das suas demandas. Nesse sentido, qualquer entendimento que aponte a existência de antagonismos sociais ou questionamentos que explicitem a dissimulação de interesses de classe por

detrás dos setores políticos dirigentes é identificado como nocivo aos interesses da "nação" e, portanto, deve ser combatido como tal. Mais do que isso, tal coesão política pressupõe o fim do pluralismo político, condição essencial para a resolução dos conflitos e de seus elementos centrífugos. (PADRÓS, 2008, p.144)

Sendo assim, o maior inimigo para aqueles que partilhavam as ideias advindas da DSN, era aquele que provocasse uma divisão, que rompesse com a unidade nacional, rompendo, dessa maneira, com a pátria. O verdadeiro cidadão brasileiro deveria ser aquele que buscava constantemente afastar os inimigos e manter coesa a família e a pátria, educando também, seus filhos dentro dos preceitos da moral.

Nas obras biográficas de Bilac, a questão da unidade nacional é percebida a partir de trechos em que se busca debater a divisão social a partir de ideias como classe, raça e credo. Na obra do general Lopes (1969), ao utilizar-se das palavras de Bilac, traz coesão social e pátria como sinônimos: "Para que haja Pátria, disse eu, é necessário que haja unidade e coesão. Dentro dessa necessidade, é claro, podem entrar todos os credos políticos e religiosos. Só não pode entrar aqui a absoluta e absurda ausência de todo o credo."(BILAC apud LOPES, 1969, p.21-22).

O trecho acima chama atenção ao colocar que só há pátria se existir unidade e que a pátria não é e nem pode ser dividida em classe, raça, posicionamentos políticos e credos religiosos. Compreende-se então que a Pátria rejeita a ideia de divisões - pressuposto fundamental da DSN - e que, além disso, ao ser dividida de tal forma fere a nacionalidade, desestruturando o país e levando-o à decadência. Dessa maneira, o verdadeiro cidadão era aquele que estaria atento a tais desvios de conduta que poderiam ser prejudiciais à coesão.

A importância de tal discurso de Bilac está alicerçada na construção da imagem de um "cidadão de bem", ligado às tradições, protetor da pátria e da família, educado nos preceitos da moral originária da lógica cristã e ocidental. Nesse mesmo sentido, a imagem do poeta se faz importante por constituir o exemplo cívico de tais atos patrióticos, levando a população o dever que, segundo sua própria visão, as Forças Armadas há muito reconheciam e executavam.

Ao mesmo passo que Bilac é utilizado enquanto instrumento de educação da população na intensificação de um modelo de cidadania atrelado ao civismo, se faz uso de sua figura na legitimação do discurso que visa tratar os militares como verdadeiros homens cívicos conscientes, assim como Olavo Bilac, de seu lugar perante a sociedade.

Brandão, sendo também um militar, colabora, a partir de sua obra, na intensificação de tal visão:

A expressão ["o povo em armas"] indica tão somente que nossas Forças Armadas não se constituem em casta, classe, privilégio ou discriminação. Sim, que formam um grupo aberto, onde se permite a ascensão e a mobilidade sociais, resguardados os aspectos fundamentais da disciplina e da hierarquia. (BRANDÃO, 1969, p.44)

Carlos Fico (1997) atenta para o fato de que, o uso das imagens do passado servia também na busca por desenvolver o país. Dessa maneira, tentou-se "elaborar uma leitura sobre o Brasil que, ao mesmo tempo, criasse as bases para um sistema de auto-reconhecimento social e se instaurasse como mística de esperança e de otimismo" (FICO, 1997, p.19). Sendo assim

a mais duradoura ditadura brasileira preocupar-se-ia em conformar um novo padrão de comportamento social, compatível com um patamar de desenvolvimento econômico (que mais se desejou do que consolidou). Tratava-se, então, não só de convencer a todos das potencialidades brasileiras, mas de sugerir que, como essas riquezas nos dariam ingresso ao "mundo desenvolvido", eram desejadas certas regras de conduta, de civilidade. (FICO, 1997, p.23)

Para que tal fim pudesse ser alcançado, o regime acreditou que

essa busca de adequação seria visibilizada pelo recurso às imagens do passado; não pelas imagens aterradoras da preguiça ou de outras mazelas, mas pela estetização de imagens relativamente gastas, banais, que, retocadas com os recursos dos modernos meios de comunicação, ganharia a força de uma realidade virtual. Trata-se, portanto, da recuperação de um material histórico específico, de uma certa memória, que "importa não tanto pelo conhecimento que traz, mas pela ação que governa" (FICO, 1997, p.23)

De fato, nota-se a importância desse "material histórico específico" (FICO, 1997, p.23). Ao analisarmos o caso da incorporação da figura de Olavo Bilac percebemos o quanto ela foi elencada através de um projeto que visava legitimar os atos das Forças Armadas à frente do Executivo. A figura de Bilac, por ser há tempo muito presente no imaginário social, acaba servindo enquanto instrumento que possibilita a confirmação do discurso através dos exemplos do passado.

Nesse sentido, percebe-se na crônica escrita por Bilac e transcrita no capítulo de número 28 intitulado "O 'outro' Olavo Bilac", Magalhães Jr. escreve que o poeta, ao regressar a São Paulo, cidade na qual cursou por certo período, Direito, o príncipe dos poetas "escandaliza-se ao descobrir que, com sua crescente americanização, ali penetrou o preconceito de cor, 'como nos Estados Unidos'" (MAGALHÃES JR., 1974, p.273). Acrescenta então, palavras de Bilac:

A cor jamais impediu, no Brasil, que um homem galgasse as mais altas posições. Já no tempo do Império havia no senado homem de cor. [...] Felizmente! Seria um crime imperdoável, uma vergonha sem nome, que destruíssemos agora, por uma ridícula vaidade, a grande obra de confraternização entre as raças, que os nossos avós empreendem e realizam. E que ingratidão, que hedionda e revoltante ingratidão haveria nisso! Foi o preto quem fez o Brasil. Se temos hoje riqueza e prosperidade, se somos uma nação forte e opulenta, devemos-lo a essa raça que penou e sofreu sobre a terra bruta, desbravando-a, desmoitando-a, fecundando-a com seu trabalho. A quem deve São Paulo a sua fortuna, senão aos pretos que lhe cultivaram o solo? [...] Não admira que haja quem deseje ver reestabelecido no Brasil o preconceito de cor, triste legado da escravidão, quando a quem restabeleça a própria escravidão. (BILAC apud MAGALHÃES JR., 1974, p.273-274)

O trecho se faz importante porque destaca a utilização de um aparato histórico que tem a finalidade de levar à população uma mensagem que visa intensificar a unidade nacional através de mitos já há muito tempo difundidos no imaginário social.

Compreende-se que essa visão pertence a uma lógica otimista da sociedade, que enxergava o racismo como elemento pertencente a uma visão pessimista que deveria ser anulada da construção da brasilidade (FICO, 1997, p.32-33). Sendo assim, a ditadura civil-militar, na busca por elementos que intensificassem a coesão e a cooperação, utilizou-se de questões como "a valorização da mistura racial, a crença no caráter benevolente do povo, [e] o enaltecimento do trabalho" (FICO, 1997, p.34).

No texto produzido por Bilac percebemos "a valorização da mistura racial" (FICO, 1997, p.34) ao dizer que a confraternização das raças é antiga, presente, inclusive na época do Império. O "enaltecimento do trabalho" (FICO, 1997, p.34) fica a cargo da lembrança do trabalho braçal junto a terra daqueles que a "desbravando-a, desmoitando-a, fecundando-a" (BILAC apud MAGALHÃES JR., 1974, p. 274) ajudaram a construir São Paulo, sendo os motivos da riqueza da capital.

O racismo também deveria ser afastado dentro de tal leitura pois era visto enquanto elemento atrasado, não condizente com os rumos que o país galgava alcançar - de moderno e desenvolvido. Por outro lado, ao Bilac propor que aquela medonha situação encarada ao chegar em São Paulo era uma importação de características de fora, americanas, fere também o princípio da nacionalidade, das características propriamente nacionais. Se por um lado, a ditadura civil-militar brasileira teve estreitas relações com os Estados Unidos, através da própria derrocada do golpe e também de projetos financiados pelo governo estadunidense, como aqueles ligados à Usaid, por outro, o nacionalismo e a busca por relembrar os elementos que constituíam a identidade nacional foi tema importante.

Sendo assim, o racismo no Brasil era, para diferentes grupos da sociedade brasileira, um elemento há muito tempo superado. O trecho trazido por Raymundo Magalhães, da fala daquele que fora elencado pela ditadura como o verdadeiro homem cívico, ao ser lido pela população de um modo geral, inculcava também mais um item a ser acrescentado na lista que compunha o cidadão de bem. O cidadão de bem não era antiracista por compreender a estrutura perversa da escravidão, ele não era racista porque no Brasil havia harmonia entre as raças, porque este é um país pacífico e ordeiro, preparado para tomar posse no rol dos países desenvolvidos.

Por fim, compreende-se a Doutrina de Segurança Nacional como uma ideologia que visava vigiar os diferentes setores sociais e garantir que o princípio de unidade fosse mantido em prol de uma utopia, que acreditava na competência dos militares em desenvolver o país e alcançar um lugar de desenvolvimento a muito esperado. Para tanto, o cidadão de bem do regime deveria ancorar-se em preceitos específicos, como retidão moral, fé cristã, proteção do lar e dedicação ao trabalho. O passado foi, dessa forma, elencando enquanto um instrumento de extrema importância na difusão de tais ideais, sendo levado a população através de obras biográficas, festas populares, entre outros.

2.2.1 O verdadeiro cidadão acredita na modernização.

Nos idos de 1964 fortificou-se, a partir daquilo que podemos chamar de uma "utopia autoritária" uma ideia há muito tempo presente nos meios intelectuais, políticos e sociais de que o Brasil era uma potência em ascensão. Marcos Napolitano (2014) chama a atenção para esse debate dizendo que, tanto as elites civis quanto militares, buscavam intensificar o discurso ao colocar que "o Brasil tinha um destino histórico" (NAPOLITANO, 2014, p.48) e que era "uma espécie de último 'baluarte do Ocidente'" (NAPOLITANO, 2014, p.48).

Sendo assim, as raízes do desenvolvimento e da modernização eram parte de um destino pré-estabelecido a partir das características territoriais, sociais e culturais do país. Sua vasta extensão territorial, sua diversidade sócio-cultural, eram elementos que, sendo verdadeiramente nacionais, elevariam o Brasil ao rol dos países desenvolvidos. O conhecimento da realidade brasileira era ponto primordial para a construção desse futuro glorioso. Como já dissemos, as Forças Armadas colocava-se enquanto um segmento social que conhecia profundamente a realidade do país e, por seus sentimentos

nacionalistas e sua retidão moral, era o grupo que melhor conseguiria alcançar tais objetivos.

Nesse sentido, criou-se uma lógica de modernização a partir de preceitos conservadores e autoritários. Rodrigo Motta (2014) aponta que, as reformas, aquelas mesmas planejadas por João Goulart e um dos motivos de sua queda, eram aceitas por um grande percentual das forças políticas, o que não se aceitava, eram os meios planejados por Jango e a perda da confiança em sua gestão (MOTTA, 2014, p.8). Para tanto, instaurada a ditadura, se fez necessário executar tais reformas tendo em vista o melhor desenvolvimento do país.

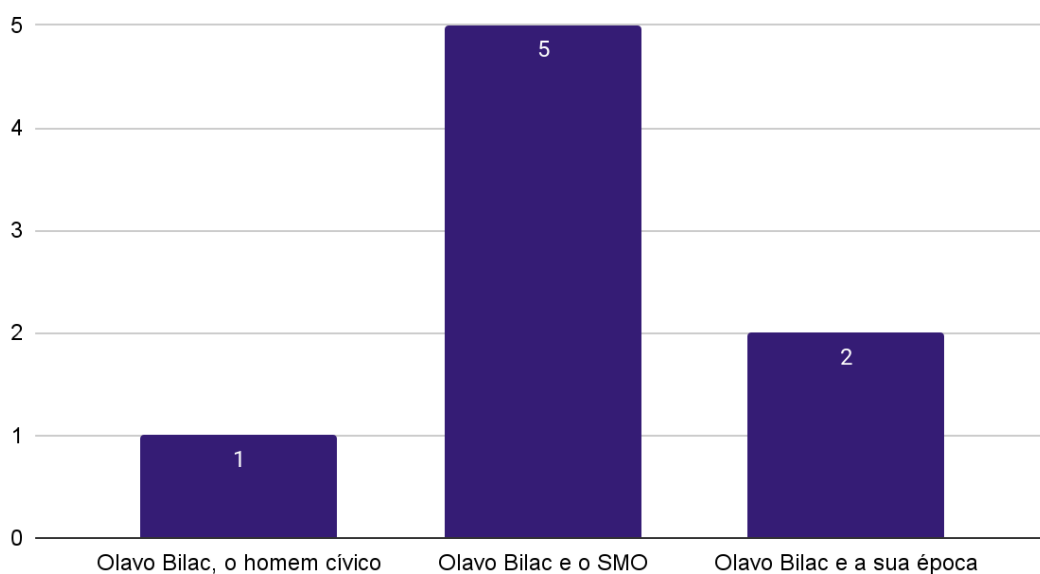
Motta aponta ainda uma presença crucial em tais iniciativas: os Estados Unidos. Do norte do continente americano ecoava a filosofia de que para vencer a ameaça do comunismo, os países ditos "atrasados" deveriam modernizar-se:

Para certos teóricos americanos de linha democrata, a modernização nos países pobres deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento, implicando também mudanças políticas e culturais que trouxessem em seu bojo a democracia característica da verdadeira modernidade (MOTTA, 2014, p.10)

Para alcançar tais fins, era, dessa forma, necessário educar a população de modo a inculcar-lhes tais ideias. Se a juventude foi alvo de maneira mais intensa de tais projetos, por ser considerada capaz de multiplicar seus efeitos, a população de um modo geral também não foi esquecida. Tendo isso em vista, a questão da modernidade/modernização aparece em todas as obras aqui analisadas, como perceptível através do seguinte gráfico:

Gráfico 6: A temática da Modernização nas biografias.

Assunto: Modernização



Mais uma vez a figura de Olavo Bilac emerge como um exemplo potente de tais características. As obras biográficas aqui analisadas, sem exceção, trazem o tema da modernização de maneira sutil, muitas vezes sendo proclamado enquanto uma das características de um verdadeiro cidadão brasileiro.

O general Lopes (1968), em sua obra biográfica acerca da vida de Olavo Bilac escreve, ao fim de seu livro, as seguintes palavras:

Na sua eternidade, a Pátria reverenciará, sempre, aquele que, com o coração e com o verbo, mostrou aos brasileiros a nobreza do *dever militar*. Na verdade, é pelo cumprimento desse dever que se formam os órgãos responsáveis por aspectos significativos da Segurança Nacional. E essa, no campo interno, de tanta importância na atualidade, visa a realizar um justo equilíbrio entre *Liberdade e Autoridade*, necessário à evolução do Brasil na direção dos seus destinos gloriosos. (LOPES, 1968, p.23, grifos no original)

Nesse trecho encontramos aspectos da utopia autoritária dos militares brasileiros, fortificando discursos que visam lembrar os "destinos gloriosos" (LOPES, 1968, p.23) do Brasil. Apela para o sentimento dos brasileiros, que busquem se inspirar em Bilac, aquele que soube reconhecer o potencial das Forças Armadas em executar a função de dar ao país algo que sempre o pertenceu: o desenvolvimento e a modernização.

Coloca, além disso, a liberdade como fundamentada em certos preceitos que dependem também da autoridade. Nesse sentido, nota-se um discurso que visa colaborar com o consenso em torno de um regime de cunho autoritário tendo em vista os objetivos maiores. O verdadeiro brasileiro deveria acreditar na utopia do desenvolvimento com bases históricas, deveria reconhecer o potencial de gestão dos militares e, por fim, deveria abrir mão de certos aspectos de sua liberdade em prol do bem-estar da nação.

Se a juventude era educada a partir dos bancos escolares nessa lógica desenvolvimentista, a população mais velha ancorava-se nos exemplos dos heróis do passado. Brandão (1969), vai na mesma direção ao dizer que Bilac era um "amigo do progresso e curioso das invenções mecânicas que nos chegavam de fora, BILAC poderia ser classificado como um poeta verdadeiramente 'pra frente'" (BRANDÃO, 1969, p.20).

O biógrafo acaba por trazer exemplos que configuram Bilac em uma "amigo do progresso":

BILAC também acompanhava com interesse o que se fazia de mais moderno no terreno tecnológico no Velho Mundo. Em 1904, escrevendo na revista **Kosmos**, dá-nos notícias do "cronofone" - uma engenhosa combinação do fonógrafo e o cinematógrafo, inventado pelos franceses Gaumont e Decaux. Para Bilac era uma invenção de futuro, que iria revolucionar a imprensa quotidiana e os meios de comunicação. (BRANDÃO, 1969, p.21)

Do mesmo modo Magalhães Jr. (1974) trazia diferentes exemplos de Bilac enquanto um "amigo do progresso". Demonstra o poeta enquanto um homem a frente de seu tempo, entusiasta da modernidade, sendo adorador dos bondes recém implementados na cidade do Rio (MAGALHÃES JR, 1974, p.226), assim como as comemorações do primeiro voo do Balão n. 5 de Santo Dumont (MAGALHÃES JR, 1974, p.247) que chegam a render um poema. Nas narrativas biográficas construídas por intelectuais afinados ao regime militar instaurado no pós-1964, trechos como os citados acima visam acrescentar características aos "homens de bem", ou seja, aqueles que também se encontram afinados com a moral do período.

Nesse sentido, Olavo Bilac constituiu-se, para os apoiadores do regime, enquanto o verdadeiro cidadão, possuidor de todas as características necessárias. É um homem cívico, apoiador das Forças Armadas, apaixonado por seu país e, também, um amante do desenvolvimento e da modernidade. A partir dessa leitura, os biógrafos o tornam o verdadeiro cidadão brasileiro, um sujeito que acredita na modernização. Confia nos grupos militares porque compreende que apenas verdadeiros patriotas elevaram o país ao rol de países desenvolvidos, característica da utopia conservadora dos anos que correspondem à ditadura.

2.2.2 - O civismo feminino: a participação feminina no golpe à busca por legitimidade à ditadura.

No capítulo de número 9 da obra de Raymundo Magalhães Jr. intitulado "O primeiro noivado", o biógrafo busca tratar do romance entre Olavo Bilac e Amélia de Oliveira. Amélia era irmã de amigos de Bilac e, por ela, o poeta decidiu focar-se no curso de Direito para poderem, juntos, construir uma família. O noivado se dá através dos trâmites de costume: Bilac pede a mão da amada à mãe que o aceita enquanto genro, mas diz que apenas o pai de Amélia poderá dar legitimidade ao acordo.

Amélia, assim como seus irmãos e Bilac tinha apreço pela escrita chegando, inclusive, a publicar um soneto no Almanaque da Gazeta de Notícias. Como resposta, Olavo Bilac envia uma carta à amada no dia 7 de fevereiro de 1888, com os seguintes dizeres:

Não foi o fato de vir em um almanaque o soneto que me desagradou: desagradou-me a sua publicação. previ logo naquilo o dedo do Bernardo ou do

Alberto. Tu, criteriosa como és, não o farias por tua própria vontade. [...] Há uma frase de Ramalho Ortigão, que é uma das maiores verdades que tenho lido: - O primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida. - Não é uma grande verdade? Reflete bem sobre isto: Há em Portugal e Brasil cem ou mais mulheres que escrevem. Não há nenhuma delas de quem não se fale mal, com ou sem razão. Além disso, quem publica alguma coisa fica sujeito a discussões, cai no domínio da crítica. E imagina que magoa a minha, que desespero o meu, se algum dia um miserável qualquer ousasse discutir o teu nome! Eu, que chego a ter ciúmes do chão que pisas, eu que desejava ser a única pessoa que te pudesse ver e amar - ouvir discutindo o teu nome! Ainda há bem pouco tempo, aqui em São Paulo, um padre, escrevendo sobre Júlia Lopes, insultou-a publicamente. Eu nada tinha com isso. Mas tratava-se de uma senhora e da mulher de um amigo meu: tive vontade de esmurrar o padre. E sem razão. Sem razão, porque uma senhora, desde que se faz escritora, tem de se sujeitar ao juízo de todos. Não quer isto dizer que não faça versos. Pelo contrário. Quero que os faças, muitos, para os teus irmãos, para as tuas amigas, e principalmente para mim - mas nunca para o público, porque o público envenena e mancha tudo o que lhe cai sob os olhos." (BILAC apud MAGALHÃES JR. 1974, p.89-90)

Certamente aqui não nos prenderemos a redoma pública que cercava as mulheres nos anos de 1888, mas sim, o que esse trecho significa para a conduta das mulheres dos anos de 1964. Na década de 1960 e 1970, as mulheres já circulavam pelo mundo do trabalho: telefonistas, escritoras, enfermeiras, professoras, entre outras funções. Porém, seu lugar ainda estava associado ao mundo privado, sendo elas as principais responsáveis pela educação e proteção de seus filhos. A presença das mulheres dentro da política pode ser percebida até mesmo como um sujeito importante na derrocada do golpe, com o apoio dado na Marcha da família com Deus pela liberdade, onde empunhavam seus rosários numa procissão contra o avanço do "nefasto" comunismo.

Janaina Cordeiro (2016) ao construir pesquisa sobre a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) nos diz que esse grupo formado por frequentadoras da Igreja da Nossa Senhora da da Paz, em Ipanema, não era único, e nem exclusivo da sociedade do Rio de Janeiro.

Assim, o primeiro grupo a se articular foi a União Cívica Feminina de São Paulo (UCF/SP), em fevereiro de 1962 e em seguida, formou-se a CAMDE, apenas quatro meses mais tarde. Depois, nos primeiros meses de 1964, surgiram a Liga da Mulher Democrática (LIMDE) em Belo Horizonte e a Cruzada Democrática Feminina (CDF) no Recife e, nas vésperas do golpe, em 30 de março, foi fundada em Porto Alegre, sob orientação da UCF, a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG). (CORDEIRO, 2016, p.56)

A primeira Marcha com Deus foi realizada em São Paulo sob organização da UCF e teve como principal motivação o discurso de João Goulart na Central do Brasil em 13 de março de 1964. Se para certos grupos o comício foi sinônimo de alinhamento à esquerda do governo Jango, os grupos femininos sentiram-se atacados ao ouvirem do

presidente falas como "'exploração dos sentimentos cristãos', 'indústria do anticomunismo', e por fim dizia que 'os rosários não podiam ser levantados contra a vontade do povo'" (CORDEIRO, 2016, p.58).

Convocados por aquelas que se diziam protetoras do lar e da família, mais de 500 mil pessoas saíram às ruas no dia 19 de março. A CAMDE, por sua vez, organizou a versão carioca da marcha, que deveria ocorrer no dia 2 de março, porém, deflagrado o golpe na madrugada do dia 31 para o dia primeiro de abril, tornou-se então, a Marcha da Vitória, levando às ruas cerca de 800 mil pessoas.

A entidade organizadora da Marcha da Vitória foi fundada no dia 12 de junho de 1962 em uma reunião que possuía em sua composição mulheres frequentadoras da Igreja localizada em Ipanema, assim como "o general Antônio de Mendonça Molina, irmão da anfitriã [Amélia Molina Bastos, primeira presidente da Campanha] e o engenheiro e economista Glaycon de Paiva, importante dirigente do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPÊS)" (CORDEIRO, 2016, p.55) além do pároco frei Leovigildo Balestieri que proferiu as seguintes palavras ao tratar do momento em que o país se encontrava: "e os homens não podem fazer nada, porque estão fracassados. Mas a mulher pode, é uma força nova, de grande influência que, se quiser, [sic] ainda salvará o país" (Fundo CAMDE apud CORDEIRO, 2016, p.55).

Bilac, na carta à Amélia de Oliveira, ao utilizar-se da frase de Ramalho Ortigão diz que "o primeiro dever de uma mulher honesta é não ser conhecida" (BILAC apud MAGALHÃES JR. 1974, p.89) relega a mulher ao mundo privado, convivendo com seu círculo de amigas e família e dedicando-se ao cuidado do lar e dos filhos. Já nos anos de 1962, data da fundação da CAMDE, de iminente perigo à Pátria, o padre Balestieri clama as mulheres por auxílio, convocando-as a se distanciarem dos lares e a exporem-se ao mundo político em prol da nação. Não é só a autorização masculina que é concedida às fundadoras da CAMDE, mas é também, divina.

Sendo assim, "o grupo de Ipanema caracterizou-se pela formulação de um discurso eminentemente anticomunista, autodefinindo-se como organização 'apartidária' e comprometida com a 'defesa da democracia', bem como com a 'luta contra o comunismo e qualquer outro regime de força'". (CORDEIRO, 2016, p.56). Dessa maneira percebe-se que as mulheres da CAMDE tinham "o objetivo de 'alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estavam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático'". (CORDEIRO, 2016, p.56)

Colocavam-se enquanto porta-voz das famílias, preocupadas com seus lares buscavam também proteger a grande família caracterizada pela pátria. A CAMDE, segundo Cordeiro (2016) foi ativa politicamente durante um grande período da ditadura civil-militar, já que sua existência manteve-se até 1974, momento de seu esvaziamento. A autora aponta ainda que

De maneira geral, pode-se dividir a situação do grupo em três momentos principais: o primeiro refere-se à conjuntura anterior ao golpe, compreendendo o intervalo de tempo existente entre o momento da função da entidade, em junho de 1962, e o início do mês de março de 1964. Já o segundo refere-se ao contexto relativo à intervenção militar propriamente dita, na qual a ação dos grupos femininos e, neste caso específico, da CAMDE teve papel central nas manifestações de apoio à intervenção militar que então se efetivava. As Marchas com Deus pela Liberdade, organizadas pelos grupos femininos em todo o país sintetizam bem este momento. Por fim, a estruturação da militância no contexto dos governos presididos por militares e do gradual fechamento do regime até o encerramento das atividades da associação, em 1974. (CORDEIRO, 2016, p.57)

As mulheres da CAMDE, além de terem importante participação no apoio ao golpe, foram força importante na consolidação do regime. A força militar passara a ser vista por este grupo, também, como salvadora da pátria e, e suas integrantes buscaram contribuir para a ideia da revolução, perceptível através da fala da presidenta da instituição:

Hoje a palavra da mulher brasileira não pode ser a mesma de ontem, quando era súplica, advertência e apelo [...] A súplica, foi ouvida por Deus; a advertência, pelos homens e mulheres dessa pátria livre e soberana; o apelo, atendido pela maioria dos cidadãos responsáveis e, acima de tudo e de todos, pelas classes armadas. Honra e glória aos nossos soldados [...] Esta é, pois, a hora da oração a Deus por haver inspirado às forças da terra, mar e ar, guardiãs do regime, da ordem e da paz nacional, ao cumprimento dos deveres que a Constituição lhes assinala. (MATIAS apud CORDEIRO, 2016, p.59).

Compreendendo a classe militar como aquela a qual Deus escolheu para cumprir tal tarefa, a de proteção da nação contra os nefastos perigos originados pelos comunismos e que pela população foi ouvida, passava-se então, a ser momento de comemoração, as preces das mães de família e dos homens de bem foram ouvidas e a paz passaria a reinar no país novamente.

Ao ser promulgada oficialmente a ditadura a partir da subida ao poder do marechal Castelo Branco, primeiro entre os generais-presidente, a CAMDE intensificou seu apoio, pedindo que a população brasileira aderisse ao regime, abdicando de certos direitos - "cota de sacrificio" (CORDEIRO, 2016, p.60) - pelo bem do país. Via-se o acirramento do regime, através da prorrogação do mandato do presidente e a suspensão da disputa

eleitoral daquele ano como necessária para a restauração do país e os militares eram vistos como os únicos capazes de executar tal tarefa.

Em 1968, ano do Ato Institucional n. 5, a CAMDE seguia ativamente no apoio ao regime. Cordeiro traz como exemplo a mensagem de Natal produzida pela instituição:

Ultimamente vivíamos um clima de intranquilidade, desordens e violências gerados pelo abuso da liberdade, utilizada para fins impatrióticos. Um paradeiro a estes desmandos se impunha, e veio, fazendo-nos retroceder aos idos de março de 1964. Recomeçemos mais uma vez com mais impero. (Fundo CAMDE apud Cordeiro, 2016, p.62)

Percebe-se então que as mulheres que formavam esse grupo entendiam a limitação das liberdades individuais como importantes nessa luta contra o comunismo e em prol da proteção da moral, se fazendo necessário, inclusive, mais um ato institucional que barrasse os impetuosos grupos revolucionários. Chegado os anos do milagre econômico, a ideia de desenvolvimento vivenciada pelo país, a presença das mulheres aglutinadas na CAMDE também se esvaziou.

Outro ponto que se faz importante destacar é que Bilac, ao dizer que aquela que se expõem, expõem-se também a crítica - quem publica alguma coisa fica sujeito a discussões, cai no domínio da crítica (BILAC apud MAGALHÃES JR. 1974, p.90) - compreende que o espaço da mulher deve ser na proteção e olhar constante do marido, visto então, como guardião do lar e da família. A mulher conservadora durante o período da ditadura foi autorizada a deixar o lar, a galgar ao mundo público e político, porque sua presença era necessária na busca pela proteção do grande lar que se configura na Pátria. Chegado os anos do milagre, pode-se pensar que o perigo já não mais existia, ou então estava controlado, visto que os anos do milagre também foram anos de chumbo, de forte repressão. A mulher agora pode e deve retornar ao lar porque é solicitada por outra função: a de mãe na educação da juventude, tópico que trabalharemos a seguir.

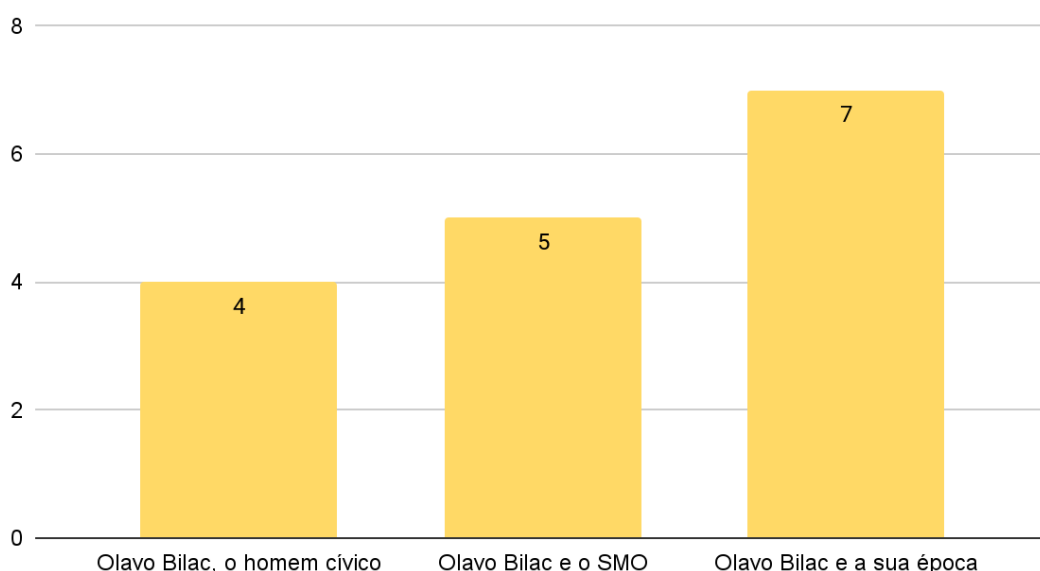
2.3 - A juventude é o futuro da nação: a busca por aproximar os jovens e o regime ditatorial.

Olavo Bilac, em vida, compreendia, enquanto intelectual, a importância da educação para o civismo. Sua atuação se deu em dois níveis: infantil, ligada a ideia da construção do sentimento nacional, de pertencimento; e junto à juventude, aderindo então à marcha cívica, na qual viajou o país discursando a diferentes grupos sociais sobre a importância das Forças Armadas na proteção da nacionalidade.

A ditadura e aqueles à ela ligados, compartilhavam do mesmo pensamento que Bilac, compreendiam a necessidade de dialogar com a infância e a juventude na busca por moldar seu pensamento. Começar desde cedo era necessário, porém, de outro lado, fazia-se extremamente importante construir uma ponte direta entre a juventude e o regime, já que os jovens, principalmente aqueles ligados às universidades, tinham acesso a diferentes "doutrinas" ideológicas. Sendo assim, a questão da juventude aparece nas três obras, como demonstrado a seguir²⁹:

Gráfico 7: A temática juventude nas biografias.

Assunto: Juventude



Se para as mulheres conservadoras ligadas aos diferentes grupos de militância tiveram como ponto de partida a proteção do grande lar, um lar simbólico personificado na Pátria, a juventude brasileira dos anos 1960 também passou a receber uma analogia própria. A juventude passa a estar ligada à própria nação, o futuro do país depende também do futuro desse grupo social. Inserir-los no mundo social e político se fazia

²⁹ Neste tópico daremos maior ênfase à obra de Adelino Brandão por se constituir, desde a encomenda via concurso pelo Ministério do Exército em um trabalho que visa dialogar com a juventude brasileira. As obras, como a de Lopes, tratam do tema de maneira mais passageira, e chamam a atenção da população mais velha com o dever de educar a juventude. Já a obra de Magalhães Jr. trata da juventude do poeta e de maneira bem singela, além disso, aparecem citações de discurso de Bilac à juventude, citados também, por Brandão.

necessário por muitos motivos, mas, camuflar essas motivações através da ideia de continuidade era ainda mais importante.

Se já nos anos finais do Império e no início do século XX a criança foi vista enquanto necessária para a construção da nacionalidade, crescendo juntamente com a recém proclamada República, passando a não pertencer mais apenas ao mundo privado e familiar, tornando-se um ser social, sendo então "o futuro da nação e da raça, produtor, reprodutor, cidadão e soldado do amanhã" (PERROT apud HANSEN, 2007, p.31), a juventude dos idos de 1960 também passaria a ter seu reconhecimento dentro da sociedade.

A toda a população brasileira era dedicada à responsabilidade pela proteção das jovens mentes do país. A ditadura civil-militar, em seu processo de anexar à juventude ao discurso de coesão nacional usou-se, mais uma vez, da figura de Olavo Bilac para cumprir tal tarefa. O príncipe dos poetas era um bom artifício dentro dessa situação, seu discurso na faculdade de Direito em 1915 servia como prova da intencionalidade do debate aberto.

Aprofundando-nos na historiografia fica perceptível o problema que se tornava a juventude para as Forças Armadas atuantes no governo. A constituição de 1967 deu à população brasileira a sensação de que tempos mais leves viriam, desse modo, a juventude sentiu o mesmo sopro de liberdade e voltou-se às ruas, fazendo forte oposição à ditadura.

Protestos e passeatas estudantis começaram em 1965 e ficaram mais intensos depois de 1966, o que colocou os estudantes no foco principal das agências de informação e segurança. A "normalização" pretendida pelo governo passou pela tentativa de enquadrar os estudantes em novo formato legal, ao mesmo tempo permitindo às entidades associativas vedando-lhes qualquer caráter contestador. (MOTTA, 2014, p.62)

Motta (2016, p.63) aponta para pesquisas realizadas com jovens brasileiros por agências norte-americanas que demonstravam um "fenômeno da esquerdização dos jovens universitários". A juventude brasileira não era, em sua maioria, adepta ao comunismo de vertente soviética, aproximava-se mais de um "indefinido socialismo" (MOTTA, 2016, p.63), se mostrando insatisfeita com os problemas sociais do país.

Junto à efervescência de atos contrários à ditadura executados pela militância juvenil, como protestos, ocupações de universidade e barricadas (MOTTA, 2016, p.149), percebia-se um desgaste do regime e a dissipação daquele heterogêneo grupo que colaborou na derrocada do golpe. Como resposta a essas questões veio o Ato Institucional de número 5. Motta aponta para o fato de que ainda não se pode afirmar com toda certeza as intencionalidades por trás daquele que seria conhecido como o mais terrível dos atos

institucionais, porém, aponta como alguns dos motivos, a questão da juventude e a perda da força daqueles que articularam o golpe.

Especificamente para os estudantes, foi editado em fevereiro de 1969, o Decreto 477 com o intuito de dismantelar o movimento estudantil. O ano de 1968 fora de grande efervescência no mundo, e no Brasil não foi diferente. Naquele ano teria se verificado no país uma "verdadeira rebelião estudantil, com eclosão de massas de estudantes nas ruas, em atos agressivos e audaciosos" (MOTTA, 2016, p.154-155). Os grupos que ousaram se colocar contra o governo ditatorial, segundo as leituras da época, haviam sido influenciados pela imprensa e por parte do Congresso.

Criou-se assim, para os repressores, dois problemas: o primeiro referente à falta de punição para os agitadores, já que não haviam meios suficientes para isso e os responsáveis (culpava-se mais as autoridades universitárias) não agiam para barrar o movimento; o segundo estava relacionado ao fato dos estudantes estarem ligados às universidades e escolas públicas em sua maioria, dando a impressão de que o Estado era "financiador da subversão" (MOTTA, 2016, p.155)

A medida encontrada para barrar tais problemas foi a criação do Decreto 477. Esse tinha como função punir as

práticas da militância estudantil, sobretudo nos anos de 1967 e 1968. Além de desligados das faculdades, os estudantes punidos ficavam proibidos de se matricular em outra instituição de ensino superior. O decreto era draconiano a ponto de prever apenas um tipo de recurso que servia para piorar as chances dos acusados: no caso de absolvição, o ministro da educação deveria ser ouvido para confirmar ou não a decisão. (MOTTA, 2016, p.156)

Com medidas tão amplas o 477 foi um importante instrumento no dismantelamento do movimento estudantil que, somados aos militares que se camuflavam de alunos nas universidades brasileiras com o intuito de monitorar de perto a juventude conseguiram instaurar o medo e, já no ano de 1969 poucos eram os atos organizados pela militância estudantil.

As obras biográficas³⁰ acerca de Olavo Bilac encontram-se dentro das medidas utilizadas para combater as movimentações de esquerda no meio estudantil, sendo compreendidas enquanto instrumentos alinhados às medidas da Educação Moral e Cívica, já que visavam tratar daquele que foi o mais honesto e cívico dos homens e lembrar à população, em especial os jovens, de que as Forças Armadas não buscavam

³⁰ Aqui podemos dizer a obra de Brandão e Lopes, visto a intencionalidade da primeira, encomendada pelo Ministério do Exército e a segunda, escrita por um general que trabalhou diretamente com a EMC.

dividir a sociedade em classes; pelo contrário, buscavam a união de todos e elencava Olavo Bilac como a ponte para a efetivação dessa parceria.

Como nos aponta Padrós (2008, p.146), para que se afirme o amor à Pátria é preciso levar aos grupos mais jovens ideias como "fidelidade, docilidade, obediência e disciplina". O autor ressalta que os diferentes regimes ditatoriais do Cone-Sul buscaram levar à população a ideia de que preferiam-se "indivíduos produtores e pais de família em detrimento de sujeitos cidadãos e conscientes" (PADRÓS, 2008, p.146).

Ao analisarmos a ditadura civil-militar é possível perceber que o regime soube articular sua ideologia, impor e disseminar "entre as gerações mais jovens através dos manuais escolares obrigatórios de moral e cívica" (PADRÓS, 2008, p.145), foi através dos livros que a ditadura buscou levar aos jovens ideias como "pátria, nação e Estado" (PADRÓS, 2008, p.145).

No capítulo de número dois da obra de Brandão, intitulado "A campanha cívica de Olavo Bilac" encontramos o seguinte trecho:

[...] quando BILAC se lança na campanha a favor do Serviço militar Obrigatório, está dentro de uma linha tradicional e coerente com nossas melhores tradições históricas, sem nenhum militarismo. É preciso não esquecer também que BILAC sempre foi um intelectual engajado: aos 18 anos, já participava da campanha abolicionista e, em discursos e pelos jornais, bateu-se pela república. Mas, embora partidário, jamais foi faccioso ou extremista - e aí estava sua obra para confirmá-lo - refugava, porém, as posições jacobinas, afastando-se neste ponto de certos homens de letras da época, como Lima Barreto, por exemplo. (BRANDÃO, 1969, p.36-37)

O interessante dessa passagem está no fato de o autor enfatizar a idade com a qual Bilac iniciou sua participação política. O príncipe dos poetas era um jovem e, desde muito novo demonstrava interesse pelo mundo político, entendia-se enquanto cidadão e se opunha àquilo que discordava. Porém, Brandão enfatiza: "jamais foi faccioso ou extremista" (BRANDÃO, 1969, p.36), sempre seguiu "uma linha tradicional e coerente" (BRANDÃO, 1969, p.36). A frase "sem nenhum militarismo" (BRANDÃO, 1969, p.36) é importante de ser analisada, pois ao mesmo tempo que se refere a Olavo Bilac, faz menção as "nossas melhores tradições" (BRANDÃO, 1969, p.36), ou seja, no Brasil, a tradição política dos homens de bem não está aberta a nenhum tipo de extremismo, nem de direita, nem de esquerda. Renega os jacobinismos e, ao dizer que nega o militarismo, leva ao público leitor a ideia de que as Forças Armadas não se compreendem enquanto casta, visando o seu próprio fortalecimento, são, na verdade, a personificação do patriotismo e cumprem seu dever cívico apenas quando é requisitada, servindo para a proteção do país.

Ao tratar do discurso de Bilac aos alunos da Faculdade de Direito, Brandão usa-se de falas do poeta dizendo que ele clamou à juventude para que sentissem "os perigos externos e internos que nos rodeiam, [procurando] dar forças armadas à Nação, dando segurança e paz à sua felicidade." (BILAC apud BRANDÃO, 1969, p.41). O texto clama pelo civismo. Brandão, ao trazer esse trecho da fala de Bilac à juventude paulista busca trazer ao debate a ideia do soldado-cidadão reformulada dentro dos paradigmas da ditadura. O cidadão do regime instaurado em 1964 não é aquele que empunha armas em nome da pátria, mas sim, aquele que está atento a todo e qualquer desvio de caráter.

Dialogar diretamente para a juventude se fez necessário, em primeiro lugar porque esta era o futuro não só da nação, mas do próprio regime, degladiar-se com a juventude em uma luta perdida era insuficiente. Em segundo lugar, sendo a juventude um dos maiores opositores do regime nos seus primeiros anos, se fazia necessário educá-la dentro da moral e dos bons costumes.

Durante o período da ditadura civil-militar diversos projetos, como o Capistrano de Abreu, Operação Mauá e Operação Rondon surgiram com o intuito de educar e aproximar a juventude do governo. Porém, no ano de 1969, tendo como foco os acontecimentos de 1968, o regime viu como necessário a intensificação do civismo, tendo olhar mais crítico para a educação dos jovens brasileiros. Foi criado, então, o Decreto n. 869 que buscava instituir a "educação moral e cívica (EMC), como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades" (MOTTA, 2014, p.184). O AI-5 foi um importante instrumento para a viabilização do decreto buscando levar à juventude brasileira questões como patriotismo, religiosidade e anticomunismo. O Decreto 869 era um plano ambicioso e abrangente que visava "não só os jovens, mas as crianças e por [isso pretendia] intervenção mais aguda nos valores das novas gerações por meio do sistema escolar" (MOTTA, 2014, p.184).

Os objetivos da Educação Moral e Cívica eram os seguintes:

- a) a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus;
- b) a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade;
- c) o fortalecimento da unidade e do sentimento de solidariedade humana;
- d) o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história;
- e) o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade;
- f) a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sociopolítica-econômica do País;

- g) o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum;
- h) o culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. (DECRETO N. 869 apud MOTTA, 2014, p.185)

Motta acrescenta ainda que

mais importantes, na visão dos autores do decreto, eram os valores tradicionais e conservadores, como defesa da nacionalidade, da pátria, seus símbolos de tradições, seus vultos históricos, assim como a preservação da moral e da religiosidade cristãs (incluindo a família). [...] Por outro lado, o ensino de tais valores nas escolas poderia servir de propaganda indireta do regime militar, que se apresentava exatamente como defensor da pátria e da moral, e opositor da subversão. (MOTTA, 2014, p. 186)

Para tanto, foram criadas as disciplinas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) no nível médio; e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) nos cursos de graduação e pós-graduação, sendo dividida em EPB I e EPB II (KOCH, 2019, p.15).

A justificativa e, também, a circulação de tal pensamento é percebida através da obra de Lopes (1968) ao dizer que

um jovem, não dignificado adequadamente pela Religião e pela Família, integra-se em bando, ante o qual atos reprováveis são títulos de honra e, como tal, glorificados. Um estudante não dignificado pela Religião, pela Família e pela Escola, relega o estudo a um plano secundário para praticar atos atentatórios à ordem, ao sossego público e à moral. (LOPES, 1968, p. 11-12)

Para barrar tais "atos atentatórios à ordem, ao sossego público e à moral" (LOPES, 1968, p.12) se fez necessária a instauração a partir do Decreto n. 869 da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC). A CNMC possuía uma divisão em três setores, sendo eles o de Implementação e Manutenção da Doutrina, Currículos e Programas Básicos, e também o de Exame de Livros Didáticos. Além disso, a CNMC tinha a autoridade de nomear representantes para os estados, o que fazia a existência das disciplinas de Moral e Civismo constituírem um aparato bem organizado.

Para que a prática das disciplinas cumprisse com o que foi planejado no decreto era preciso formar professores especializados. Motta (2014, p.189) aponta que, para tanto, foi estabelecido que os professores que ministrassem as disciplinas ligadas à educação moral e cívica fossem graduados pelo curso de Estudos Sociais, podendo ser de curta duração (2 anos) para o nível fundamental e plena (4 anos) para o ensino médio.

Adolar Koch (2019), ao estudar a implementação da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) nos aponta para o fato de que as disciplinas de moral e civismo tinham como função educar um "cidadão bem comportado, dentro dos moldes da segurança e desenvolvimento nacional" (KOCH, 2019, p.15). Para que esse processo se efetivasse se fazia necessário

"uma educação política que envolvesse também valores tradicionais como a pátria, a família, a religião e incluísse a moral cristã" (KOCH, 2019, p.16).

Koch argumenta ainda que para que se obtivesse os fins desejados a ditadura civil-militar brasileira, através do Decreto n. 869 buscou levar às escolas e universidades "um modelo de ensino comum entre os militares, marcado pela sua visão de disciplina, que era uma característica marcante de sua doutrina" (KOCH, 2019, p.17), o que pode ser perceptível também, através do hasteamento da bandeira do Brasil diariamente em todas as escolas do país (KOCH, 2019, p.21).

Dentro do terceiro capítulo da obra de Adelino Brandão encontramos, no tópico b, que versa sobre a flexibilidade da legislação da prestação do serviço militar a seguinte frase: "com suas atividades, o Regulamento da LSM [Lei do Serviço Militar] coopera na educação moral e cívica dos brasileiros em idade militar, além de lhes ministrar a devida instrução para a defesa nacional" (BRANDÃO, 1969, p.47). Na página seguinte, ao tratar das especificidades de certas áreas de atuação com o adiamento da incorporação ao serviço militar acrescenta que, finalizando o tópico, "com isso, atende-se às exigências sociais da nação, que não pode ficar desfalcada de seus estudantes e profissionais, no campo da saúde, higiene, educação e economia social" (BRANDÃO, 1969, p.48).

As áreas acima citadas, mas principalmente aquelas ligadas à saúde, são vistas enquanto "necessidades mais amplas da própria segurança nacional" (BRANDÃO, 1969, p.48). Mostram-se, os militares, como flexíveis e, os estudos acadêmicos como importantes na formação e no cumprimento dos deveres cívicos mesmo que, o movimento estudantil dentro das universidades tenha feito forte oposição ao regime, inclusive, somando contingente junto às guerrilhas armadas. Afastado daquele que seria o espaço mais cívico de todos, fez-se necessário o ensino do civismo e da moral através de disciplinas que chegassem a esses jovens nas escolas e universidades.

Sendo o público alvo da obra de Adelino Brandão os brasileiros em idade de prestar contas ao Exército e, conseqüentemente, um certo número desses mesmos jovens estarem em idade de ingressar nas universidades, faz-se necessário compreender o lugar que encontra-se a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros e a sua finalidade.

Ao falar sobre o ensino da disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros, Koch nos diz que

Essa problemática [do ensino do civismo] foi levada para o ensino nas universidades via EPB, que procurou tratar a realidade brasileira, a partir da noção de "problemas" pelo ensino da disciplina, mas dando ênfase às realizações da ditadura. Assim, a EPB visava os grandes projetos de governo e outras autoridades da época, mas não "problematiza" a si mesma e ao seu

viés impositivo, já que não procurava perceber o que representava e significava ser representante em sala de aula de uma proposta de ensino com conteúdos e programa implantado via decreto lei. Assim, o que era ensinado vinha com certo conteúdo cívico de se conhecer melhor as "façanhas" da pátria. (KOCH, 2019, p.30)

Tendo em mente a busca por educar a juventude para que, enquanto cidadão tivessem uma postura vista pelos grupos conservadores como mais "civilizada" (Koch, em página de número 31, aponta para o fato da palavra "civismo" ter raízes no "cidadão civilizado" da Roma antiga), utilizou-se o Decreto n.869/69 e 68.065/71 e o Parecer do CFE n. 94/71. A partir desses instrumentos, buscou-se educar a juventude na busca por uma integração e a diminuição do conflito, para tanto, na estrutura da EPB percebe-se que em um

dos seus círculos concêntricos é apresentado o "civismo" articulado com a moral e a religião, com a moral denunciando elementos perigosos com a carga de "mau caráter", com tais cidadão sendo vistos como dúbios e não merecedores de confiança (que tem atitude neutra, quer dizer, não se identificando com a proposta do civismo). No círculo concêntrico da "ação" aparece uma visão militarizada sobre o cidadão, onde todos unidos como uma família "marcham" numa movimentação positiva em benefício da Pátria, e o "patriotismo" é apresentado como um amor incondicional pela Pátria. (KOCH, 2019, p.32)

No mesmo sentido, as Forças Armadas eram um espaço onde se buscava educar a juventude a partir da moral e do civismo. Brandão escreve que em vida, Bilac insistia na

necessidade de Tiros de Guerra e do Serviço Militar Obrigatório, não com objetivos bélicos, simplesmente, mas como um meio de "estimular o patriotismo consciente e coesivo; propagar a instrução... militar e cívica, e defender com disciplina, o trabalho, e com a força, a paz; com a consciência, a liberdade; e com o culto do heroísmo, a dignificação da nossa história e a preparação de nosso porvir". (BRANDÃO, 1968, p.41-42)

Faltando a passagem pela caserna, a educação moral e cívica surgia como o elemento necessário na educação de um jovem cidadão. Confirmava tal prerrogativa ao dizer que essa era uma solução emergencial, já que, ancorado nas postulações de Bilac, fazia-se necessário "atender a mocidade do Brasil, dando-lhes sentimento de dever que lhe estava faltando" (BRANDÃO, 1969, p.42)

A educação, seja nas escolas, universidades, ou até mesmo no Exército, era vista enquanto a única solução para salvaguardar as jovens mentes brasileiras e, conseqüentemente, o território do país da invasão das ideologias alienígenas. Dessa maneira, moldava-se o conceito de cidadania, atrelando-o à ideais caros aos militares, como retidão moral, hierarquia e anticomunismo.

Na ideia de uma cidadania "regulada" pelo Estado ditatorial o cidadão de bem seria aquele que compreendesse a necessidade de agir em nome da Pátria. Koch (2019, p.33) argumenta ainda que era esse "civismo que definia se as ações eram positivas". Essa cidadania era, então, acompanhada de restrições de direitos, principalmente os sociais. Para que essa restrição não fosse vista de maneira pejorativa, era, então, necessário levar à juventude e aos diferentes grupos sociais elementos que "tocassem" seus corações apelando, então, ao civismo, ao amor à Pátria e ao medo. Muitos foram os artifícios utilizados pela ditadura para esse fim, entre eles vemos a criação das disciplinas ligadas à moral e ao civismo; as comemorações cívicas e o uso dos heróis do passado, no qual podemos incluir a figura de Olavo Bilac.

Acreditamos que tanto a instituição das disciplinas de teor cívico-patriótico quanto a formulação, principalmente da obra de Adelino Brandão intitulada "Olavo Bilac e o Serviço Militar: o homem, o artista, o patriota" - que recebeu maior enfoque neste tópico - no ano de 1969 possuem uma finalidade semelhante. A seguinte citação nos faz compreender melhor a questão:

Assim, a cidadania é fundamentalmente vinculada às identidades históricas e sociais e à consciência dos sujeitos históricos, tanto ao definirem seus pertencimentos quanto ao se perceberem como cidadãos (como se sentem pertencendo a si mesmo e ao coletivo). O que vale para a ditadura e civil brasileira é que a mesma procurou ao impor um ensino de problemas brasileiros aos estudantes, enquadra o cidadão-estudante numa cidadania formal e regulada pelo Estado-nação via o civismo, lhe impondo um pertencimento e uma percepção pertencida de si mesmo ao Estado autoritário. Assim, na verdade, foi o civismo e não a cidadania como pertencimento ao Estado que impôs regras cívicas ao cidadão. O Estado autoritário criou, via civismo, uma imagem de si mesmo para o cidadão brasileiro, tendo a EPB nas universidades, nesse sentido, papel específico. (KOCH, 2019, p.35)

Dessa maneira, se compreende como importante o uso dos elementos do passado na busca por construir uma identidade para aqueles que viviam à ditadura. O passado se faz importante porque consegue construir uma linha de continuidade. A ditadura civil-militar brasileira não buscou apagar o passado, na busca por construir um novo modelo de nação. Ela alimentou-se do passado para legitimar sua presença à frente do Executivo brasileiro. Para que conseguisse concluir tal fim se fazia necessário alimentar a lembrança do passado, por isso, para a população de modo geral, muitas comemorações de cunho cívico foram organizadas e, temos como grande exemplo de mobilização, as comemorações do Sesquicentenário da Independência em 1972.

Em nível educacional se fazia importante terem disciplinas que visavam tratar do civismo desde o ensino fundamental até o nível superior, porque esse momento da vida

tratava-se da construção do seu lugar no mundo. Era também, um dos momentos de maior afloramento dos sentimentos e, como consequência, um jovem bem educado na moral e nos bons costumes, tornaria-se um cidadão que compreenderia seu lugar dentro da sociedade.

A ditadura fez sua parte, inclusive criando obras com o fim de explicar o lugar da juventude. Brandão, em página de número 47 escreve que a

dispensa [do Serviço Militar] não exime o dispensado de certas obrigações morais para a Pátria. O certificado de dispensa é-lhe outorgado em cerimônia cívica especial, em que o cidadão presta compromisso, perante a Bandeira Nacional, de estar sempre pronto a cumprir suas obrigações cívicas e militares. (BRANDÃO, 2019, p.47)

A citação acima nos parece interessante pois ajuda a compreender o que o regime buscava dizer: não eram apenas os militares que deveriam cumprir a função cívica e patriótica de estar atentos ao bem estar nacional. Dessa forma, toda a população era chamada a cumprir tal missão e, percebe-se que uma delas era compreender a história do país, seus vultos maiores, suas mazelas e seus perigos, para que assim, pudesse cumprir a tarefa maior: desenvolver o país nos moldes ocidentais e cristãos. A juventude faz-se elemento essencial nessa função, já que, em conjunto com os atos repressivos, como o AI-5 e o Decreto 477, educa não só uma geração, mas aquela que viria depois, já que, em alguns casos esses se tornaram também, pais e mães.

Para tanto, nota-se que a construção do cidadão de bem articula não só homens, mas também mulheres na busca pela proteção do país, ancorando-se na ideia do perigo das ideologias externas. Através do conceito da utopia autoritária, que busca desenvolver o país em moldes ocidentais e cristãos a ditadura e seus apoiadores buscaram elencar Bilac como modelo e, acrescentar a essa leitura características como: o pai de família, o trabalhador, a mãe protetora do lar, elementos que, junto aos atos de repressão e violência vivenciados nos porões do regime, trazem certa coesão e obediência, justificam a tomada militar ao poder e também propõe uma nova leitura de sociedade, elementos que viabilizaram a ascensão do Brasil junto aos países desenvolvidos.

Acredita-se então que a ideia do cidadão de bem não pode ser desvinculada desses pilares, já que se constitui em mais um mecanismo criado pela ditadura civil-militar brasileira na busca por legitimidade e coesão. Acaba por fazer sua manutenção frente ao Executivo já que coloca o inimigo como ainda presente, ou seja, o regime instaurado no pós-1964 necessita também do inimigo para se manter vivo, como em uma simbiose. Se

existe um inimigo e a ele são atrelados certos desvios de conduta, existe também o "tipo" ideal, caracterizado no cidadão de bem. Os militares se colocam enquanto salvadores da pátria, porém, seu diálogo com a sociedade era limitado, esse processo de aproximação pode ser compreendido pela transformação de Bilac em Patrono das Forças Armadas: é o civil que acredita no potencial da classe militar.

3 Os heróis nacionais são fonte de inspiração: os Patronos das Forças Armadas como exemplo de cidadania.

Os heróis nacionais são importantes instrumentos na consolidação de uma identidade nacional. Seus atos em vida transformam-se em exemplos para aqueles que ficam e, após a morte, suas histórias passam a servir - dentre muitos outros usos -, às disputas de poder.

É o que se busca demonstrar neste capítulo: a construção e o uso da “figura do herói” como exemplo de conduta e, por fim, os debates gerados a partir de tal uso. Dessa forma, buscamos demonstrar que essa foi uma prática comum durante a ditadura civil-militar e que, em todos esses momentos existiram conflitos de memórias. Por fim, buscamos mostrar como a figura de Olavo Bilac suscitou debates acerca de sua vida boêmia e, como, através das obras biográficas aqui analisadas, buscou-se impor uma imagem alinhada às demandas da ditadura.

Compreende-se que, as disputas de poder permeiam diferentes setores da sociedade e, a história fornece, muitas vezes, o material necessário para as articulações dos diferentes regimes políticos. A história consegue unir diferentes grupos através de um sentimento de pertencimento, por isso mesmo, diferentes grupos políticos visam impor uma imagem que os favorece, conseguindo angariar apoio.

A ditadura civil-militar desde muito cedo demonstrou o apelo que tinha a uma história pátria dos grandes heróis. Através disso, buscou construir sua aceitação, legitimidade e até mesmo, a justificativa de sua existência, utilizando-se de um sentimento de continuidade entre os militares que formavam o regime e diferentes figuras importantes para o país.

3.1 - Os mitos e ritos: o uso do passado na busca por construir a nacionalidade.

Os mitos e ritos são um importante instrumento na consolidação de regimes políticos. Sua importância se dá tendo em vista o seu poder mobilizador e, para além disso, sua contribuição para a construção de novos valores, sejam estes políticos ou sociais, os torna ainda mais relevantes para toda e qualquer forma de governo.

Mitos, ritos e símbolos constituem o imaginário social, sendo assim, são também, importantes mobilizadores dos sentimentos de uma população. É este o ponto central de sua importância na construção das nacionalidades. José Murilo de Carvalho, em sua obra

"A formação das almas" aponta para o fato de que, é no imaginário social que as sociedades estabelecem seus "objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro" (CARVALHO, 2012, p.10). Contribuem, então, para uma leitura mais clara dos "interesses, aspirações e medos coletivos" (CARVALHO, 2012, p.10).

O espaço no qual se concentram mitos, ritos e símbolos transforma-se, principalmente em momentos de crise ou mudanças sociais e políticas, em um espaço privilegiado na criação ou intensificação de certas normas de conduta e também, de valores. A aceitação desses símbolos, como nos diz Carvalho (2012, p.13), possibilita perceber se o processo de fixação desses elementos pertencentes a um novo modelo político ou de sociedade encontrou, de fato, raízes no imaginário de um certo grupo ou população, já que o símbolo acaba por ligar dois elementos, aqui em específico: os militares e seu regime e a figura de Olavo Bilac.

Para que se possa redefinir as bases de uma sociedade, necessita-se recorrer a elementos já pertencentes a esse grupo. Para que se possa lembrá-los, uma educação cívica se faz necessária. Regina Abreu (1994) aponta para os chamados "lugares de memória". Esses lugares, na percepção da autora seriam resultantes da modernidade, visto que para criá-los seria necessário a mão-de-obra de profissionais especializados. Sendo assim "os 'lugares de memória' seriam tanto lugares materiais, a exemplo dos museus e arquivos, quanto lugares pouco palpáveis ou imateriais, como aniversários, elogios fúnebres, rituais, comemorações" (ABREU, 1994, p.207). Abreu prossegue dizendo que

A evocação dos mortos associou-se também a outras formas de culto e visitação, além da visita ao túmulo no cemitério ou da veneração de relíquias. Conferências, pronunciamentos de elogios póstumos, rituais religiosos, lançamentos de biografias, exposições comemorativas em museus e até programas especiais de televisão são algumas das formas modernas de "lembrar os mortos" (ABREU, 1994, p.208)

A anexação dos mortos ao mundo dos vivos seria importante tendo em vista que as sociedades seriam compostas por ambos e, dessa maneira, os "vivos deveriam testemunhar os mortos, através de um verdadeiro culto laico, a sua veneração" (ABREU, 1994, p.207). A valorização do culto àqueles que já não habitam mais o presente se justificaria, então, por constituir-se em um "material acabado" (ABREU, 1994, p.209), já que teria sua vida concluída através de seu falecimento.

Abreu salienta que "é o fato de não mais existirem o que os torna mais valorizados" (ABREU, 1994, p.209) para as sociedades. No momento em que esses indivíduos não se encontram mais vivos, eles se tornam exemplos para aqueles que ficaram. Alguns mortos têm maior relevância para os vivos visto que o processo de criar

rituais, mitos e símbolos tem como base o real, dessa maneira dois pontos são importantes quando se comemoram os mortos: o primeiro diz respeito à sua prática em vida, seus atos; o segundo é a sua ausência que possibilita uma maior autonomia no momento em que se busca glorificar certos atos destes indivíduos em detrimento de outros.

O trabalho de comemorar os mortos ocorre a partir de suas histórias de vida. Para tanto, "embora os sujeitos lembrados tenham tido várias feições ao longo dos anos, na maioria das vezes um retrato vai se impondo como sua 'verdadeira' imagem" (ABREU, 1994, p.210). Compreende-se então que, ao comemorar os mortos, principalmente daqueles chamados de grandes homens, que recebem atos comemorativos com grande frequência, necessita-se, constantemente, atualizar suas figuras e, até mesmo, as virtudes que os colocam neste posto.

A comemoração daqueles que não estão mais presentes é um processo de construção da identidade de certos grupos e sociedades e está sujeito aos valores que os compõem. Sendo assim, é extremamente comum que notemos a "omissão de algumas imagens consideradas pouco dignas" (ABREU, 1994, p.210). Ou seja, a trajetória de vida de todo indivíduo é marcada de erros e acertos, amores e desamores, alegrias e tristezas, frustrações e conquistas, enfim, porém, no momento em que essa figura é elevada ao patamar de exemplo de certo grupo ou sociedade, serão escolhidas as características que melhor transmitem a mensagem a ser passada.

Esta mensagem necessita dos lugares de memória. Percebemos então, que as comemorações se tornam um importante espaço para que ocorra a retomada de certa memória social. Sendo assim, é através das efemérides que se busca levar às populações uma educação de cunho cívico. Janaina Cordeiro (2015) ao analisar as comemorações do Sesquicentenário da Independência no ano de 1972, alicerçada nas postulações de Fernando Catroga aponta para o fato de que as efemérides deveriam possuir características ritualísticas, sendo assim, "tratava-se de conferir *unidade, de sacralizar civicamente* o tempo e o espaço em que as comemorações teriam lugar (...) a partir da repetição ritual de determinados eventos e cerimônias" (CORDEIRO, 2015, p.69, *grifos do autor*).

Cordeiro, ao se referir ao trabalho desempenhado pela Comissão Executiva Central (CEC), responsável pela organização da comemoração dos 150 anos da independência, salienta que se buscou construir "uma espécie de teatralização do espaço público festivo, a *suspensão do cotidiano* e a substituição do tempo rotineiro por um tempo extraordinário" (CORDEIRO, 2015, p.69, *grifos do autor*). O ambiente de festa se

moldava através dessa ideia de um tempo extraordinário nunca antes presenciado e unia a população através do rito, tendo em vista o compartilhamento de uma história e de heróis em comum.

A comemoração de tais datas cívicas conferia à população um sentimento de integração e a sensação de pertencimento a uma comunidade nacional. No caso específico do Brasil, de sua diversidade cultural e de sua vasta extensão territorial, os mitos, ritos e símbolos sempre se fizeram presentes e intensamente debatidos pela intelectualidade do país, tendo em vista a construção de uma identidade nacional e, conseqüentemente, da união de todos os brasileiros.

O uso dos ritos de comemoração dos ditos grandes homens da história não foi exclusividade da ditadura civil-militar brasileira, sendo um importante instrumento na consolidação de regimes políticos e da estruturação da nacionalidade. Tanto governos democráticos quanto ditatoriais souberam construir e utilizar leituras do passado do país na consolidação de seu regime, intensificando, em muitos casos, um sentimento de continuidade entre passado, presente e futuro.

Muitas foram as comemorações de figuras públicas que a ditadura buscou anexar ao seu calendário. Entre elas podemos citar três homens que serão melhor trabalhados ao longo deste capítulo: Dom Pedro I, Tiradentes e Olavo Bilac. O primeiro Imperador; o segundo o alferes condenado à força pelo Império; e o terceiro, o poeta considerado o mais cívico dos brasileiros. Eles foram utilizados pelo regime na busca de demonstrar que os heróis da pátria, eram também, heróis dos militares e deveriam então, ser lembrados.

A continuidade estabelecida entre essas figuras e a ditadura era perceptível através de discursos que os colocavam enquanto homens preocupados com os rumos de seu país, eram homens que lutaram pelo bem-estar da pátria e do futuro dos brasileiros. Dessa maneira, percebe-se que o uso dos mitos, símbolos, ritos e das grandes figuras sociais pela ditadura, teve como ponto central a busca pela construção do consenso e da legitimidade do governo diante da população.

Ao se colocar como herdeira do mesmo amor patriótico a ditadura construiu uma linearidade entre passado e presente, buscando manter-se no poder, ou seja, delineando também, o futuro. Pretendia conquistar, através das comemorações levadas à população, a partir da mobilização dos afetos, encontrando ecos no imaginário social, nos símbolos e na história partilhada por todos que habitavam o território do Brasil. Porém, a fixação do regime ditatorial instaurado no pós-1964 necessitou fazer uso também, dos medos e

anseios dessa população, para que os militares pudessem colocar-se, então, como os únicos capazes de barrar supostas ameaças.

Para que essas ameaças, concentradas no comunismo e na corrupção, pudessem ser barradas, a ditadura civil-militar se utilizou de um discurso que visava criar um modelo específico de cidadão. Para que se efetivasse a fixação de tal modelo, o regime mobilizou características de figuras importantes da sociedade brasileira, como o caso de Olavo Bilac.

Porém, a articulação dessas figuras em prol da manutenção de um regime político, passa pela escolha dos temas a serem tratados e que possuam maior relevância para obter os fins desejados. Nesse processo, muitos temas acabam sendo silenciados podendo, inclusive, gerar conflitos de memória e a disputa de diferentes grupos da sociedade na mobilização de tais figuras

Visaremos então, ao decorrer deste capítulo, apresentar outras figuras presentes no imaginário social, buscando demonstrar que esta foi uma prática recorrente da ditadura instaurada em 31 de março de 1964. A anexação de tais figuras ao regime não ocorreu de maneira aleatória, buscou-se homens que pertenciam também ao Panteão das Forças Armadas, já que era necessário articular a imagem de figuras já presentes no imaginário da população e que pudessem transmitir a mensagem desejada pelo regime.

O mesmo ocorreu com Olavo Bilac. Por mais que o poeta não fosse um membro do Exército, em vida, Bilac buscou propagar o Serviço Militar Obrigatório, desempenhando um papel que, nos anos que se seguiram ao golpe, o transformou em herói nacional e herói da ditadura, sendo o mais cívico e patriótico dos homens. Essas características levaram ao culto do rito, sendo assim, suas datas de nascimento e morte viraram lugares de memória, no qual não apenas seus atos em vida eram lembrados, mas buscava-se cultuar e legitimar também, o regime ditatorial implantado.

3.2 - Os heróis nacionais

Os heróis nacionais são percebidos enquanto produtos da sociedade na qual viveram. Se justifica tal afirmativa tendo em mente que são os intelectuais dessas sociedades que buscam efetivar e transmitir o culto de certas figuras aos seus

conterrâneos. No Brasil, ainda sob vigência do Império, a construção do panteão de heróis nacionais ficou a cargo do Instituto Histórico e Geográfico³¹.

Dessa forma, a figura do grande homem surge a partir do encontro entre história e memória (ENDERS, 2000, p. 42). Compreende-se assim, que essas figuras importantes na história das sociedades possuem, também, ou até principalmente, a função de servir de exemplo, "de guia moral ou cívico" (ENDERS, 2000, p. 46). Da mesma forma, Enders (2000, p.58) exemplifica que, ao se iniciar tal processo de relembrar os ilustres mortos de uma sociedade, se deu maior importância para aqueles que possuíam funções militares, já que eram figuras menos conflituosas.

No Brasil se observa que, as figuras literárias ou das artes de modo geral, sempre foram portadoras de maior aceitação do que as militares. A importância de tal aceitação está relacionada com o fato de que, ao se intensificar o culto a alguma personagem do passado nacional, percebe-se como ponto central as questões do presente, ou seja, os usos da memória dos chamados heróis nacionais parte das disputas e debates do tempo presente.³²

Dessa mesma forma, diferentes figuras deverão ser incluídas na construção dos panteões nacionais, tanto homens, mulheres, negros e indígenas, já que todos pertencem a mesma população. O fato se explica pelo uso de tais personagens-símbolo como maneira de inclusão e criação de pertencimento de todo e qualquer cidadão, já que visa, através do exemplos dessas figuras, um certo modelo de conduta necessário aos seus debates do presente.

José Murilo de Carvalho transmite de maneira concisa tal idéia nos seguintes trechos de sua obra "A formação das almas":

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. [...] Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado. (CARVALHO, 2012, p.55)

³¹ Para mais informações ver: "O Plutarco brasileiro. A produção dos vultos nacionais no Segundo Reinado" de Armelle Enders, traduzido por Dora Rocha e publicado pela revista Estudos Históricos no ano de 2000.

³² Como exemplo podemos pensar os motivos que levaram a concessão de títulos de patronato, seja civil ou militar, a diferentes figuras durante a ditadura civil-militar brasileira. Dentre essas personagens, emerge a figura de Tiradentes, já possuidor de um título - Patrono das polícias civis e militares - e que, nos anos de 1965 é relembrado, recebendo, então, o título de Patrono Cívico do Brasil.

Foi, tendo como ponto de partida a necessidade de legitimidade e coesão que a ditadura civil-militar brasileira, durante sua vigência buscou rememorar os heróis da pátria trazendo-os novamente ao debate público, reacendendo seu poder mobilizador. Dessa forma, buscou reativar os exemplos deixados por tais figuras tendo, novamente, como ponto de partida, as questões do presente. Nesse processo se fez necessário, escolher as características das figuras elencadas como exemplos maiores, que melhor correspondesse às demandas do momento.

3.2.1 - D. Pedro I

Durante o período que corresponde à ditadura civil-militar brasileira ocorreu às comemorações dos cento e cinquenta anos da independência. Essa data teve como ponto principal na memória dos brasileiros o chamado "grito do Ipiranga", onde, Dom Pedro I, às margens do rio Ipiranga em São Paulo, ergueu sua espada e disse: "Independência ou Morte". Esse momento simbólico era parte de um processo que vinha ocorrendo no país há algum tempo e que tinha como principal objetivo a independência brasileira do domínio colonial de Portugal.

Dom Pedro I integrava o Panteão dos heróis militares, porém, não era uma figura muito comemorada durante as festividades do 7 de setembro. Cordeiro (2015, p.95) aponta, inclusive, para o fato de que, durante as comemorações dos cem anos da Independência, no ano de 1922, a principal figura lembrada foi José Bonifácio, já que Dom Pedro não era uma personagem que conseguia transmitir a mensagem necessária à jovem República sendo, então, "execrado como estroina, irresponsável e oportunista" (CORDEIRO, 2015, p.95), já Bonifácio era visto enquanto "cientista, brasileiro, favorável ao fim da escravidão, amante da ordem" (MOTTA apud CORDEIRO, 2015, p.96).

É perceptível, então, que a figura do primeiro imperador brasileiro carregava consigo certas características que não condiziam com a mensagem a ser passada pela ditadura civil-militar. Foi necessário "escolher" as características de Dom Pedro a serem comemoradas. Cordeiro aponta que a Comissão Executiva Central (CEC), responsável por organizar as comemorações a nível nacional, buscou recuperar uma "(...) imagem de d. Pedro de forma bastante formal: a partir de uma concepção de história que privilegiava os grandes heróis nacionais, foram retomadas as qualidades de um monarca forte,

inteligente, audacioso, impetuoso, mas também sensível às necessidades do povo". (CORDEIRO, 2015, p.99)

Se faz importante frisar que, ao analisarmos essas disputas de memória que recaem sobre grandes figuras nacionais, há uma forte presença dos debates do presente nas comemorações acerca do passado. Ao comemorar os cento e cinquenta anos da Independência do Brasil, o regime instaurado a partir do golpe de 1964 buscava criar uma ligação entre os tempos, entre o governo do primeiro imperador brasileiro e os governos militares da ditadura civil-militar.

Para que se efetivasse tal discurso, um herói militar que fosse visto enquanto "príncipe da autoridade" (CORDEIRO, 2015, p.10) era a escolha mais inteligente a se fazer. Para tanto, ainda no ano de 1971, o então presidente-ditador Emílio Garrastazu Médici, em contato com o presidente de Portugal, requisitou que os restos mortais de Dom Pedro I passassem à guarda do Brasil. O seu coração seguiu sob os domínios da cidade portuguesa do Porto, já que havia sido destinado à cidade pelo próprio imperador.

O ano de 1972 foi elencado um ano de festa, que teve no regresso dos restos mortais de d. Pedro, o ponto central. Buscava-se intensificar a integração nacional, para tanto, os despojos do primeiro imperador do Brasil independente percorreu todas as capitais do país, onde diferentes festas foram organizadas. Não se buscava apenas relembrar o passado, ao levar os restos mortais de d. Pedro, buscava-se, também, levar a mensagem do "Brasil Grande"³³.

As comemorações de cunho cívico são vistas enquanto um importante momento social para que se reativem os sentimentos patrióticos. Isso ocorreu também durante as comemorações dos cento e cinquenta anos da independência brasileira. Alicerçados na obra de Janaina Cordeiro (2015) buscamos elencar quatro momentos importantes durante o trajeto dos despojos de Dom Pedro I na busca de construir uma continuidade entre a ditadura iniciada em 1964 e o Império e seu monarca.

Em São Paulo, por exemplo, o moderno e o antigo se encontravam. Foi no dia 3 de setembro que chegaram os restos mortais do poeta à capital paulistana, onde, depois de alguns dias, iria descansar ao lado da Imperatriz Leopoldina, o corpo do primeiro imperador brasileiro. A chegada do corpo, presença das autoridades, as visitas dos

³³ O conceito de "Brasil Grande" foi utilizado tanto por analistas brasileiros quanto estrangeiros que acreditavam que o crescimento econômico do país era possível através de sua abundância em recursos diversos. Sendo assim, intensificava-se a crença de que o Brasil estava predestinado ao desenvolvimento tendo como bases seu passado, suas características geográficas e a diversidade de sua população.

populares foram características marcantes daquele momento. Para tanto, no dia 6 de setembro, data em que os despojos do imperador seriam deslocados até o monumento do Ipiranga, o presidente-ditador Médici encaminhou-se para a inauguração de um trecho do metrô, no qual foi o responsável por acionar o botão de partida (CORDEIRO, 2015, p.54).

Percebe-se então que o passado era comemorado, mas o presente, o milagre do desenvolvimento e do progresso brasileiro também o era. Sendo assim, Cordeiro aponta para o fato de que

A rigor, na verdade, já não havia mais uma República e um Império, se contradizendo ou se negando, uma representando o fim do outro, precisando se afirmar sobre o outro. Havia ali uma nação, uma pátria coesa que, do alto dos seus 150 anos de vida independente, reconstruía, projetando no presente, um passado sem conflitos. Aqueles que promoviam sua *independência econômica* homenageavam o herói que fez a *independência política* da nação. (CORDEIRO, 2015, p.57-58, grifos no original)

Dessa maneira, passado e presente se uniam na busca por criar também uma legitimidade incontestável, já que, naquele momento em específico, não era a ditadura e seus militares que estavam sendo comemorados, mas sim, a história pátria, a qual todos os brasileiros pertenciam, sem distinções e que intensificava a unidade nacional através de tal comemoração. Ao mesmo tempo que, ao se comemorar o progresso nacional, àqueles que faziam a "independência econômica" se delineava a necessidade dos militares, tendo em vista seu trabalho executado.

O passado e a figura de d. Pedro enquanto um monarca de pulso forte, ligado à hierarquia e ao poder militar, justifica, inclusive a presença dos militares à frente do Executivo após 1964, buscando criar uma continuidade e trazendo ao debate a questão de que os militares conseguiram bons feitos porque visam retomar a história pátria e as características dos "bons" brasileiros, preocupados com o futuro de seu país.

Nesse mesmo ritmo de ligação entre passado e presente, d. Pedro e a ditadura, ocorreram as comemorações no estado do Ceará. Cordeiro aponta que, uma semana após a passagem dos restos mortais do primeiro imperador brasileiro, voltava à Fortaleza os despojos do primeiro presidente-ditador do regime militar. O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco voltava a sua terra natal após cinco anos de seu falecimento, em um acidente de avião. Sendo assim, no mesmo momento em que "Pedro I retornava ao Brasil, *seu torrão predileto*, Castello Branco retornava ao Ceará, *sua terra amada*" (CORDEIRO, 2015, p.80, grifos no original).

Além de ser consagrado como o herói da "revolução" de 1964, Castelo Branco possuía em seu histórico a participação na Segunda Guerra Mundial. Esse elemento

possibilitava uma melhor explicação de sua figura. Aponta-se para o fato de que, aos olhares de seus apoiadores, Castelo Branco e sua participação como "chefe da Terceira Seção (de operações) do Estado-Maior da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE)" (CORDEIRO, 2015, p.83) o tornavam um herói desde muito antes de 1964.

Justificava-se as comemorações em torno de Pedro I e o retorno à sua amada terra, de Castelo Branco como símbolo de um compartilhamento de ideais caros aos membros militares. Dom Pedro havia dado ao Brasil sua independência política; Castelo Branco havia liderado uma revolução que buscava afastar do país o comunismo e a corrupção, o que gerou as bases para o milagre executado por Médici, resultando, dessa forma, na independência econômica do Brasil.

Dessa maneira, percebe-se que

[...] ao contemplar o presidente Castello Branco com as mesmas cerimônias *cívico-funebres* que foram destinadas a d. Pedro I, naquele ano considerado o *herói máximo da nação*, buscava-se inserir a *revolução de 1964* no *alto altar cívico da história pátria*, atribuindo-lhe inclusive seu próprio herói, Castello Branco. Ao mesmo tempo, procurava situar o *grande homem* da *revolução* como um *grande homem* da história recente do país, como fazia supor a presença de ex-pracinhas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) escoltando a urna presidencial, lembrando - para além de seu papel como líder da *revolução de 1964* e primeiro presidente *revolucionário* -, sua passagem, *heróica*, pela II Guerra Mundial. (CORDEIRO, 2015, p.82-83, grifos no original)

Castelo Branco, comemorado juntamente da figura de d. Pedro I e consagrado por seus companheiros e apoiadores como o verdadeiro líder da chamada "revolução de 1964" demonstrava a maneira como os militares compreendiam e usufruíam da história pátria. Buscava-se justificar os líderes militares e seu governo através da rememoração de outras figuras possuidoras de certo poder militar e, também, dos atos anteriores ao golpe daqueles que já combatiam contra governos antidemocráticos e totalitários.

As estratégias de anexar a ditadura e seus governantes foram muitas, assim como àquelas que diziam respeito à comprovação da eficiência militar na proteção do país e, como no caso da Segunda Guerra Mundial, do mundo. O passado era necessário para construir os alicerces da aceitação do regime e de seus governantes, promovendo, também, a unidade nacional tendo como foco a ideia de um mesmo inimigo, uma mesma história e os mesmos heróis.

Porém, é importante frisar que durante as grandes festividades do ano de 1972, onde passado, presente e futuro eram evocados, nem todos os brasileiros reagiram da mesma maneira. Um exemplo importante a ser trazido ao debate, é o caso da passagem dos restos mortais do primeiro imperador no estado da Bahia.

Em Salvador, os despojos de d. Pedro permaneceu por 45 dias, com um número reduzido de visitantes se comparado às outras cidades onde o esquife passou. A comemoração regional escolhida foi o 2 de julho, quando ocorreu, no ano de 1823 a expulsão das tropas portuguesas da cidade. As cidades do recôncavo baiano buscaram, através da CEC, solicitar a passagem do corpo de d. Pedro em suas cidades, porém, sem sucesso. De um lado, o grande interesse das cidades vizinhas e o pequeno contingente de visitantes em Salvador. Cordeiro aponta para duas questões: a primeira que talvez os 45 dias acabaram por resultar na diminuição dos visitantes e, em segundo, que por mais que Salvador representasse o milagre econômico dos anos de Médiçi, o ano de 1972 na Bahia possibilitou compreender que "nem sempre o consenso em torno do regime significou o mesmo com relação às comemorações do sesquicentenário" (CORDEIRO, 2015, p.78).

De outro lado, havia o exemplo de Minas Gerais. Nos idos do império, o estado sempre se colocou contrário ao governo de d. Pedro, principalmente durante a crise que culminou com a renúncia do imperador. A terra dos inconfidentes, que tinha Tiradentes como seu grande herói, recebeu o primeiro imperador do Brasil de forma bastante calorosa, inclusive, com a presença de moradores de cidades do interior do estado. Cordeiro aponta que "[...] a calorosa recepção que século e meio mais tarde os mineiros dedicavam ao corpo de Pedro I também servia de termômetro da *popularidade* alcançada pelo *herói da ditadura* no ano do sesquicentenário da independência" (CORDEIRO, 2015, p.75, grifos no original).

Por fim, percebe-se que a utilização da figura de Dom Pedro I faz parte de uma prática corriqueira que não é exclusividade dos governos de cunho autoritário, mas que foi largamente utilizada pela ditadura civil-militar brasileira. A escolha de Pedro I como a figura central de tais comemorações dos 150 anos da independência teve, como nos diz Cordeiro, "os pés profundamente fincados no presente" (CORDEIRO, 2015, p.61).

Dom Pedro I serviu como herói porque conseguia transmitir de maneira mais eficaz a mensagem da ditadura à população brasileira, trazendo, como foco, o discurso das independências - política e econômica -, demonstrando continuidade e, também, servindo de exemplo das conquistas travadas por figuras de autoridade militar. No mesmo sentido, se escolheu José Bonifácio nos 100 anos da independência, assim como, a figura que mais caracterizou a luta pela independência, Tiradentes, acabou por receber um papel secundário no ano de 1972.

3.2.2 - Tiradentes

José Murilo de Carvalho em seu artigo intitulado "Nação imaginária: memória, mitos e heróis" de 2004 chama a atenção para a questão de que, no Brasil, se tornam heróis nacionais aquelas figuras que conseguem transmitir características mais humanas, sendo exemplos de "tranquilidade, sacrifício, e capacidade de gerar união" (CARVALHO, 2004, paginação irregular). Dessa maneira, o brasileiro tem pouco apreço as figuras que se assemelham a heróis de guerras ou militares acabando por preferir artistas, esportistas e figuras ligadas a atividades de cunho humanitário.

Tiradentes foi um dos poucos grandes nomes da história que conseguiu ascender ao rol dos heróis nacionais sem grandes debates sendo representante de ideias tanto à direita quanto à esquerda. Carvalho aponta como fator primordial de sua aceitação o fato de que Tiradentes "foi um herói-mártir que nunca havia derramado sangue algum, que foi uma vítima e não um praticante da violência" (CARVALHO, 2004, paginação irregular).

Em sua obra "A formação das almas", Carvalho debate que o fim trágico do inconfiante contribui para sua transformação em um herói nacional cultuado por todos. Joaquim José da Silva Xavier, um alferes, em vida, buscou lutar pela libertação do Brasil do controle português, morrendo em consequência de suas ideias. Dessa maneira, Tiradentes constitui-se também em um militar - de baixa patente -, que lutou pelo que acreditava ser o bem de seu país.

Esses atos o transformaram em um representante da República, da liberdade e do civismo. Sendo assim, já no ano de 1890, o 21 de abril, data que corresponde a sua morte, em 1792, já havia sido declarado feriado nacional dada a repercussão de seu esquartejamento. Proclamada a república, seu culto se intensificou, mas se fazia necessário encaixar sua memória nos diferentes debates políticos da época. Apostou-se então na ideia do mártir, daquele que morreu defendendo uma ideia, mas que aceitou sua morte sem culpar seus algozes. Instaurava-se assim, uma leitura mais cristianizada do alferes.

Já durante a ditadura civil-militar brasileira, Tiradentes foi condecorado com o título de patrono cívico do Brasil, tendo seu rosto estampado em retratos em todas as repartições públicas do país. Tiradentes já possuía, antes de 1965, o título de "patrono das polícias civis e militares", concedido a ele no ano de 1946 pelo então presidente Eurico Gaspar Dutra (CORDEIRO, 2015, p.106). O governo do presidente-ditador Castelo Branco tinha como justificativa primordial da anexação do alferes o fato do mesmo ter

sido um militar de carreira, porém, ainda assim, ao lhe conceder o título de "patrono da nação brasileira"³⁴, a ditadura buscou enfatizar suas características de mártir, fazendo, inclusive, uma leitura própria da figura do inconfidente (CORDEIRO, 2015, p.107).

Essa leitura era justificada tendo em mente que "[...] embora Tiradentes fosse um *herói consensual* e seu martírio reivindicado tanto a direita quanto à esquerda, sua história remetia à *revolta*, à *rebelião* e a tentativa violenta de ruptura da ordem" (CORDEIRO, 2015, p.107, grifos no original). As ressalvas da ditadura acerca da figura do alferes são percebidas, por exemplo, através das comemorações do sesquicentenário da independência no ano de 1972.

Tiradentes era uma figura de extrema importância no imaginário social brasileiro, deixá-lo de fora das comemorações nacionais era impensável, assim como, durante os cinco meses que iria se estender as comemorações acerca dos 150 anos da independência. O debate entre a figura de d. Pedro I e Tiradentes como heróis da independência era um debate antigo no Brasil. No que tange às comemorações no ano de 1972, outro debate se impôs à data do início das festividades.

O corpo do primeiro imperador brasileiro, foco da organização das comemorações daquele ano, chegou ao Brasil, vindo de Portugal no dia 22 de abril, um dia após o dia de Tiradentes. Porém, Cordeiro aponta que

[...] para os intelectuais, políticos e militares envolvidos na organização do evento, tributários de uma tradição histórica que valorizava, sobretudo, os *grandes homens* e os *grandes acontecimentos*, parece lógico que essa *faixa do ano* ficasse limitada entre o 21 de abril - dia de Tiradentes - e o 7 de setembro - dia da proclamação da independência. (CORDEIRO, 2015, p.103)

A autora complementa ainda, que, para os membros da CEC, se justificou a escolha das datas tendo em vista que ambas se complementavam: o dia de Tiradentes como o início do processo de independência e, d. Pedro I, como o desfecho, o finalizador de tal processo.

O debate acerca das duas personagens tinha fortes marcas do presente. De um lado, Tiradentes representava a rebeldia, de outro, Pedro I representava a autoridade. Um era mártir, aquele que morreu por uma causa; o outro era o executor final, que sem

³⁴ Importante ressaltar que há aqui uma diferença entre a anexação da figura de Tiradentes em 1965 e em 1972 durante as comemorações do Sesquicentenário da Independência. Em 1965, a ditadura civil-militar brasileira buscava construir uma ligação entre sociedade civil e o seu governo. A sociedade brasileira, de modo geral, deveria compreender o regime e se "sacrificar" em prol do bem estar da pátria. Nesse âmbito, o inconfidente cumpria o propósito, já que havia sido, inclusive assassinado pelo império por defender a libertação da nação. Em 1972 se comemorava o milagre econômico, a independência econômica do Brasil. Já não cabia levar o sacrifício ao debate social, porque a população já havia sido recompensada e já colhia os frutos de tal ato. Dessa maneira, d. Pedro era o herói bem sucedido e, por tal motivo, era a melhor figura a ser lembrada por aqueles que buscavam comemorar a chegada do futuro.

sofrimento independizou o Brasil. A ditadura buscava lembrar Pedro I em seu poder militarizado e nas conquistas que remetiam a um Brasil forte, que justificava o pulso firme dos militares dos anos de 1972 como algo necessário para o desenvolvimento do país.

Em Tiradentes o regime buscou elencar como pontos fortes o início do processo de independência e, ainda mais importante, o seu caráter cívico em detrimento de sua figura militar. O civismo do inconfidente e a sua luta por um Brasil independente levava uma mensagem importante aos que viviam a ditadura: deveriam todos serem patriotas lutando pelo bem-estar de seu país, concentrados na proteção da nação contra todo e qualquer perigo caracterizado, primordialmente, nas chamadas ideologias alienígenas.

Dessa forma, o dia 21 de abril de 1972 se tornou também, o dia do Encontro Cívico Nacional. Esse evento era anunciado pelos membros da CEC como

[...] um acontecimento *inédito no mundo*, deveria acontecer às 18h30min do dia 2. Na hora marcada, simultaneamente, "em todo o país, será ouvido o discurso do presidente Garrastazu Médici, seguindo-se os atos de hasteamento da bandeira, ao som do hino nacional, cantado pelo povo reunido numa grande concentração, em lugar público, a céu aberto". (CORDEIRO, 2015, p.114)

O Encontro buscava, através da lembrança de um dos heróis brasileiros promover aquele que era o elemento mais caro ao regime nos anos de Médici: a integração nacional. Sendo assim, o Encontro Cívico Nacional buscava unir toda a população brasileira, aglutinada em praças públicas, para celebrar os símbolos da nação, caracterizados na bandeira e no hino.

Além disso, muitos elementos caros aos militares e conservadores foram acionados nesse dia, entre eles a presença da Igreja Católica caracterizada pelo comparecimento do arcebispo dom José Newton, em Brasília, que proclamou o *Te Deum*³⁵ (CORDEIRO, 2015, p.129). Percebe-se também, a exaltação da chamada por eles "revolução de 1964" e de um ponto caro à intelectualidade brasileira: a ideia da comunhão racial percebida no Brasil. Para tanto, buscou-se acionar tais sentimentos através da criação de marchas próprias para as comemorações sesquicentenário.

Outra questão que se faz importante trazer novamente ao debate, é o fato de que, na abertura dos cinco meses destinados a tal efeméride, o presente, pode-se dizer, foi o tempo mais lembrado. O Brasil vivia, em 1972, a chegada do futuro, a realização de um projeto há muito prometido: a independência econômica do país. Dessa forma, comemorar a "revolução" de 31 de maio era importante, assim como comemorar os

³⁵ Uma espécie de hino que busca exaltar a figura de Deus.

grandes heróis do passado e, também, a população brasileira em sua mais diversa forma. Unidos, civis e militares, "verdadeiros" brasileiros, conseguiram acordar o gigante adormecido que, no ano de 1972 comemorava a chegada do futuro sem esquecer de seu passado.

O Encontro Cívico Patriótico conseguiu unir, em uma "comunhão de pensamento" (CORDEIRO, 2015, p.134) mães, estudantes dos diferentes níveis de ensino, membros da Igreja, militares, enfim, a população em geral para reacender o sentimento de pertencimento e comemorar o passado, presente e futuro, chamando a atenção para linearidade entre os tempos, justificando que aquele que conhecia seu passado e tomava de exemplo os grandes heróis nacionais seria, dessa maneira, bem sucedido, assim como o regime ditatorial se sentia no ano de 1972.

Compreender as presenças de d. Pedro I e Tiradentes como heróis da ditadura, tendo como justificativa central os usos de suas figuras durante o sesquicentenário da independência, se faz importante porque colabora na apreensão das maneiras diversas que a ditadura civil-militar brasileira utilizou para construir discursos que visavam a sua aceitação, sua justificativa e a coesão nacional.

Além disso, percebe-se que, mesmo sendo figuras há muito fixadas no imaginário social brasileiro, seu processo de rememoração não ocorre sem gerar conflitos acerca de seus atos em vida. No caso de d. Pedro I, características como "namorador", "fanfarrão" e "irresponsável" serão esquecidas em prol de outras como "militarista" e "autoritário". Já no que tange a Tiradentes, "revolucionário" é um elemento apagado, dando-se preferência a características como: "homem cívico" e "libertador".

O que se buscou demonstrar é que o regime militar brasileiro fez grande uso da história nacional, de seus símbolos, de seus mitos, dos rituais, caracterizados aqui como as festividades cívicas e dos heróis nacionais como forma de construir sua legitimidade apelando para a ideia de continuidade. É importante frisar que esse processo não ocorre como uma simples manipulação da população brasileira.

A ditadura utilizou-se de figuras muito bem fixadas no imaginário social e, também, daqueles momentos, como nos diz Cordeiro, que propõem uma "suspensão do cotidiano" (2015, p.69) para construir uma coesão social em torno de seu governo. Para isso, esses momentos ritualísticos, principalmente aqueles ligados a grandes nomes da história foram de extrema importância para a execução de tal proposta.

Compreende-se, então, que, ao partirmos dos exemplos aqui trabalhados, essa foi uma prática corriqueira dos ideólogos da ditadura civil-militar brasileira. O que se busca,

a partir desse momento, é demonstrar que as comemorações e as produções biográficas acerca de Olavo Bilac foram parte de uma mesma prática e, principalmente, que esse processo não se deu de maneira homogênea e que, sim, houve debates importantes sobre a aceitação de tais figuras. Esse será, então, o tema tratado no próximo item deste capítulo.

3.3 - As disputas de memória em torno de Olavo Bilac.

No tópico anterior, buscamos trazer ao debate duas importantes personagens da história brasileira e demonstrar um de seus usos durante o período que corresponde à ditadura civil-militar. Essa explanação teve como ideia central demonstrar dois pontos: o primeiro que a prática de incorporação dos heróis nacionais ao regime militar foi corriqueira e, importante frisar, que se constitui em uma prática de governos democráticos e autoritários; o segundo ponto é que a prática de enquadramento de memória ocorre a partir de um processo de escolha dos temas acerca da vida de determinada pessoa que melhor corresponda às demandas, para tanto, certos aspectos e características serão apagados, negados e silenciados.

É nesse sentido que caminha o último tópico deste capítulo. A partir da compreensão dos motivos que levam a ditadura civil-militar brasileira a se apropriar da figura de Olavo Bilac tendo como base questões como civismo e serviço militar, propomos debater aspectos da vida do poeta que geram conflitos entre diferentes grupos, sejam intelectuais, como a Academia Brasileira de Letras; Liga de Defesa Nacional; e também, os grupos de militares à frente do governo e a sociedade do período.

Para tanto, se faz necessário compreender que o debate acerca das características não bem aceitas do príncipe dos poetas já estava presente no mundo cultural muito antes do golpe civil-militar em 1964. A centralidade do tema após a anexação da figura do poeta ao governo se dá, principalmente, tendo em vista os embates de memória acerca dos atos em vida de Bilac e o modelo de cidadão criado pela ditadura.

A historiadora Patrícia Hansen, em seu artigo intitulado “Golpes de Memória: usos políticos de Olavo Bilac no século XX” publicado em 2015 aponta para a questão de que os usos da figura do poeta remetem aos anos de 1915, quando foram criadas a Liga Nacionalista de São Paulo e a Liga de Defesa Nacional, já que ambas utilizavam o poder mobilizador de Bilac para acrescentar credibilidade ao seu projeto de instauração do Serviço Militar Obrigatório. Porém, a diferença dessa utilização da figura do poeta se deu

enquanto o mesmo ainda era vivo, podendo guiar e interferir em debates acerca de sua imagem.

Foi após a sua morte que iniciou um trabalho de enquadramento de memória mais intenso, visto que, como foi exemplificado no início deste capítulo, após o falecimento se tem a ideia de sua vida ser semelhante à uma “obra concluída” e, a não presença do sujeito facilita as distorções de sua imagem em prol de certos fins. Dessa forma, a ABL, da qual o poeta foi um de seus fundadores; o Estado Novo de Vargas, na busca por angariar soldados para lutarem na Europa; e, por fim, a ditadura civil-militar, que através do civismo buscou criar coesão e aceitação para o seu regime, utilizaram-se da figura de Olavo Bilac.

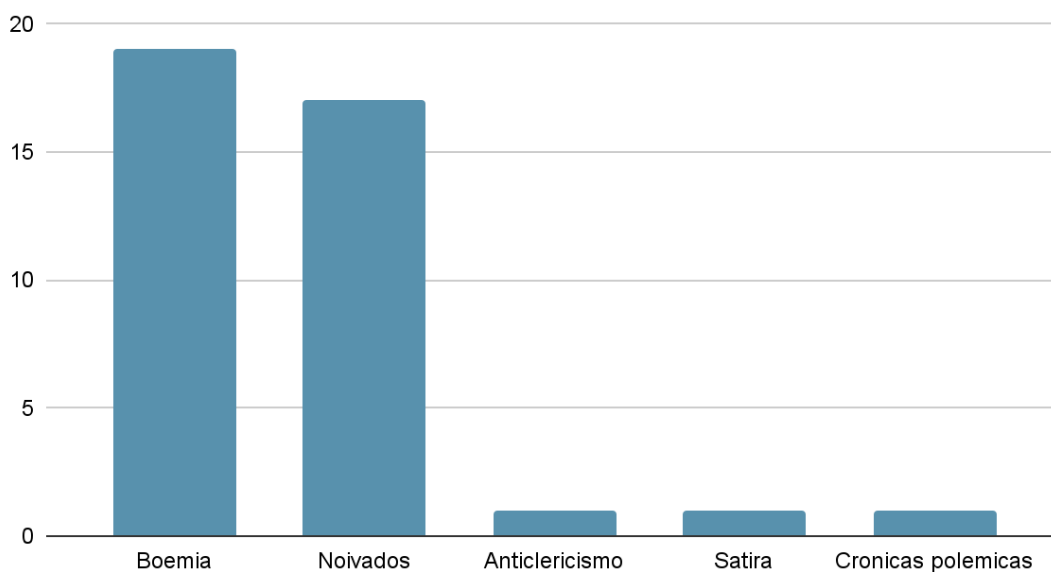
Hansen (2015, p.128) aponta ainda para o fato de que, no período que se compreende o Estado Novo (1939) e a ditadura civil-militar (1965), ambos momentos de comemorações ligadas a Bilac, aquelas instituições às quais o poeta havia participado foram de extrema importância na construção de tais efemérides, dando visibilidade a elas. Foi no ano de 1939 que Olavo Bilac foi lembrado a nível nacional, como um herói cívico, possibilitando usos com viés político, de sua imagem, assim como o ocorrido nos anos de chumbo.

Por incorporar a imagem de Bilac à criação de um modelo conservador de cidadão, atrelado à questões como civismo, religiosidade e família, percebeu-se que, tanto o regime quanto aqueles ligados à Academia Brasileira de Letras, buscavam moldar a trajetória de vida do poeta, tendo em vista o maior benefício para a consolidação de um modelo de conduta percebido enquanto "correto". Sendo assim, ao longo das obras aqui analisadas notou-se certa preocupação acerca de temas polêmicos sobre a vida de Bilac. Cada autor buscou tratar de pelo menos um desses temas.

Pelo gráfico abaixo, percebemos aqueles temas vistos enquanto "desviantes":

Gráfico 8: Assuntos polêmicos acerca da vida privada de Bilac

Points scored



Lopes (1968) tratou 2 vezes da boêmia e uma vez apenas sobre os noivados. Brandão (1969) tratou 13 vezes acerca da boêmia e não buscou debater os noivados de Bilac. Já Magalhães Jr. (1974) foi o único que buscou citar questões como a produção de sátiras³⁶, com forte tendência de críticas aos governos contemporâneos a ele; o forte anticlericalismo³⁷ de Bilac, indo em contramão da defesa da ditadura acerca dos preceitos católicos; e, também, de debates que visavam questionar a sexualidade³⁸ do poeta de maneira pejorativa. Magalhães, por fim, buscou retratar a boêmia 3 vezes e os noivados frustrados, 16.

A análise dos temas mais tratados possibilitou debater os usos da memória de figuras históricas e a manipulação³⁹ por partes daqueles que ficam, na busca de construir

³⁶ Sobre sua fase satírica: "Tinha então Bilac forte tendência satírica, que mais tarde procuraria, a custo, reprimir." (MAGALHÃES JR., 1974, p.82) e, em outra citação, sem usar a palavra "satírico", mas buscando falar sobre ser artigos polêmicos, o biógrafo escreve: "E Mas Bilac aí não somente escrevia versos. Escreveu também artigos, inclusive polêmicos, ora sob o seu nome, ora com o pseudônimo de Olívio Bivar, inclusive o protesto, em nome de toda a redação, contra o Ministro do Império, por atitudes que lhe pareciam lesivas aos interesses dos estudantes." (MAGALHÃES JR., 1974, p.36)

³⁷ Sobre seu anticlericalismo: "Embora Bilac continuasse descrente e anticlerical, sua atitude seria, no futuro, menos declaratória, mais atenuada e mais branda, tendendo ao humorismo e à sátira." (MAGALHÃES JR., 1974, p.31).

³⁸ "(...) Proclamara Bilac 'rei da prosa e imperador do verso', num ato público solene, mas no segredo das rodas boêmias perpetrava contra ele epitáfios obscenos, deixados sobre as mesas das confeitarias. Um de tais epitáfios, insinuando tendências homossexuais (...)" (MAGALHÃES JR., 1974, p.345)

³⁹ Aqui usamos "manipulação" no sentido "manejar", de dar forma a um tipo de leitura. Consequentemente, tal trabalho irá gerar a intensificação de uma ideia em específico, que pode incluir, excluir e inclusive negar tais fatos. Mas esse processo tem a ver, também, com o ofício do biógrafo e a limitação imposta por seu trabalho.

legitimidade para suas existências, sejam políticas, culturais ou intelectuais. Nesse sentido, buscaremos debater como se dá a inserção dos assuntos polêmicos mais recorrentes nas obras biográficas aqui analisadas: seus noivados e sua vida boêmia.

3.3.1 - A boêmia

O regime ditatorial buscou, através das comemorações dos cem anos de nascimento de Bilac, impor a sua própria leitura. No ano de 1965 foi, então, reeditada a obra "A Defesa Nacional", livro que compila todos os discursos⁴⁰ proferidos por Olavo Bilac durante sua campanha cívica. Foi então que se produziu uma nova leitura acerca do poeta.

A boêmia é um dos tópicos sensíveis mais presentes nas obras aqui analisadas. Cada autor busca trazer sua própria alternativa a tal conduta, negando, justificando através dos erros da juventude, mas sempre banalizando tal característica tendo como justificativa central, os atos patrióticos e o grande serviço prestado a nação, seja a partir de suas obras - principalmente as de cunho cívico -, e também, na elaboração da Lei do Serviço Militar Obrigatório.

Raymundo Magalhães Júnior traz o tema à tona antes de chegar às 50 páginas de sua obra. Na página de número 46, o escritor inicia o debate ao dizer que "a essa altura, por suas atitudes boêmias e sua mania de fazer versos, já tinha Olavo entrado em conflito com o pai, que ainda não o expulsara de casa, mas já lhe cortara toda e qualquer ajuda financeira" (MAGALHÃES JR., 1974, p.46). O biógrafo de Bilac não ousa ignorar a existência de uma prática de boêmia na vida do poeta, mas traz dois pontos: a falta de apoio do pai e a punição por tal ato.

O autor, já na página de número 266 volta a tratar do tema, trazendo, inclusive, relatos de amigos de Olavo Bilac.

Manuel Bonfim, colaborador de Bilac, confidenciou a Humberto de Campos que, ao ingressar no serviço público do antigo Distrito Federal, Bilac "bebia muito". E acrescentava: "Ele descia para a cidade, ordinariamente, entre as onze horas e meio-dia, trazendo sua crônica diária para **A Notícia**. E começava a beber a essa hora, indo assim a beber quase seguidamente até alta noite, às vezes até alta madrugada." (MAGALHÃES JR., 1974, p.266, grifos no

⁴⁰ Os 18 discursos que compõem a obra são: *Em marcha!; O Cancro; Ao Exército Nacional; À Marinha Nacional; Na Academia das Ciências de Lisboa; Aos Homens de Letras de Portugal; Aos estudantes mineiros; Os escoteiros; A Liga de de Defesa Nacional; Ao Rio Grande do Sul; Ao povo rio-grandense; O negrino do pastoreio; O Exército e a política; A língua portuguesa; Aos estudantes do Paraná; Relações Internacionais; A defesa nacional*. Os discursos aqui citados ocorreram em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Portugal, Rio Grande do Sul e Paraná.

original)

Mesmo ocupando grandes funções, como quando trabalhava para o governo municipal do Rio de Janeiro, Bilac bebia. Essa era uma característica conhecida entre seus amigos: Olavo Bilac não era apenas um boêmio, o poeta gostava de beber e aproveitar os bares até alta madrugada. Mas tal característica não o fazia bem e, sendo um homem sábio compreendeu que deveria mudar seus hábitos, sendo assim "passada a fase dos desregramentos boêmios, torna-se um homem morigerado" (MAGALHÃES JR. , 1974, p.266).

A questão da boêmia de Bilac era um tópico há muito tempo presente nas produções de suas biografias e no mundo intelectual, inclusive antes do golpe civil-militar. Hansen (2015, p.132) aponta para os conflitos e debates gerados pela produção de uma biografia acerca de Bilac, lançada no ano de 1963 por Fernando Jorge. A autora demonstra que aqueles que mais se ressentiram com a obra que acabou sendo a biografia do poeta mais bem sucedida comercialmente, foram Raymundo Magalhães Júnior e Austregésilo de Athayde, ambos membros da ABL e, Athayde também fazia parte da LDN. Percebe-se assim, uma postura que buscava, através de uma prática conservadora, esconder certas características mal vistas e, conseqüentemente, preservar a instituição que ambos participaram, o que explica os posicionamentos de Magalhães Jr. ao tratar de tais temas, como demonstrado nas citações acima.

O mesmo conflito já havia ocorrido em 1944, após a anexação de Bilac ao governo de Vargas com a publicação, por Elói Pontes de uma biografia em dois volumes. A biografia tinha grande tom comercial perceptível, inclusive, pelo título: "A vida exuberante de Olavo Bilac". A obra publicada pela Coleção Documentos Brasileiros foi intensamente crítica, inclusive na obra de Raymundo Magalhães Jr⁴¹, produzida em 1974. por citar diferentes fontes, como cartas, livros, crônicas de jornais, sem nunca realmente os referenciar. Nota-se, então, que os debates acerca de Bilac sempre estiveram presentes e fortes.

Magalhães Jr. também sempre esteve presente na defesa de Bilac, trazendo, inclusive, diferentes versões de tais temas sensíveis. Para ele, que era membro da

⁴¹ No capítulo de número 1 da obra de Raymundo Magalhães Jr., já na página 8, o autor debate acerca do surgimento do nome "Bilac", acrescentado ao seu nome de batismo do pai do poeta em 1857, ao graduar-se em medicina. O autor apresenta as postulações de Elói Pontes, chamando-as de "anedóticas" e cercadas de equívocos, já que o escritor diz ter encontrado a informação em um crônica publicada no periódico Cidade do Rio em 1889. Ao debruçar-se sobre tais fontes, Magalhães Jr diz não ter encontrado tal crônica. (MAGALHÃES JR., 1974, p.8-9)

Academia Brasileira de Letras e biógrafo de grandes figuras da sociedade brasileira, a boêmia de Olavo Bilac foi relegada a um período de irresponsabilidade. Porém, em seu caminho houve punições, como quando seu pai para de lhe auxiliar financeiramente e, posteriormente o expulsa de casa. Ao amadurecer, Bilac torna-se um homem inteligente, passa a ter preocupações sociais e, como em um processo de desenvolvimento, ascende a um lugar de maior sabedoria e opta por ter uma vida mais regrada.

Já Moacir Araújo Lopes, autor da obra intitulada "Olavo Bilac: o homem cívico", a questão da boêmia foi pouco retratada porém, nos raros momentos em que aparece, fornece um material importante para a compreensão das leituras feitas pelos apoiadores da ditadura e o discurso que se buscou levar à população.

A primeira aparição da questão da vida boêmia de Olavo Bilac aparece na página de número 17. O general escreve que "todos os atos da sua vida revelam a atitude interna de exuberância de valores espirituais e morais, mesmo quando o ambiente e a juventude o levaram à boêmia e o culto à forma" (LOPES, 1968, p.17). Lopes, dessa forma, não busca negar a existência de uma vida boêmia, mas o relega a um erro da juventude, novamente dentro de um discurso que visa considerar os atos dos jovens como atitudes impensadas de quem ainda não possui discernimento entre certo e errado.

A segunda passagem acerca do tema aqui debatido encontra-se na página n. 18, na qual o general Lopes escreve que "o ambiente do fim do século XIX e princípios deste leva-o em reação contra o sectarismo religioso, a um aparente ceticismo, expresso com desenvoltura no quadro de boêmia que cerca a vida do poeta na juventude" (LOPES, 1968, p.18). Aqui surge outra questão importante: a religiosidade. É a falta da religiosidade, o seu ceticismo, que o levam à boêmia somando-se, também, às dúvidas oriundas das mudanças sociais presentes no período.

Os trechos citados pertencem ao tópico intitulado "A infância e a eterna mocidade" composto por apenas 3 páginas, que visam tratar das questões mais conflitantes acerca da memória de Bilac. Para Lopes a boêmia de Bilac foi um fato, porém, o general busca justificá-la através da falta de religiosidade, da falta de crenças, acabando por desvirtuar o seu caminho. Porém, sendo Bilac possuidor de uma "atitude interna de valores espirituais e morais" (LOPES, 1968, p.17) acabou por compreender seu propósito e lutar pelo desenvolvimento e força de sua pátria, tornando-se um exemplo de homem cívico.

Adelino Brandão é, dentre os biógrafos de Bilac aqui analisados, o que mais buscou debater a vida boêmia do poeta. São 13 citações que se encontram no capítulo de

número um intitulado "Bilac - O intelectual e o Homem: o verdadeiro caráter de Bilac".

Já no primeiro parágrafo do capítulo o autor escreve que

Até onde corresponderia à verdade a pecha de "boêmio" com que se costuma tachar o caráter de Bilac? - "Boêmio incorrigível" - é quase sempre assim que o vemos rotulado, na apreciação dos autores, ao traçarem o perfil do poeta e no comentar o seu temperamento e a feição moral de sua personalidade. No entanto, poucos intelectuais como ele, no Brasil, que tiveram levado vida mais séria e encarado as responsabilidades com mais austeridade. (BRANDÃO, 1969, p.13)

E justifica que "a memória romântica criara no nosso país o mito do 'poeta boêmio': a época de Bilac as pessoas não admitiam que alguém pudesse ser poeta sem se entregar a bebida" (BRANDÃO, 1969, p.13). Sendo assim diferente dos demais autores, Brandão nega a existência de uma vida boêmia, mas que, na época, existia um mito no qual todo poeta deveria ser boêmio, já que "ao poeta, tal aureola talvez fizesse bem. Explica-se: era uma publicidade gratuita e que funcionava" (BRANDÃO, 1969, p.15)

O autor acrescenta ainda que

Só a pouco tempo, poesia deixou de ser sinônimo de boêmia aos olhos do vulgo e da sociedade de "bem"; e os artistas de talento não mais precisam recorrer à bebida como Musa inspiradora ou para justificar-lhes o estro. Daí porque, tendo chegado, em vida, a ser aclamado como o mais ilustre poeta de seu tempo, não podia fugir BILAC à tradicional auréola com a qual eram ornados todos os que se entregavam à poesia - "boêmio" e "beberrão". Medeiros e Albuquerque que participou do grupo literário de BILAC, em princípios do século, observando o fato comenta: "até certa época era difícil compreender-se no Brasil, um poeta que não bebesse. (BRANDÃO, 1969, p.14)

Compreende-se que no debate popular, quem produzia poesias deveria ser um boêmio e beberrão para conseguir escrever tais coisas. Mas Bilac era "o mais ilustre poeta de seu tempo" (BRANDÃO, 1969, p.14), aquele que recebeu o título de príncipe dos poetas, sendo assim, sua obra literária era sinônimo de seu trabalho e de sua criatividade, sem necessitar recorrer à bebida enquanto musa inspiradora.

Por fim, Brandão acrescenta que

No entanto, como haveremos de ver na realidade, nada mais falso, pois em toda a sua vida BILAC foi mesmo um abstinente, sóbrio, austero, quase ascético na pureza de sua vida particular, onde o trabalho e o estudo - não a dissipação e a boêmia - foram seus reais companheiros, até o fim da vida, em 1918, aos 53 anos de idade. (BRANDÃO, 1969, p.15)

E acaba por trazer relatos de amigos do poeta, como Francisco Alves e Carlos Maul. Brandão escreve que

Outros autores lembram que já na mocidade, demonstrava Bilac inteireza moral apreciável e não furtava a admoestar Coelho Neto, seu grande amigo e colega, quando o romancista, que tinha a mesma idade de BILAC, passava um

pouco da conta, nas excentricidades boêmias ou na bebida. (BRANDÃO, 1969, p.16)

Já Maul acrescenta importante relato dizendo que Bilac "sempre levou uma vida produtiva e fecunda. Nunca o vi embriagado [...] embora vez ou outra, ele tomasse um chope com os amigos, mantinha-se, porém, dentro de uma linha de perfeita sobriedade" (BRANDÃO, 1969, p.17). Se faz importante frisar que Brandão utiliza-se de tais citações sem nunca as referenciar e que, posteriormente, como demonstrado no tópico anterior, Maul irá produzir juntamente com diversos intelectuais, um novo prefácio a obra "A Defesa Nacional", partilhando com o regime, uma leitura mais conservadora da figura do príncipe dos poetas.

Para Brandão, a questão da boêmia esteve relacionada aos debates e julgamentos da sociedade, à anexação de boemia ao mundo intelectual, como se a poesia fosse sinônimo de uma vida ligada aos prazeres, assim como, ao alcoolismo. O autor frisa, inclusive, que o trabalho e o estudo foram, antes de tudo, a maior paixão de Bilac, que cumpriu sua função de intelectual e cidadão com maestria. O trabalho o dignificou e o manteve distante dos desvios vivenciados, inclusive, por pessoas próximas ao poeta.

A boêmia configura-se em um tema importante porque possibilita a compreensão de como a ditadura civil-militar e seus apoiadores e ideólogos buscaram lidar com tal questão. Ora aceitando, mas logo relegando à um momento de insensatez e ceticismo, ora negando e justificando através de um mito que circundava a vida intelectual brasileira no fim do século XIX e início do século XX.

Tais debates se fizeram importantes, durante os anos que compreendem a ditadura tendo em vista que se viviam

[...] tempos de grande mobilização de setores conservadores em defesa de valores tradicionais de família e religião, não surpreende que a moral de um herói da pátria fosse objeto de vigilância e preocupação. Faz sentido, pois, a indignação com a divulgação de aspectos da vida de Bilac que poderiam pôr em causa a simpatia pelo defensor intransigente do serviço militar obrigatório, que em 1966 veio a ser o primeiro civil dentre os patronos das forças armadas. Em suas virtudes, Bilac era o ícone perfeito para o momento, capaz de simbolizar a conciliação entre civis e militares em prol da pátria. Como boêmio, porém, ameaçava valores morais caros aos militares e aos segmentos que os apoiavam. (HANSEN, 2015, p.133)

Sendo assim, para os militares e apoiadores do regime, tais questões necessitavam ser debatidas, exatamente para se justificar a escolha de tal figura portadora de defeitos que iam contra a moral proposta na época. As obras surgem como "saídas" para tal situação, já que conseguem enquadrar Bilac, através de diferentes elementos que

compõem o cidadão modelo da ditadura civil-militar, tais como: trabalho e fé, que se tornam exemplos de instituições base para a consolidação e educação de um cidadão de bem.

Ao levar ao debate a questão da superação dos erros da juventude, um novo tópico chama a atenção. Duas obras foram produzidas no momento de efervescência dos embates dos movimentos estudantis contra a ditadura. Sendo assim, as obras convergem no sentido de buscar criar uma ponte entre essa juventude opositora, ao mesmo tempo que investe em uma educação moral com a finalidade de modificar os pensamentos desse grupo.

Os livros aqui apresentados, por serem produzidos por membros do exército e da ABL buscam modificar a imagem presente no imaginário social brasileiro, que remete, principalmente, aquele formado através das obras biográficas produzidas até 1964 que, em sua maioria, chamam atenção para a questão da boêmia e põe em debate a presença de um alcoólatra como patrono das Forças Armadas, como demonstrado por Hansen (2015, p.132). A única alternativa era trazer a questão ao debate e apresentar uma ideia que conseguisse silenciar tais posicionamentos e acelerar a aceitação não só de Bilac, mas também da ditadura e de seus governantes.

3.3.2 - Os noivados frustrados

Hansen (2016) em seu capítulo intitulado “A Defesa Nacional de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico republicano dos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960”, ao debater as produções biográficas e a reedição da obra "A defesa nacional" chama a atenção para os livros. A autora nos diz que as biografias "por sua especificidade como narrativas híbridas, mas também pelo fato de, em muitos casos, se materializam no suporte durável do livro, ocupam um lugar privilegiado entre os diversos discursos" (HANSEN, 2016, p.414).

Nesse sentido, a historiadora aponta que essas obras buscam circular em um espaço mais amplo, sendo dirigidas a diferentes públicos, tornando-se, por fim, "objetos mediadores" (HANSEN, 2016, p.414), já que possuem "um papel especial na trama que configura a memória de Bilac, na qual se entrelaçam diferentes tempos e lugares" (HANSEN, 2016, p.414).

O tema que será trabalhado neste tópico é pouco discutido por historiadores⁴². Se justifica o seu debate tendo em vista o fato de estar estritamente ligado à ideia de uma crise moral⁴³ vivida pelo Brasil nos anos 1960 e, para um governo que acredita fielmente em estruturas como pai, marido, trabalhador e, educado na fé cristã os noivados frustrados de Bilac poderiam soar como uma questão que o deslegitimasse para ocupar o cargo de Patrono das Forças Armadas. Antecipando tais debates, o regime e seus apoiadores buscaram impor uma "nova hierarquia de sentidos" (HANSEN, 2016, p.421). Sendo assim, na busca por levar tais ideais à sociedade, foi necessário criar uma versão dos noivados frustrados do poeta que transmitisse uma mensagem de fidelidade, tanto à família como também, à pátria. Para tanto, as biografias foram os "objetos mediadores" encontrados para executar tal projeto.

Compartilhando de tais ideais, tanto por Moacir Lopes quanto por Raymundo Magalhães Júnior, buscaram retratar essa questão, acabando por convergir acerca do tema, demonstrando, por fim, um Bilac fiel. Nesse sentido, o que se torna um material grandioso a ser analisado são os motivos que levam tais rompimentos e as justificativas que os autores apresentam para tais acontecimentos.

Raymundo Magalhães Júnior é o biógrafo que mais trata do tema dentre aqueles aqui analisados. O autor dispensa dois capítulos, nomeados "O primeiro noivado" e "O segundo noivado", contabilizando, entre citações desses e de outros capítulos relevantes ao tema, contabilizamos 16 momentos em que o tema é retratado. Já o general Moacir Araújo Lopes busca tratar a questão apenas uma vez.

No capítulo intitulado "O primeiro noivado", Magalhães Jr. conta ao leitor desde o pedido de noivado até o rompimento de Olavo Bilac e Amélia de Oliveira. Conhecido dos irmãos da jovem, Bilac, no dia 11 de dezembro de 1887, "à tarde, cria coragem e pede a Dona Ana Oliveira a mão da filha. Responde a matrona que nada teria a opor aos desejos

⁴² É importante frisar que não há trabalhos acadêmicos que visem tratar de tal questão e, muito menos sobre os usos feitos desse debate durante o período ditatorial. Encontramos, sim, trabalhos na área das Letras e da Literatura, porém, ou o tema é pouco aprofundado ou visa trazer uma resposta para tal questão, como no capítulo "Deslocamentos parsasianos nos versos 'malditos' de Olavo Bilac", escrito por Fernando Monteiro de Barros e publicado na obra "Diáspora e deslocamento: travessias críticas". Para tanto, trazemos essa questão na busca por, talvez, incentivar novas pesquisas.

⁴³ A crise moral surgiu como um dos motivos para os rumos sombrios que o Brasil vivia na década de 1964. A falta de ideais ligados à moral teria sido responsável pela infiltração comunista e a corrupção. Os militares colocaram-se enquanto responsáveis e capazes de conduzir o país dentro da moral e dos bons costumes tendo em vista a sua educação cívica. Para tanto, a figura de Bilac surgiu na busca por reacender tais debates e guiar os brasileiros através de seus exemplos em vida. O conceito de crise moral e suas aplicações foram melhores debatidos no capítulo de número 2. Para melhores explicações ver "Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil" de Carlos Fico.

de Bilac, se com ele Amélia concordasse, mas achava que o assunto devia ser decidido por seu marido, ausente, por doença". O poeta, então, envia carta ao futuro sogro e, no dia 20 de dezembro daquele ano recebe a resposta positiva.

José Mariano Oliveira escreve a Bilac que era de seu desejo dar a mãe de sua filha ao poeta e que acreditava que não ia se arrepender (MAGALHÃES JR., 1974, p.88). Ao receber tal resposta, o jovem Bilac envia uma carta apaixonada a Amélia, aliviado por ter, finalmente, o compromisso firmado e ser aceito pelos pais da jovem. Bilac escreve a ela as seguintes palavras:

Amélia. - Amo-te, amo-te! Como é bom poder enfim dizer o que nos enchia o coração! Amo-te, amo-te, amo-te cegamente, loucamente, mais que a tudo! Amo-te porque és para mim a melhor, a mais pura, a mais santa de todas as criaturas. Amo-te porque tu, meu orgulho e minha vida, foste a única mulher que me soube fazer conhecer toda a divina delícia, toda a suave tortura do verdadeiro amor.

Amei-te no primeiro dia em que te vi: amei-te em silêncio, em segredo, na esperança de te possuir e sem refletir. Não quis saber quem eras, nem quis saber se me poderias amar: amei-te e amo-te cada vez mais. Estou em São Paulo por tua causa. Trabalharei, farei sacrifício de tudo, lutarei contra tudo, mas juro-te que serás minha, unicamente minha. Amo-te!

Amo-te! Amo-te!

Olavo. (MAGALHÃES JR., 1974, p.88)

A importância de tal transcrição se deve por demonstrar ao público leitor que Bilac, por mais que nunca fora um homem casado, ao se apaixonar verdadeiramente, honrou com todos os compromissos a ele incumbidos, soube ser respeitoso e esperar a respostas e o aceite dos pais da jovem. Além disso, o trecho em que Bilac escreve "estou em São Paulo por tua causa" e segue dizendo que trabalhará imensamente para cumprir as funções que lhe são cabidas enquanto homem.

É importante ressaltar, para que não soe anacrônico, que muito havia mudado na sociedade brasileira entre 1887 e 1974, momento em que a obra é lançada. Porém, o que se faz importante ter em mente é que, em primeiro lugar, o autor direciona a leitura a partir das fontes e citações que utiliza, assim como, pela sua escrita. Em segundo lugar, os papéis sociais destinados a homens e mulheres vão se atualizando ao longo das décadas, porém, dentro de uma lógica conservadora, certos modos de conduta são incentivados como o papel de mantenedor do lar destinado aos homens e a mulher como gerenciadora do lar e protetora dos filhos.

Ao longo dos meses que se seguem a carta enviada por Bilac, o pai de Amélia falece e, cabendo ao irmão mais velho gerir as propriedades e cuidar da família, acaba por terminar o relacionamento entre o poeta e sua irmã. Bilac já havia abandonado o curso

de direito e buscado ficar mais próximo de Amélia quando recebe uma carta do irmão da jovem dizendo que "não só era contra o casamento, como pedia ainda ao poeta o favor de não voltar a ver a sua irmã, Bilac, em vez de reagir - como faria um apaixonado sincero e ardente - parece resignar-se, respondendo, numa carta breve e fria" (MAGALHÃES JR., 1974, p.90).

Os motivos para tal rompimento, justificado pelo irmão da noiva era que o mesmo "não desejava vê-los comprometidos por um casamento sem base, com rapaz talentoso, mas extravagante e boêmio, tão inconsequente abandonava o curso médico quando só lhe faltava um ano para formar-se e tão sem persistência que não ia além do primeiro ano de direito" (MAGALHÃES JR., 1974, p.90).

Percebe-se então, que o fim do primeiro noivado de Olavo Bilac teve como motivação principal a vida boêmia que viva e, também, a falta de um curso que lhe proporcionasse estabilidade para que, de fato, pudesse gerir uma casa e dar boa vida a jovem, função não só do homem dos anos 1880 mas também, ideia muito presente durante as décadas de 1960 e 1970. Porém, por outro lado, Magalhães ao dizer que, Bilac resignou-se, mais uma vez demonstrou a sabedoria de um homem respeitoso, já que soube compreender a vontade da família e afastar-se.

Entre o primeiro e o segundo noivado, há um capítulo totalmente dedicado à "busca pela perfeição", onde relata a intensa reescrita de seus poemas na busca por sempre melhorá-los. Ao organizar sua obra em ordem cronológica, Magalhães Jr. ressalta as características de um ótimo poeta e trabalhador que, ao perder a aceitação da família de sua amada, voltou-se para o trabalho e não ao alcoolismo, como forma de superar o momento de dificuldade.

O segundo noivado de Bilac ocorreu já no ano de 1888, com Maria Selika, filha de um violonista português que vivia há muitos anos no Brasil, a quem foi apresentado por Luís Murat. Segundo Magalhães Jr. fora Murat que incitou Bilac "a conquistá-la, para provar ao irmão caturra de Amélia Oliveira que seria bem aceito noutra família bem mais ilustre" (MAGALHÃES JR., 1974, p.104).

Logo o namoro virou noivado e Bilac é novamente lembrado como um homem respeitoso e cavalheiresco por seu biógrafo, demonstrando comprometimento com a família e com Maria Selika. Para tanto, Bilac transforma a nova noiva em uma musa de seus poemas, porém, como o tempo o poeta começa

a arrepender-se da precipitação com que agira, tornando-se noivo da filha do violinista e professor de música. Tinha a impressão de que deixara colher numa armadilha familiar. É que seu amor não era correspondido com a mesma flama,

com o mesmo ardor. Maria Selika o tratava com a mesma frieza, parecendo ter aceitado tal solução por simples passividade. Mas a hesitação de Bilac foi curta. E liquidou o assunto com duas cartas, uma a Maria Selika, outra à esposa de Francisco Pereira da Costa. (MAGALHÃES JR., 1974, p.108)

Segue a carta enviada a Maria Selika

É preciso que V. Ex.a saiba que a minha vida tem sido um grande combate. Já sofri fome: - sobre a miséria criei a minha independência. Chamaram-me infame: - sobre essa afronta criei a minha honestidade. Chamaram-me estúpido: - sobre essa injustiça criei o meu talento. E foi sobre esses três alicerces que eu edifiquei o meu orgulho.

Amo-a tanto que esta separação há de cedo ou tarde matar-me. Acima, porém, do meu amor, está o meu orgulho. Não o quebrei aos pés do meu pai, nem o quebraria aos de minha mãe; não posso, nem quero quebrá-lo aos pés de V. Ex.a" (MAGALHÃES JR., 1974, p.108-109)

A carta demonstra que, ao perceber que a amada não correspondia tal afeto da maneira que Bilac acreditava ser merecedor, o orgulho do jovem poeta foi o motivo de romper o compromisso. É importante perceber a construção de suas qualidades, entre elas independência, honestidade e talento, a partir de uma vivência que o dignifica, principalmente através de seu empenho em executar seus trabalhos.

É isso, inclusive, que Magalhães Jr. chama a atenção no parágrafo que se segue. O biógrafo escreve que

A carta é um documento que define, melhor que qualquer outro, a psicologia de Bilac, o homem que colocava o amor próprio, o imenso orgulho, acima de tudo: do amor filial e das afeições mais profundas. Sua renúncia à mão de Amélia de Oliveira terá sido, antes de tudo, uma violenta manifestação desse orgulho ferido. Não quisera, antes, ser cunhado de um homem que o insultara, nem entrar para uma família onde alguém o considerasse um vadio, um imprestável, um indivíduo desprezível, capaz de procedimento infame. (MAGALHÃES JR., 1974, p.109)

O trecho segue por explicar os motivos do rompimento com a primeira noiva, justificando que a família de Amélia, principalmente seu irmão, haviam ferido seu orgulho. Após o rompimento com a primeira noiva e, ao decidir romper com Maria Selika, Bilac havia mudado de postura, tendo, nesse meio tempo publicado uma obra, as Poesias, segundo seu biógrafo. Dessa forma, Magalhães Jr. demonstra um Bilac mais maduro, consciente de suas escolhas e um exímio poeta, dedicado ao seu trabalho, sendo assim, mesmo apaixonado, acabou por renunciar ao noivado com Maria Selika, seguindo outros rumos.

A biografia segue contando diversos detalhes sobre a vida do poeta para finalizar-se no capítulo intitulado "Declínio e morte", no qual, Amélia de Oliveira, a primeira noiva volta a aparecer. Em seu leito de morte, comparece o primeiro amor do poeta. Magalhães

Jr. escreve que: "Amélia de Oliveira, a noiva de 1887, solteirona e íntima amiga de Cora Bilac Guimarães, acompanhará de perto as horas finais do poeta, já incapaz de reconhecê-la." (MAGALHÃES JR., 1974, p.423).

O trecho possibilita uma leitura de que ambos, tanto Bilac como Amélia, mantiveram-se fiel a tal amor mesmo que a vida tenha os levado a caminhos diferentes, porém, no momento de partida do poeta, a amada se faz presente. No mesmo sentido, encontra-se a única citação acerca do tema na obra de Moacir Lopes.

É no capítulo intitulado "A infância e a eterna mocidade", o mesmo que busca tratar de sua fama de boêmio que, na página de número 17, o general Lopes escreve que "a oposição da família, reagindo às suas estroinices, levou-o à ruptura do noivado, mas, disse alguém, a poesia ganhou 'uma inspiradora', uma Beatrix, que até o final da sua vida, solteiro, ia ser um dos pólos de um lirismo amoroso" (LOPES, 1968, p.17).

O general não cita nomes e dá a entender a existência de um único amor. Complementando com o último parágrafo da obra de Magalhães Jr. transcrito acima percebemos que tal Beatrix possa ser a primeira noiva, Amélia. O que nos interessa apreender aqui, é a justificativa do rompimento do noivado, que seriam suas "estroinices", não bem vistas pela família da noiva. Além disso, outro ponto importante de ser lembrado é que Lopes o coloca como eternamente fiel, possuindo, durante toda sua existência um amor eterno presente em seu lirismo.

Através das falas dos autores a respeito dos noivados frustrados, Bilac é lembrado como um homem solteiro, porém, mesmo não sendo agraciado pelo sonhado casamento com sua primeira noiva, tendo, inclusive, o segundo noivado como um ato em consequência de seu orgulho ferido, se manteve eternamente fiel a Amélia. E também, a senhora a ele, já que continuou próxima da irmã do poeta e se fez presente no momento da morte de Bilac, como uma esposa fiel.

A ditadura civil-militar brasileira buscou edificar um modelo de cidadão bastante ligado às crenças religiosas católicas, à família nuclear, cisheteronormativa, e a papéis de gênero muito bem definidos. No momento em que foi lembrada as características boêmias de Bilac, diferentes biógrafos ligados ao regime fizeram um movimento de justificar e negar tal característica. Nesse sentido, explicar a vida amorosa de Bilac também se fazia necessário para comprovar que o poeta seguia tais ensinamentos e era o exemplo mais sólido de retidão moral.

Dessa maneira, ao ser anexado à ditadura civil-militar, ser elevado ao Panteão das Forças Armadas brasileiras, Bilac deveria cumprir uma série de características que

justificassem tal posição àquele que era o primeiro civil a ascender a tal lugar. Em Bilac, o regime ditatorial percebeu dois mecanismos importantes e buscou utilizá-los. Ao deturpar suas falas, justificou o governo militar a partir da ideia de que as Forças Armadas eram a única instituição verdadeiramente nacionalista e disposta a dar a vida pela pátria. De outro lado, buscou construir uma ponte entre civis e militares, utilizando a campanha cívica do poeta em prol do SMO.

Por fim, através dessa ligação entre grupos civis e militares, buscou-se edificar Bilac como um verdadeiro cidadão, levando à população brasileira um modelo necessário para a manutenção do regime militar. Bilac era ordeiro, protetor, amante do desenvolvimento, fiel, trabalhador, preocupado com o país e apaixonado por sua terra natal.

Em outras palavras, Bilac proporcionou uma leitura cara aos militares intensamente ligada ao conceito de cidadão de bem. O poeta significou a união entre as Forças Armadas e os diferentes grupos civis que compunham a sociedade na proteção do país contra as chamadas ideologias alienígenas. Sendo assim, a população brasileira que vivenciava a ditadura deveria seguir tal exemplo, tornando-se um vigia constante de si e daqueles próximos, tendo, como ideia central, a preocupação com o Brasil.

Dessa forma, as obras biográficas tiveram um papel fundamental para a anexação de tal leitura acerca de Olavo Bilac, reacendendo suas características cívicas em detrimento de sua vida como poeta e jornalista. Bilac foi o exemplo necessário encontrado pela ditadura exatamente por seu capital simbólico e sua presença no imaginário social brasileiro, facilitando o uso de sua imagem em prol de um objetivo específico: a manutenção da ditadura civil-militar e o consenso dos cidadãos, através da edificação de um modelo, que tinha como base a figura de Bilac.

O capítulo buscou demonstrar que a presença de heróis nacionais é um dos elementos que compõem a nacionalidade, sendo inclusive, um importante mecanismo na construção das identidades nacionais e, conseqüentemente, da coesão social. Para tanto, na busca por aceitação de diferentes tipos de governo, utilizam-se de tais figuras e colocam-se como representantes de tais ideais.

A ditadura civil-militar brasileira compreendeu a necessidade de articular figuras importantes para a sociedade do país. Para tanto, mobilizou a memória dos grandes homens do passado através de comemorações de cunho cívico. Sendo assim, as festas cívicas tornaram-se um momento de extrema importância para a consolidação de um

discurso que visava colocar os militares como herdeiros legítimos de tais legados.

Aqui, buscamos citar as festas do ano de 1972 e a mobilização de figuras importantes como Dom Pedro I e Tiradentes, como um exemplo de que essa foi uma prática corriqueira da ditadura desde sua instauração a partir do golpe de 1964. Esse é um exemplo interessante porque demonstra que existe, por trás de tais comemorações, as escolhas das qualidades que melhor transmitem a mensagem desejada pelos militares. É nesse sentido que, vemos no ano de 1972, os debates acerca da figura de Tiradentes e d. Pedro, na qual a autoridade do primeiro imperador sobressaiu, em detrimento do inconfidente.

Porém, ao se tratar de importantes figuras da história do Brasil e, pessoas muito presentes no imaginário social, não se pode excluir certos personagens. Sendo assim, ocorre um processo de escolha de qual imagem do homenageado será lembrada. A exemplo de Tiradentes, suas características cívicas tornam-se as mais importantes e seu lado revolucionário é silenciado.

Como todo indivíduo é complexo e possuidor de diferentes adjetivos, inicia-se uma disputa de memória, no qual, diferentes grupos buscam impor a imagem que melhor os contempla. O mesmo ocorreu com Olavo Bilac. Ao ser escolhido pelo regime como patrono das Forças Armadas e como elo de ligação entre civis e militares, muitos debates foram iniciados, entre eles sua vida boêmia e seus noivados frustrados. Os apoiadores do regime buscaram, através de obras biográficas, impor a imagem que melhor correspondia a sua necessidade. Sendo assim, Bilac tornou-se o modelo de cidadão cívico, ao qual a população brasileira deveria inspirar-se.

O que se buscou demonstrar, é que o processo de comemorar os mortos é uma prática comum. Porém, que passa por uma série de embates, já que, muitas vezes, cada grupo que tal indivíduo participou, elencou uma fase da vida dessa figura, como verdadeira. E que, por fim, todas essas imagens convivem entre si e estão, também, presentes nas disputas políticas em voga.

Conclusão

Durante esse trabalho buscamos demonstrar de que maneira a ditadura civil-militar procurou construir seu consenso. A partir das comemorações de cunho cívico, da glorificação da história pátria e da rememoração dos chamados heróis nacionais, o regime buscou levar à população um modelo de cidadania. Nesse sentido, Olavo Bilac surgiu enquanto um importante exemplo da união entre civis e militares em prol da proteção e modernização nacional.

Civismo e cidadania passaram a se confundir, estando ambos atrelados a ideia de abdicação de certos direitos em prol da proteção do país, assim como o dever de estarem sempre atentos a desvios que pudessem significar a aproximação de certos indivíduos com o comunismo. Olavo Bilac recebeu então, o título de um cidadão consciente de seus deveres e, seus atos em vida passaram a significar o modelo de conduta de um verdadeiro patriota.

Percebe-se que a ditadura civil-militar se utilizou de muitos mecanismos com fins educativos. Partindo da ideia de que, naquele momento, no Brasil, se vivia uma crise moral, o regime buscou educar a população dentro de preceitos como moral, bons costumes e conhecimento da realidade brasileira. Todos esses elementos eram encarados enquanto necessários ao bom funcionamento e desenvolvimento do país, para tanto foram levados à sociedade através de práticas que iriam além dos bancos escolares, como as comemorações de cunho cívico e, também, a produção de obras biográficas.

Percebe-se que tal ideia era compartilhada por diferentes grupos da sociedade, sejam eles civis, ou militares. Este é o caso dos biógrafos de Bilac que aqui foram analisados. Moacir Araújo Lopes era um general do Exército que trabalhou intensamente na construção de manuais para as disciplinas de Moral e Civismo. Sua obra acerca de Bilac se assemelha a esses outros trabalhos visto que traz um modelo de conduta esperado pela população e, que, se bem seguidos, resultariam no afastamento do comunismo. Para o escritor, família, religião e o próprio Exército são instituições primordiais na execução de tal projeto.

Adelino Brandão é também um militar e, o mais interessante de sua obra é que a mesma venceu um concurso do Ministério do Exército, onde se buscava destinar aos jovens brasileiros uma biografia que tratasse de Bilac, de seu patriotismo e civismo, culminando, por fim, na flexibilização do Serviço Militar. Conclui-se que o trabalho executado por Brandão tinha como finalidade melhorar a visão que os jovens tinham do

Serviço Militar Obrigatório e, inculcar-lhes ideais caros ao conservadorismo partindo do exemplo histórico que havia sido Bilac.

A obra de Raymundo Magalhães Júnior contribui grandemente para que se pudesse perceber que tais ideias conservadoras estavam presentes em diferentes espaços da vida social brasileira, sejam civis ou militares. Magalhães Júnior possibilitou compreender que, mesmo não sendo parte da mesma extrema direita dos biógrafos anteriormente citados, compartilhava de ideais conservadores e contribui para a difusão de uma imagem do poeta ligada a tal demanda.

Compreende-se então, que cidadania, família e juventude foram questões com as quais os militares e seus apoiadores se preocuparam, compreendendo que era necessário reviver o passado para assim, construir o consenso em torno de seu regime. O que se faz importante citar, é que esse processo não ocorreu sem disputas, já que Bilac era uma conhecida figura do mundo intelectual, político e social.

Ao ser aderida ao regime, como aquele que melhor comprovava o dever e a habilidade das Forças Armadas em gerir a nação, certos grupos buscaram desacreditar o próprio poeta em detrimento da manutenção de uma memória que não condizia com as diretrizes conservadoras propostas por militares e presentes na sociedade de um modo geral. Sendo assim, as biografias também surgem como um meio de impor uma memória oficial, principalmente por incluir a presença civil na construção de tal discurso.

Durante os capítulos aqui apresentados buscamos construir uma linha de interpretação que demonstra que as comemorações foram utilizadas largamente por diferentes governos, sejam eles democráticos ou não. Durante a ditadura civil-militar brasileira, as comemorações de cunho cívico foram as mais diversas, foi a partir delas que os militares e seus apoiadores tentaram construir diálogo com a população brasileira, colocando-se enquanto herdeiros da verdadeira história nacional. Nesse sentido, as comemorações referentes ao dia do trabalho foram um importante mecanismo para unir os trabalhadores, principalmente por levar essa data aos trabalhadores logo após a instauração do golpe, construindo nova leitura acerca da data, diferente daquela de base trabalhista proposta pelo governo Jango. As comemorações acerca do chamado "aniversário do golpe" e da vitória contra a intentona comunista contribuíram para a justificativa do potencial salvacionista das Forças Armadas. No mesmo sentido das efemérides, as produções de biografias acerca de Olavo Bilac surgem enquanto um importante instrumento porque, ao se materializam no instrumento durável do livro, possibilitam diferentes leituras, já que o processo de escrita e leitura parte das vivências

de quem escreve e de quem lê, podendo fixar-se através das leituras de mundo que ambos possuem.

É nesse sentido que podemos perceber que as obras biográficas acerca de Bilac contribuíram imensamente para efervescer certos debates. Intensificaram a ideia de que no Brasil existia uma crise moral e que os militares, por terem sido educados na lógica das Forças Armadas, seriam, não apenas, os que melhor conheciam a realidade nacional, mas também, os que possuíam uma moral idônea e que conseguiriam, a partir dessas características, reconduzir o país rumo ao futuro glorioso há muito tempo prometido. A unidade nacional, o civismo em detrimento da cidadania, foram, então, levados à população de modo geral e, também, a partir de diferentes instrumentos. Sendo assim, homens, mulheres e jovens foram chamados a construir um novo rumo para o país sob a tutela dos militares e Bilac foi utilizado enquanto instrumento mobilizador.

Por fim, a escolha do poeta não ocorreu sem que houvesse disputas acerca de sua memória. O que buscamos demonstrar é que esse processo ocorreu com todos aqueles que foram elencados enquanto heróis da ditadura, como no caso de D. Pedro I. O uso dos grandes heróis do passado foram de extrema importância para diferentes formas de governo, porém, ao se tratar de um regime de cunho autoritário, se utilizar da figura daqueles que já não estavam mais presentes, porque possibilita a releitura das características de tais sujeitos e o apagamento de outros.

Sendo assim, durante esse trabalho buscamos demonstrar que, para além da violação de direitos humanos e repressão sistemática promovida pelo Terrorismo de Estado, a ditadura utilizou-se de um vasto arsenal para construir sua legitimidade, consenso e manter-se à frente do poder executivo, como: festas cívicas, obras biográficas, disciplinas obrigatórias em nível básico e superior, propaganda, filmes documentários e discursos.

É a partir dos usos políticos das memórias e personagens-símbolos que compreendemos a necessidade de se pesquisar a ditadura civil-militar, em seus diversos aspectos, para que possamos construir debates amplos e contribuir para a diminuição dos negacionismos, tão atuais nos dias de hoje. Se a ditadura se utilizou da educação como meio de edificar seu consenso, é através dela que podemos educar a população sobre o tema, tentando construir uma democracia mais forte.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A alma e a nação: quando os mortos são comemorados. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol 7, n.14, 1994, P. 205-230.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. *O anel encarnado: Biografia e História em Raimundo Magalhães Jr.* São Paulo, Editora Autêntica, 2013. Versão Kindle.
- ANEXO 6, DECRETO n.58.222 de 19 de abril de 1966 In: LOPES, Moacir Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. Brasília, Departamento de Imprensa Nacional, 1968.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como possibilidade de escrita da história. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011
- ÁVILA, Fernando Bastos de. *Pequena enciclopédia de moral e civismo*. FENAME, 1967.
- BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2011.
- BRANDÃO, Adelino. *Olavo Bilac e o serviço militar*. Rio de Janeiro: s.n., 1969.
- CARVALHO, José Murilo. Nação Imaginada: memória, mitos e heróis. In: NOVAES, Adauto (org): *A crise do Estado-Nação*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://artepensamento.com.br/item/nacao-imaginaria-memoria-mitos-e-herois/>.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no brasil: o longo caminho*. 24 edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018.
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. Companhia das Letras, 2012.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista de Estudos Avançados* 11(5), 1991.
- COLETTO, Lara. As comemorações cívicas na ditadura civil-militar brasileira através dos cinejornais da Agência Nacional (1964-1978). In: MAIA, Tatyana de Amaral (org). *Imagens e propaganda política na ditadura civil-militar (1964-1979)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.
- CORDEIRO, Janaina Martins. *A ditadura em tempos de milagre*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- CORDEIRO, Janaina. Do golpe de 1964 ao “milagre brasileiro”: a campanha da mulher pela democracia (CAMDE). Ação política e imaginário coletivo, Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales, número especial Vol. 1, pp. 49 - 69, 2016. Recuperado em <http://iberoamericasocial.com/do-golpe-1964-ao-milagre-brasileirocampanha-da-mulher-pela-democracia-camde-acao-politica-e-imaginario-coletivo/>
- DECRETO n.56.742 de 17 de agosto de 1965 disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-56742-17-agosto-1965-397235-publicacaooriginal-1-pe.html>. Visto em 18/03/2021.
- D'ÁRAUJO, Celina; SOARES, Gláucio Ary; CASTRO, Celso. *1964: visões do golpe. A memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- EL FAR, Alessandra. A presença dos ausentes: a tarefa acadêmica de criar e perpetuar vultos literários. *Revista Estudos Históricos*, n.25, 2000.
- ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. *Revista Textura*, n. 9, dez 2003 jun 2004, Canoas.
- FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60 - 2004.
- FILGUEIRAS, Juliana Miranda. O ensino da Educação Moral e Cívica e um novo modelo de cidadão. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo, 2007.
- GOMES, Ângela de Castro. História e Historiadores. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GONÇALVES, Márcia de Almeida. Narrativa biográfica e escrita da História: Octávio Tarquínio de Sousa e seu tempo. *Revista de História*. São Paulo, 2004.
- HANSEN, Patrícia dos Santos. *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2007.
- HANSEN, Patrícia dos Santos. A defesa Nacional de Olavo Bilac, entre o patriotismo cívico republicano dos anos 1910 e o autoritarismo militar dos anos 1960 In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia dos Santos. *Intelectuais Mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- KOCH, Adolar. *A disciplina de EPB- Estudos de Problemas Brasileiros na ditadura militar e civil brasileiro- 1970-1993: o caso da UFRGS*. Programa de Pós-graduação em História - UFRGS, 2019.
- LAFETÁ, João Luiz Machado. 1930: a crítica ao modernismo. São Paulo, Duas Cidades, 1974.
- LOPES, Moacir Araújo. *Olavo Bilac: o homem cívico*. Rio de Janeiro, 1965.
- MAGALHÃES JR., Raymundo. *Olavo Bilac e a sua época*. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1974.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: o conhecimento histórico ensinado e seus usos políticos na ditadura civil-militar (1969-1985). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013a.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Civismo e cidadania num regime de exceção: as políticas de formação do cidadão na ditadura civil-militar (1964 - 1985). *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013b. p. 182 - 206.
- MAIA, Tatyana de Amaral. Os usos do civismo em tempos autoritários: as comemorações e ações do conselho Federal de Cultura (1966-1975). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.67, p. 89-109, 2014.
- MAIA, Tatyana de Amaral. As "comemorações cívicas" do 1. de maio nos cinejornais da Agência Nacional na ditadura militar (1964-1974). *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, n. 09, abr. 2017.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: o centenário da independência no Rio de Janeiro*: CPDOC, 1992. 18f.
- NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Editora Contexto, 2014.
- NISBET, Robert. *O conservadorismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. *A Liga de Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil*. Marília: UNESP, 2012.
- PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos et al. (orgs.). *Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

- ROLLEMBERG, Denise. *As trincheiras da memória. A Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura*. In: ROLLEMBERG, Denise. QUADRAT, Samantha Viz. *A construção dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. Brasil e América Latina*. v.2. Civilização Brasileira, 2010.
- SCRUTON, Robert. *O que é conservadorismo*. São Paulo: É Realizações, 2015.
- SCHMIDT, Benito Bisso. Biografia e regimes de historicidade. *MÉTIS: história & cultura* – v. 2, n. 3, p. 57-72, jan./jun. 2003.
- SERBENA, Carlos Alberto. Imaginário, Ideologia e Representação Social. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas* No 52 – Dezembro de 2003.